

**ANA PAULA ORTIZ**

**PROPOSTA DE MANUAL PARA APLICAÇÕES FINANCEIRAS: ASPECTOS  
CONTÁBIL E TRIBUTÁRIO APLICADO EM COOPERATIVA**

Trabalho de Conclusão do Curso, apresentado ao Departamento de Contabilidade, do Setor de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal do Paraná, como requisito para obtenção do título de MBA – Auditoria Integral.

Orientador: Prof. Blênio César Severo Peixe

**CURITIBA  
2007**

## **AGRADECIMENTOS**

Aos meus amigos, colegas de trabalho, Paulo Alberto Machinski e Christian Barañano, pelo apoio, força e conhecimento compartilhado.

Aos meus professores, em especial ao Professor Blênio César Severo Peixe, pelas excelentes horas de estudo e oportunidade de realizar este curso nesta  
Universidade.

À Cooperativa Castrolanda pelo apoio financeiro, reconhecimento e incentivo profissional.

Aos meus pais e irmãos, aos quais devo tudo que sou hoje.

Em especial,  
Ao meu esposo Ademilson, pela força e compreensão das intermináveis horas ausentes.

Agradeço a:  
Deus, por ter me iluminado e me guiado em mais essa etapa da minha vida.

## **PENSAMENTO**

**“A grandeza não consiste em receber honras, mas em merecê-las”  
(Aristóteles)**

## **DEDICATÓRIA**

Dedico esta monografia ao meu pai Paulo Ortiz e à minha mãe Ilma Ortiz, aos quais devo minha vida. Aos meus irmãos, Ronaldo Ortiz e Adriane Ortiz pela amizade e apoio para que eu realizasse esse curso.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

|           |  |    |
|-----------|--|----|
| Figura 1  | VISTA AÉREA DA COOPERATIVA CASTROLANDA.....      | 64 |
| Figura 2  | LOGOMARCAS.....                                  | 64 |
| Figura 3  | ORGANOGRAMA.....                                 | 70 |
| Figura 4  | SISTEMA DE CONTA MOVIMENTO COOPERADOS.....       | 85 |
| Figura 5  | SISTEMA DE CONTABILIDADE.....                    | 86 |
| Figura 6  | SISTEMA DE CONTAS A RECEBER.....                 | 87 |
| Figura 7  | SISTEMA DE CONTAS A PAGAR.....                   | 89 |
| Figura 8  | SISTEMA DE CAIXA E BANCOS.....                   | 90 |
| Figura 9  | MENU PRINCIPAL SISTEMAS CASTROLANDA.....         | 93 |
| Gráfico 1 | RESUMO DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS POR BANCO..... | 96 |
| Gráfico 2 | RESUMO POR TIPO DE APLICAÇÃO.....                | 97 |
| Tabela 1  | NÚMEROS DO COOPERATIVISMO.....                   | 8  |

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

|            |  |
|------------|--|
| ABCOOP     | Aliança Brasileira das Cooperativas                                |
| Acarpa     | Associação dos Cafeicultores da Região de Patrocínio               |
| ACI        | Aliança Cooperativa Internacional                                  |
| ANBID      | Associação Nacional dos Bancos de Investimento                     |
| Bancoop    | Banco Cooperativo  |
| Bansicredi | Banco Cooperativo Sicredi S/a.                                     |
| BNCC       | Banco Nacional de Crédito Cooperativo                              |
| BRDE       | Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul                   |
| CDB        | Certificado de Depósito Bancário                                   |
| CDI        | Certificado de Depósito Interfinanceiro                            |
| Cetip      | Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos Privados |
| CF         | Constituição Federal   |
| CNPJ       | Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica                               |
| COFINS     | Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social             |
| Confedbrás | Confederação Brasileira das Cooperativas de Crédito                |
| CPMF       | Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira              |
| CSSL       | Contribuição Social sobre o Lucro Líquido                          |
| CTN        | Código Tributário Nacional   |
| CVM        | Comissão de Valores Mobiliários                                    |
| DAC        | Departamento de Aviação Civil                                      |
| DOC        | Documento de Crédito   |
| DOU        | Diário Oficial da União  |
| EUA        | Estados Unidos da América  |
| FGTS       | Fundo de Garantia por Tempo de Serviço                             |
| FNPQ       | Fundação Nacional do Prêmio da Qualidade                           |
| Frengoop   | Frente Parlamentar do Cooperativismo                               |
| GFIP       | Guia de Recolhimento do FGTS e Informações a Previdência Social    |
| IBC        | Instituto Brasileiro do Café                                       |
| ICMS       | Imposto sobre Circulação de Mercadorias                            |
| IN         | Instrução Normativa  |
| INCRA      | Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária                |
| INSC       | Inscrição  |
| INSS       | Instituto Nacional de Seguridade Social                            |
| IOF        | Imposto sobre Operações Financeiras                                |
| IOF        | Imposto sobre Operações Financeiras                                |
| IPI        | Imposto sobre Produtos Industrializados                            |
| IR         | Imposto de Renda   |
| IRPJ       | Imposto de Renda Pessoa Jurídica                                   |
| ISS        | Imposto Sobre Serviços   |
| LC         | Lei Complementar   |
| Ltda.      | Limitada   |

|         |  |
|---------|--|
| Min     | Ministro   |
| Norcoop | Projeto Norte de Cooperativismo                        |
| OCA     | Organização das Cooperativas da América                |
| OCB     | Organização das Cooperativas Brasileiras               |
| OCE     | Organização das Cooperativas do Estado                 |
| Ocepar  | Organização das Cooperativas do Paraná                 |
| PASEP   | Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público |
| PIB     | Produto Interno Bruto                                  |
| PIC     | Projeto Iguaçu de Desenvolvimento                      |
| PIS     | Programa de Incentivo Social                           |
| PN      | Parecer Normativo                                      |
| PNQ     | Prêmio Nacional de Qualidade                           |
| PR      | Paraná   |
| RDB     | Recibo de Depósito Bancário                            |
| Recoop  | Programa da Revitalização das Cooperativas             |
| Rel.    | Relatório  |
| RGPS    | Regime Geral de Previdência Social                     |
| RICMS   | Regulamento do ICMS                                    |
| RPS     | Regulamento da Previdência Social                      |
| SP      | São Paulo  |
| Selic   | Sistema Especial de Liquidação e Custódia              |
| SENAC   | Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial             |
| SENAI   | Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial            |
| SENAR   | Serviço Nacional de Aprendizagem Rural                 |
| SENAT   | Serviço Social de Aprendizagem do Transporte           |
| SESC    | Serviço Social do Comércio                             |
| Sescoop | Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo     |
| SESI    | Serviço Social da Indústria                            |
| SEST    | Serviço Social do Transporte                           |
| SRF     | Secretaria da Receita Federal                          |
| STF     | Supremo Tribunal Federal                               |
| Sulcoop | Projeto Sul de Cooperativismo                          |
| TED     | Transferência Eletrônica Disponível                    |
| TR      | Taxa Referencial                                       |
| UNASCO  | União das Associações Cooperativas                     |

## RESUMO

### **ORTIZ, A. P. PROPOSTA DE MANUAL PARA APLICAÇÕES FINANCEIRAS: ASPECTOS CONTÁBIL E TRIBUTÁRIO APLICADO EM COOPERATIVA.**

O Cooperativismo cresce a passos largos, calcado na solidariedade humana, onde o trabalho coletivo visa a supremacia em busca da satisfação através da prática da cooperação e da mutualidade, sem desajustes e conflitos de classes. Um relato da história do cooperativismo, bem como o surgimento das cooperativas; com foco em uma cooperativa do ramo agropecuário, especificamente no gerenciamento do excedente de caixa em tesouraria, ou seja, aplicações financeiras. Para tanto apresenta um breve apanhado sobre o mercado monetário; aspectos contábil e tributário de uma cooperativa; controles internos que são instrumentos que asseguram às atividades da empresa a exatidão, completude e coerência com os objetivos pretendidos com a legislação vigente, como as mudanças na Lei de Imposto de Renda sobre os rendimentos das aplicações financeiras. Apresenta-se uma proposta consolidada de um manual para aplicações financeiras aplicado em uma cooperativa. Contribuindo assim para a empresa, bem como para a classe contábil, visto que são poucas as bibliografias diretamente ligadas às aplicações financeiras, revelando este estudo como ferramenta efetiva para gestão do conhecimento; mantendo sempre atualizada a estratégia interna e organizacional, bem como a capacidade de atualização da empresa frente às novas leis que surgirem.

Palavras-chave: Cooperativismo, Aplicação Financeira, Tributário, Contábil, Imposto de Renda e Controle Interno.

e-mail: [anapaula@castrolanda.coop.br](mailto:anapaula@castrolanda.coop.br)

## SUMÁRIO

|   |             |
|---|-------------|
| <b>AGRADECIMENTOS.....</b>                                      | <b>II</b>   |
| <b>PENSAMENTO.....</b>  | <b>III</b>  |
| <b>DEDICATÓRIA.....</b>   | <b>IV</b>   |
| <b>LISTA DE ILUSTRAÇÕES.....</b>                                | <b>V</b>    |
| <b>LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....</b>                      | <b>VI</b>   |
| <b>RESUMO .....</b>   | <b>VIII</b> |
| <br>  |             |
| <b>1. INTRODUÇÃO.....</b>                                       | <b>1</b>    |
| <b>2. REVISÃO DE LITERATURA.....</b>                            | <b>4</b>    |
| 2.1. ORIGEM DO COOPERATIVISMO.....                              | 4           |
| 2.1.1. Breve Histórico no Mundo.....                            | 4           |
| 2.1.2. No Brasil.....   | 6           |
| 2.1.3. No Paraná.....   | 9           |
| 2.2. CLASSIFICAÇÃO DAS COOPERATIVAS.....                        | 15          |
| 2.2.1. Cooperativas Singulares.....                             | 15          |
| 2.2.2. Cooperativas Centrais ou Federações de Cooperativas..... | 15          |
| 2.2.3. Confederações de Cooperativas.....                       | 16          |
| 2.3. OS PRINCÍPIOS DO COOPERATIVISMO.....                       | 17          |
| 2.3.1 Adesão Voluntária e Livre.....                            | 17          |
| 2.3.2 Gestão Democrática pelos Membros.....                     | 17          |
| 2.3.3. Participação Econômica dos Membros.....                  | 18          |
| 2.3.4. Autonomia e Independência da Cooperativa.....            | 18          |

|        |   |    |
|--------|---|----|
| 2.3.5. | Educação, Formação e Informação.....                      | 18 |
| 2.3.6. | Intercooperação.....                                      | 18 |
| 2.3.7. | Interesse pela Comunidade.....                            | 19 |
| 2.4    | OS PRINCIPAIS RAMOS DO COOPERATIVISMO.....                | 20 |
| 2.4.1  | Agropecuário.....   | 20 |
| 2.4.2. | Crédito.....  | 21 |
| 2.4.3. | Trabalho.....   | 22 |
| 2.5.   | SISTEMA DE REPRESENTAÇÃO DO COOPERATIVISMO.....           | 23 |
| 2.5.1. | Aliança Cooperativa Internacional.....                    | 24 |
| 2.5.2. | Organização das Cooperativas da América.....              | 25 |
| 2.5.3  | A Organização das Cooperativas Brasileira.....            | 25 |
| 2.5.4. | Organização das Cooperativas do Estado.....               | 26 |
| 2.5.5. | Organização das Cooperativas do Estado do Paraná.....     | 26 |
| 2.6.   | LEGISLAÇÃO DO COOPERATIVISMO.....                         | 29 |
| 2.6.1. | Cooperativismo na Constituição Federal.....               | 29 |
| 2.6.2. | A Sociedade Cooperativa no Código Civil.....              | 30 |
| 2.6.3. | Lei Geral das Cooperativas Brasileiras.....               | 31 |
| 2.7.   | TRIBUTAÇÃO NAS ENTIDADES COOPERATIVAS.....                | 33 |
| 2.7.1. | Programa de Integração Social.....                        | 33 |
| 2.7.2. | Contribuição para Financiamento da Seguridade Social..... | 38 |
| 2.7.3. | Contribuição Social sobre o Lucro.....                    | 39 |
| 2.7.4. | Imposto de Renda Pessoa Jurídica.....                     | 41 |
| 2.7.5. | Instituto Nacional de Seguridade Social.....              | 44 |

|           |   |           |
|-----------|---|-----------|
| 2.7.6.    | Imposto sobre Serviços.....                           | 49        |
| 2.7.7     | Imposto sobre Circulação de Mercadorias.....          | 51        |
| 2.8.      | SISTEMA DE CONTROLES.....                             | 54        |
| 2.8.1.    | Controles Internos.....                               | 54        |
| 2.8.2.    | Tipos de Controles.....                               | 55        |
| 2.8.3.    | Controle na Área Administrativa.....                  | 55        |
| 2.8.4.    | Controle na Área Operacional.....                     | 56        |
| 2.9.      | MERCADO MONETÁRIO.....                                | 57        |
| 2.9.1.    | Estrutura do Mercado Monetário.....                   | 57        |
| 2.9.2.    | Produtos Bancários.....                               | 58        |
| 2.9.3.    | Aplicações Financeiras.....                           | 58        |
| <b>3.</b> | <b>METODOLOGIA DO TRABALHO.....</b>                   | <b>61</b> |
| 3.1.      | CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA.....                       | 61        |
| 3.2.      | COLETA DE DADOS.....                                  | 62        |
| 3.3.      | TRATAMENTO E ANÁLISE DE DADOS.....                    | 62        |
| <b>4.</b> | <b>ESTUDO DE CASO DA COOPERATIVA CASTROLANDA.....</b> | <b>63</b> |
| 4.1.      | ESTRUTURA DA COOPERATIVA.....                         | 63        |
| 4.1.1.    | Apresentação da Cooperativa e Breve Histórico.....    | 63        |
| 4.1.2.    | Visão da Cooperativa.....                             | 66        |
| 4.1.3.    | Foco da Cooperativa.....                              | 67        |
| 4.1.4.    | Perfil dos Associados.....                            | 67        |
| 4.1.5.    | Sistema de Gestão.....                                | 67        |
| 4.1.6.    | Política de Capitalização.....                        | 68        |

|        |  |    |
|--------|--|----|
| 4.1.7. | Política de Investimentos.....                           | 68 |
| 4.1.8. | Política de Crédito.....                                 | 69 |
| 4.1.9. | Organograma.....   | 70 |
| 4.2.   | RAMO DE ATIVIDADE.....                                   | 73 |
| 4.3.   | PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS.....                       | 74 |
| 4.3.1. | Demonstrações Contábeis e Apuração de Resultado.....     | 74 |
| 4.3.2. | Estimativas Contábeis.....                               | 75 |
| 4.3.3. | Moeda Estrangeira.....                                   | 75 |
| 4.3.4. | Disponibilidades e Aplicações Financeiras.....           | 76 |
| 4.3.5. | Estoques.....  | 77 |
| 4.3.6. | Contas a Receber e a Pagar dos Associados.....           | 77 |
| 4.3.7. | Investimentos, Imobilizado e Diferido.....               | 77 |
| 4.3.8. | Empréstimos e Financiamentos.....                        | 78 |
| 4.3.9. | Provisões, Imposto de Renda e Contribuição Social.....   | 78 |
| 4.4.   | SISTEMA DE GERENCIAMENTO INFORMATIZADO.....              | 80 |
| 4.4.1. | Banco de Dados <i>ORACLE</i> .....                       | 80 |
| 4.4.2. | Implantação do Sistema Informatizado na Cooperativa..... | 80 |
| 4.4.3. | Principais Sistemas Desenvolvidos.....                   | 84 |
| 4.5.   | SISTEMA DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS.....                   | 94 |
| 4.5.1. | Tipos de Aplicações Financeiras.....                     | 94 |
| 4.5.2. | Opções de Investimentos.....                             | 95 |
| 4.5.3. | Análise da Carteira de Investimentos.....                | 96 |
| 4.6.   | CONSOLIDAÇÃO DO ESTUDO DE CASO.....                      | 99 |



|           |  |            |
|-----------|--|------------|
| <b>5.</b> | <b>CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES .....</b>                              | <b>100</b> |
| <b>6.</b> | <b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>                               | <b>103</b> |
| <b>7.</b> | <b>ANEXOS.....</b>   | <b>105</b> |
| 7.1.      | ANEXO – I – TABELA DA CLASSIFICAÇÃO DOS FUNDOS DE INVESTIMENTOS..... | 106        |
| 7.2.      | ANEXO – II – LEI 11.033 de 21/12/2004.....                           | 108        |
| 7.3.      | ANEXO – III – LEI 11.053 de 29/12/2004.....                          | 112        |
| 7.4.      | ANEXO – IV – LEI 5.764/71.....                                       | 116        |
| 7.5.      | ANEXO – V – MANUAL DE PROCEDIMENTOS DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS.....  | 143        |

## 1. INTRODUÇÃO

As cooperativas agropecuárias também têm por objetivo dar a maior rentabilidade ao produtor, desta forma também aplicar o dinheiro de seus sócios. Dessa forma procura buscar aplicações financeiras que gerem lucros. É de suma importância que o processo de contabilização e mesmo de tributação desses recursos seja feito de forma correta.

O presente trabalho visa à adequação dos controles internos da empresa devido à mudança na Lei do Imposto de Renda, aplicada em uma cooperativa.

E qual seria a melhor forma de adequar o sistema contábil interno seguindo a nova Lei de Imposto de Renda e quais os benefícios obtidos com essa mudança?

Através da criação de um modelo padrão de contabilização dessas mudanças de alíquotas que possam ser entendidas e demonstradas de forma clara e objetiva, bem como a atualização desses controles internos que se encontram defasados.

O setor financeiro da cooperativa aguarda o modelo de contabilização dessas mudanças de alíquotas conforme a Nova Lei de Imposto de Renda, bem como a compatibilização dos controles internos, já que não há um modelo pronto a ser seguido. Será executado em paralelo com o setor de informática da empresa que dará suporte nas modificações.

Para que este trabalho surta os efeitos esperados, também será estudado aspecto contábil e tributário das aplicações financeiras, análise principalmente das Leis 11.033 e 11.053 de 2004 e será feito um manual de procedimentos internos descrevendo os passos desde o momento de uma aplicação financeira até o momento do seu resgate.

Com o estabelecimento das Leis 11.033 de 21/12/2004 (MP 206), que estabelece alíquotas regressivas sobre os rendimentos das aplicações financeiras,

de IR, de 22,5% a 15% de acordo com o prazo da aplicação para Fundos de Renda Fixa, CDB e títulos públicos do tesouro direto. Baixa ainda de 20% para 15% a alíquota de IR para fundos de Renda Variável; a Lei 11.053 de 30/12/2004 (MP 209) que limita em até 20% as alíquotas dos fundos de Renda Fixa aos que aplicarem em carteiras com prazo médio de até 365 dias. Houve essa necessidade de se escolher a melhor forma de contabilização (provisão) dos IR sobre os rendimentos das aplicações financeiras.

Desta forma procura-se neste trabalho a elaboração de um novo modelo de controle interno, que demonstre essas trocas de alíquotas, para que se atenda à nova legislação, bem como faça com que suas ferramentas (controles) continuem traduzindo de forma clara e objetiva, significativas operações em aplicações financeiras, já que os controles internos dessas aplicações demonstram seus registros contábeis.

A empresa em estudo até o surgimento dessas novas leis fazia a contabilização de IR auferido sobre o rendimento das aplicações, baseada apenas em uma base de alíquota: 20%. Logo que a nova lei entrou em vigor, discutiu-se a necessidade da mudança e surgiram os questionamentos: provisionar tudo pela alíquota mínima 15% e complementar essas provisões no momento do resgate e pagamento do imposto, ou então, provisionar o IR a 22,5% e depois ajustar para baixo no momento do resgate. Após estudo e orientação da própria auditoria interna, nenhuma das hipóteses foi aceita, a idéia sugerida foi de que a cada aniversário da aplicação, conforme instrução das novas leis, ou melhor dizendo, a cada troca de alíquota haverá um ajuste nessa provisão, tornando o valor contábil, o valor exato do banco.

Para atender a nova legislação do IR e adequar os controles internos, para que demonstrem cada troca de alíquota, fará com que o sistema de aplicações financeiras desta empresa, sirva de modelo, não só para outras cooperativas, como para outras empresas, que ainda não decidiram qual a melhor maneira de estar atendendo às novas exigências legais.

A objetivo da criação de um novo modelo de controle interno feito, trará uma contribuição para a empresa, bem como para a classe contábil, visto que são poucas as bibliografias que estão diretamente ligadas às aplicações financeiras; e ainda por se tratar de um assunto recente, acredita-se que este estudo pode revelar-se como uma ferramenta efetiva para gestão de conhecimento, recolhendo e consolidando *feedbacks* da atuação gerencial, mantendo sempre atualizada a estratégia interna organizacional e capacidade de atualização da empresa frente às novas leis que surgirem.

## 2. REVISÃO DE LITERATURA

Nesta revisão de literatura abordam-se os seguintes itens: origem do cooperativismo; classificação das cooperativas; os princípios do cooperativismo, os principais ramos do cooperativismo, o sistema de representação do cooperativismo, a legislação do cooperativismo, a tributação nas entidades cooperativas e os controles internos.

### 2.1. ORIGEM DO COOPERATIVISMO

Este item relata a origem do cooperativismo, primeiramente com um breve histórico no mundo, depois no Brasil e em seguida na Paraná.

#### 2.1.1. Breve Histórico no Mundo

A ação cooperativista pode ser vislumbrada nas mais diversas experiências comunitárias, ocorridas em tempo e espaços distintos, ao longo da história da humanidade. Sob a égide do comunitarismo, onde a propriedade dos meios de produção é coletiva, podem ser vistas como modalidades não convencionais de cooperativismo a república jesuíta dos Guaranis, no Paraguai, os sistemas do *capulli* e de *altpetlalli*, dos astecas; os *ejidos*, mexicanos; os *hayllus*, dos incas; as *zadrugas*, na Sérvia e na Bósnia; o *mir*, na Rússia; os *kibutzin*, em Israel; a experiência comunal do beato José Lourenço, afilhado do Padre Cícero, na fazenda Caldeirão, em Juazeiro, ou, ainda, de Antônio Conselheiro, em Canudos.

Não obstante, de modo formal, situa-se a origem do cooperativismo na Inglaterra, em 1844, no Toad Lane (Beco do Sapo), na pequena cidade de Rochdale, pelas mãos de 28 tecelões, que criaram uma pequena cooperativa de consumo. Com uma proposta exeqüível e portando-se de modo crítico às experiências mal sucedidas dos precursores do cooperativismo - intitulados de "socialistas utópicos" - (John Bellers, Fourier, Robert Owen, Louis Blanc, William King, Phillipe Buchez) e guiados pelo ideal de que "a justiça e a associação devem superar a injustiça e o individualismo da sociedade capitalista", os pioneiros de Rochdale basearam-se nos seguintes princípios: formação de um capital social para emancipação dos trabalhadores, viabilizado pela poupança resultante da compra comum de alimentos; construção ou aquisição de casas para os cooperados; criação de estabelecimentos industriais e agrícolas voltados à produção de bens indispensáveis à classe trabalhadora, de modo direto e a preços módicos, assegurando, concomitantemente, trabalho aos desempregados ou mal-remunerados; educação e campanha contra o alcoolismo; cooperação integral, com a criação gradativa de núcleos de comunidades piloto de produção e distribuição, que seriam multiplicados através da propaganda e do exemplo, visando a fundação de novas cooperativas.

O modelo cooperativista de Rochdale foi surpreendente e a disseminação do seu ideal foi imediata. Na França, em 1848, operários criaram cooperativas de produção e na Alemanha e Itália surgiram as primeiras cooperativas de crédito.

No final do primeiro ano de atividades, a cooperativa de Rochdale aumentou de 28, para 180 libras o seu capital integralizado. Em 1855, já possuía 1.400 associados. O progresso demonstrado pela experiência foi responsável pela rápida

expansão do cooperativismo de consumo: em 1881, já existiam mil cooperativos estes tipos, contando com, aproximadamente, 550 mil cooperados.

Hoje, o cooperativismo no mundo cresce a passos largos, desempenhando o seu desígnio de atenuar as contradições do capitalismo internacional. Nos E.U.A., 60% da população participam de algum tipo de cooperativa, que reúnem mais de 150 milhões de pessoas; no Canadá, 45% da população (12 milhões de pessoas); na Alemanha, 20% da população (20 milhões de pessoas), sendo que 80% dos agricultores e 75% dos comerciantes; na França, 20% da população (10,6 milhões ).

#### 2.1.2. No Brasil

A primeira forma de organização baseada no comunitarismo e voltada a compor uma sociedade cooperativista em bases integrais deu-se, no Brasil, por volta de 1.600, com a fundação das primeiras reduções jesuíticas. Calcado na solidariedade humana, onde o trabalho coletivo visava a supremacia do bem-estar da coletividade sobre o individualismo, esse modo de organização social foi desenvolvido no país por mais de 150 anos.

Entretanto, a primeira cooperativa em moldes rochdaleanos, foi criada em 1.847, sob a liderança do médico francês Jean Maurice Faivre, à frente de um grupo de colonos europeus, inspirados nos ideais humanistas de Charles Fourier, dando vez à fundação da Colônia Tereza Cristina, no Paraná. Esta organização amalgamou os princípios do incipiente cooperativismo brasileiro, servindo de referencial aos novos empreendimentos coletivos.

No setor agropecuário, Minas Gerais desponta como berço da organização cooperativista, quando o governador João Pinheiro estabeleceu o seu programa

agrícola, priorizando a constituição de cooperativas, como meio de se reduzir a intermediação nas transações comerciais, concentradas, à época, em mãos de estrangeiros.

A contribuição dos colonos europeus – especialmente alemães e italianos – ao desenvolvimento do cooperativismo brasileiro em seus primórdios é insofismável. Foi no Sul do país, onde se concentrou esse segmento social, que o cooperativismo ganhou maior impulso.

No segmento consumo, a primeira iniciativa foi a Cooperativa de Consumo dos Empregados da Cia. Paulista de Estrada de Ferro, em Campinas (SP).

A gênese do segmento crédito, por sua vez, deu-se em 1902, no Rio Grande do Sul, sob a inspiração do padre jesuíta Theodor Amstadt, que baseado no modelo alemão de Friedrich Wilhelm Raiffeisen (1.818-1.888), implantou as "caixas de crédito cooperativo".

E, assim, os diversos segmentos cooperativos desenvolveram-se no país e, hoje, desempenham importante papel na economia brasileira. O segmento agropecuário e de crédito reúnem quase 2 milhões de associados, reunidos em torno de 2,3 mil cooperativas, que geram aproximadamente 115 mil postos de trabalho.

O Cooperativismo agrícola brasileiro é tão importante, que é responsável pela movimentação de recursos da ordem de R\$ 17 bilhões na composição do PIB agropecuário nacional.

No Brasil, são cerca de 7,6 mil cooperativas com quase 7,4 milhões de sócios que atuam em 13 ramos de atividade econômica. Elas geram mais de 218 mil empregos diretos. Os impactos socioeconômicos se estendem às comunidades onde as cooperativas atuam e ao mercado internacional com a expansão das



exportações por aquelas associadas à Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB).

| <b>Números do Cooperativismo por ramo de atividade (dez/2006)</b> |                     |                   |                   |
|---|---------------------|-------------------|-------------------|
| <b>Ramo</b>   | <b>Cooperativas</b> | <b>Associados</b> | <b>Empregados</b> |
| Agropecuário  | 1.549               | 886.076           | <b>123.890</b>    |
| Consumo   | 156                 | 2.384.926         | 8.359             |
| Crédito   | 1.102               | <b>2.462.875</b>  | 30.396            |
| Educacional   | 327                 | 69.786            | 2.808             |
| Especial  | 12                  | 972               | 6                 |
| Habitacional  | 371                 | 83.633            | 1.153             |
| Infra-estrutura   | 161                 | 624.812           | 5.462             |
| Mineral   | 45                  | 17.628            | 83                |
| Produção  | 200                 | 20.631            | 463               |
| Saúde   | 888                 | 349.474           | 34.738            |
| Trabalho  | <b>1.874</b>        | 413.777           | 5.595             |
| Transporte  | 896                 | 74.976            | 5.431             |
| Turismo e Lazer   | 22                  | 3.509             | 31                |
| <b>Totais</b>   | <b>7.603</b>        | <b>7.393.075</b>  | <b>218.415</b>    |

Tabela 1 – NÚMEROS DO COOPERATIVISMO

Fonte: OCE e OCB; Elaboração : GEMERC

O surgimento do cooperativismo pode ter sua evolução resumida como segue: em 1.950 – União das Associações Cooperativas (UNASCO) e Aliança Brasileira de Cooperativas (ABCOOP); 1.960 – Necessidade de reunificação da representatividade do Sistema; em 1.969/70 – Aprovada a criação da OCB, Elaboração do Projeto de Lei do Cooperativismo e Registro da OCB (1.970); em 1.971 Promulgação da Lei 5.764, que regulamenta o sistema cooperativo; 1.984 – Formação da Frente Parlamentar do Cooperativismo (Frencoop); 1.988 –

Promulgação da Constituição Federal incluindo a autogestão, o adequado tratamento tributário e o apoio e o fomento ao cooperativismo; 1.995 – Congresso da ACI (Aliança Cooperativa Internacional) e Reformulação dos princípios cooperativistas e possibilidade de criação de bancos cooperativos; em 1.997 – Reformulação da Frencoop e Instituição do Recoop (Programa de revitalização das cooperativas agrícolas); 1.998 – Criação do SESCOOP (Medida Provisória 1.715/1998 e reedições) e em 2.002-2.005 – Realização Anual do Seminário Tendências do Cooperativismo Contemporâneo.

### 2.1.3. No Paraná

No Paraná, o cooperativismo deitou suas raízes nos pioneiros esforços cooperativistas nas comunidades de imigrantes europeus, que procuraram organizar suas estruturas de compra e venda em comum, além de suprir suas necessidades de educação e lazer, através de sociedades cooperativistas.

Um dos primeiros movimentos marcados pela cooperação surgiu no ano de 1.829, com a chegada do primeiro grupo de 248 imigrantes alemães que fundaram a Colônia Rio Negro, hoje município.

Diversos movimentos embasados no espírito da cooperação surgiram até 1.911, entre alguns dos mais de cem grupos de imigrantes aqui chegados. Todavia, o mais importante movimento pré-cooperativista ocorreu entre os franceses que, em 1.847 fundaram a Colônia Thereza Cristina às margens do Rio Ivaí, hoje município de Cândido de Abreu. Os imigrantes liderados por Jean Maurice Faivre, desencadearam um movimento cooperativista sob inspiração do médico Benoît Joseph Mure, fundador da Vila da Glória em Santa Catarina.

Entre as experiências mais importantes realizadas no terreno cooperativo destaca-se a da "Colônia Cecília", em 1.890, no município de Palmeira, no Paraná, idealizada pelo agrônomo Giovanni Rossi, líder do grupo de italianos chamados de "anarquistas". Seguiram-se vários outros movimentos de cooperação, como por exemplo: a fundação, em 1.906, da Associação Beneficente 26 de Outubro, por ferroviários de Ponta Grossa, a qual se transformou em Cooperativa Mista 26 de Outubro, mais tarde; em 1.909, indústrias madeireiras se reúnem e fundam a Cooperativa Florestal Paranaense; a fundação da Colônia Muricy com a constituição em 1.912, da Sociedade Agrícola Polonesa, transformada em Cooperativa Mista Agropecuária São José Ltda, em 1945. Sob a liderança do ferroviário ucraniano Valentin Cuts, surgiram outros movimentos cooperativistas, como a Sociedade Cooperativa Svitlo (luz) em Carazinho, União da Vitória, em janeiro de 1.920, e a Cooperativa Agrária de Consumo de Responsabilidade Ltda, "Liberdade", em Vera Guarani, município de Paulo Frontin, surgida no ano de 1.930, que foi a primeira cooperativa registrada conforme o Decreto-Lei 581/38, tendo o registro sido feito no dia 19 de maio de 1.942, recebendo o nº 1. É de se registrar também uma curiosa experiência realizada no lugar chamado Santana, atual município de Cruz Machado, com a criação em 3 de maio de 1.920, da Sociedade Cooperativa de Comércio "União Lavoura" pelo padre Teodoro Drapienski, com cunho político confessional.

Importante registrar a chegada em Carambeí, no ano de 1.911, de 450 holandeses que fundaram o que hoje é uma das mais prósperas colônias de imigrantes. Eles constituíram, no ano de 1.925, a Sociedade Cooperativa Holandesa de Laticínios Batavo.

Esses movimentos entre imigrantes deram significativo impulso ao cooperativismo estadual com as experiências bem sucedidas das cooperativas de

colonização, como Witmarsum, de Palmeira; Agrária, de Entre Rios; Batavo e Castrolanda, de Castro, e Capal, de Arapoti, hoje verdadeiros exemplos de comunidades rurais perfeitamente urbanizadas, economicamente prósperas e socialmente integradas às condições de vida urbano-industrial no país.

O movimento cresceu, a partir da década de 20, entre madeireiros e ervateiros. Entre os anos 30 e 40, o Paraná contou com 40 cooperativas de mate, unidas em torno da Federação das Cooperativas de Mate Ltda - Agromate que marcou história até o declínio do setor ervateiro, quando então se transformou em Rural Sul, para tentar sobreviver através da diversificação de atividades.

Um dos momentos marcantes do cooperativismo ocorreu na década de 60, quando o IBC incentivou a criação das cooperativas de cafeicultores, como forma de superação das dificuldades do setor. No ano de 1.964 o Paraná tinha 33 cooperativas de café, algumas das quais desapareceram por causa do declínio da produção.

Mas, foi a partir de 1.969 que o movimento cooperativista paranaense ganhou proporções, com o início das discussões para a implantação dos projetos de integração, desenvolvidos conjuntamente pela Acarpa e Incra, com o apoio do Banco do Brasil, BRDE e BNCC. O objetivo dos projetos foi rediscutir a forma de atuação das cooperativas, pois alguns municípios tinham mais de uma cooperativa operando em concorrência, o que as enfraquecia, enquanto outros municípios não tinham nenhuma. Os projetos foram desenvolvidos em três etapas, abrangendo regiões diferentes. O Projeto Iguaçu de Cooperativismo - PIC, criado em 1971, contemplou a reorganização do sistema no Oeste e Sudoeste. O Projeto Norte de Cooperativismo - Norcoop, implantado em 1.974, para reorganização das cooperativas da região Norte do Estado, e o Projeto Sul de Cooperativismo -

Sulcoop, iniciado em 1.976, reorganizou as cooperativas da região Centro-Sul. A Ocepar nasceu no decorrer do primeiro projeto, no ano de 1.971, o que veio a dar forte apoio à execução dos projetos.

Esses projetos, cobrindo todo o Estado, propiciaram um contato mais efetivo entre produtores e cooperativas, e destas entre si, via organização de comitês educativos e integração horizontal e vertical, despertando o cooperativismo para o espírito empresarial.

A integração possibilitou uma participação mais efetiva das cooperativas na atividade econômica, em função da agregação dos interesses dos produtores para a economia de mercado, o que levou as cooperativas à montagem da infra-estrutura básica para o atendimento das produções, de fundamental importância para o início da integração e como consequência, da agroindustrialização. Isto significa dizer que, a partir da organização da produção agrícola, as cooperativas agropecuárias passaram a preocupar-se com a montagem do complexo agroindustrial, não se conformando com as condições de meros repassadores de matéria-prima às indústrias.

O Centro de Pesquisas da Ocepar foi criado pelas cooperativas paranaenses em 1972, tendo a responsabilidade pelo desenvolvimento tecnológico agropecuário de interesse das cooperativas, encarregando-se da busca de novas tecnologias para o aumento de produtividade e propiciando segurança e rentabilidade aos agricultores. Mantendo estreito relacionamento com instituições nacionais e internacionais, o Centro de Pesquisa desenvolveu programas que culminaram com a recomendação de novos cultivares de trigo, soja, milho, triticale, além de pesquisas de algodão e inúmeras novas tecnologias. Por decisão das cooperativas paranaenses, o Centro de Pesquisa adquiriu personalidade jurídica própria em 19 de

abril de 1.995, sob a forma de Cooperativa Central Agropecuária de Desenvolvimento Tecnológico e Econômico.

A partir de 1.983 o cooperativismo paranaense realizou uma experiência altamente positiva, pioneira no Brasil, no que concerne ao desatrelamento da ingerência estatal nas cooperativas. Após ampla discussão entre governo, entidades de representação e cooperativas, foi implantado o Projeto Piloto de Autofiscalização que permitiu alicerçar os primeiros passos rumo à autogestão das cooperativas no Paraná.

Com a promulgação da Constituição do Brasil em 1.988, que em seu art. 5. inc. XVIII veda a interferência estatal no funcionamento das cooperativas, as cooperativas paranaenses, após amplos debates e estudos, aprovaram, em setembro de 1.991, em Assembléia Geral da Ocepar, o Programa de Autogestão, que iniciou suas atividades em março de 1.991, com os objetivos específicos de orientação na constituição e registro de cooperativas; acompanhamento de desempenho; educação, capacitação e reciclagem; organização dos cooperados; comunicação e integração.

Com a finalidade de viabilizar condições de participação e integração de um maior número de lideranças cooperativistas nas discussões sobre temas do interesse comum do sistema, promover um relacionamento maior entre os diversos segmentos de cooperativas filiadas a Ocepar, implantar as bases para a autogestão do sistema cooperativista através da discussão e intercâmbio de experiências e procedimentos técnicos e administrativos adotados a nível regional e estadual, entre outras, a Ocepar criou, em 1.991, os Núcleos Regionais Cooperativistas. Para tanto, o Estado foi dividido em 05 Núcleos, de acordo com a localização geográfica e área de ação de todas as cooperativas.

O grande mérito do cooperativismo advém do fato de ser um movimento comunitário de base, calcado nos dons inatos do homem, de solidariedade, fraternidade e respeito recíproco. O cooperativismo, por livre e espontânea vontade, organiza-se democraticamente em sociedades de pessoas, na busca da satisfação de necessidades comuns, através da prática da cooperação e da mutualidade, buscando o aprimoramento social, sem desajustes e conflitos de classes.

## 2.2. CLASSIFICAÇÃO DAS COOPERATIVAS

Neste item será tratado sobre a divisão das cooperativas; divisão esta baseada principalmente no número de pessoas de que a mesma é composta. São as cooperativas singulares, centrais ou federações de cooperativas e as confederações de cooperativas.

### 2.2.1. Cooperativas Singulares

As cooperativas singulares são constituídas pelo número mínimo de 20 (vinte) pessoas físicas e, excepcionalmente, por pessoas jurídicas. Caracterizam-se pela associação de pessoas que se organizam para satisfazer suas necessidades econômicas, sociais e culturais, mediante a cooperação mútua destes na execução dos negócios.

### 2.2.2. Cooperativas Centrais ou Federações de Cooperativas

As cooperativas centrais ou federações de cooperativas são constituídas por, no mínimo, 3 (três) Cooperativas Singulares. Visam à organização em comum e em maior escala das atividades econômicas e assistenciais das filiadas (cooperativas singulares).



### 2.2.3. Confederações de Cooperativas

As confederações de cooperativas são constituídas por, no mínimo, 3 (três) Federações de Cooperativas ou Cooperativas Centrais, e têm por objetivo a coordenação das atividades das respectivas filiadas, ainda que de diferentes ramos.

## 2.3. OS PRINCÍPIOS DO COOPERATIVISMO

Este item trata dos princípios do cooperativismo; adesão voluntária e livre, gestão democrática pelos membros, participação econômica dos membros, autonomia e independência da cooperativa, educação, formação e informação, intercooperação e interesse pela comunidade.

Princípios do cooperativismo são linhas orientadoras através das quais as cooperativas põem seus objetivos em prática, cujas regras devem nortear o relacionamento entre cooperados e cooperativa, uma vez que sinalizam o verdadeiro espírito do cooperativismo, distinguindo-se de outros tipos de empreendimentos econômicos. Pela Aliança Cooperativa Internacional – ACI, os princípios cooperativos passaram a ter o seguinte entendimento:

### 2.3.1. Adesão Voluntária e Livre

As cooperativas são organizações voluntárias, abertas a todas as pessoas aptas a utilizarem seus serviços e assumirem as responsabilidades como membros, sem quaisquer discriminações de nenhuma natureza.

### 2.3.2. Gestão Democrática pelos Membros

As cooperativas são organizações democráticas, controladas pelos seus membros, que participam ativamente na formulação das suas políticas e na tomada de decisões. Os cooperados, eleitos como representantes dos demais membros, são responsáveis perante estes.

### 2.3.3. Participação Econômica dos Membros

Os cooperados contribuem eqüitativamente para o capital da sociedade, controlando-o democraticamente. Este patrimônio passa a fazer parte da sociedade e é destinado aos seus objetivos sociais.

### 2.3.4. Autonomia e Independência da Cooperativa

A cooperativa é uma organização autônoma de ajuda mútua, controlada pelos seus membros. Em suas relações com terceiros deve atuar com total independência, sem qualquer interferência em sua autonomia e administração.

### 2.3.5. Educação, Formação e Informação

As cooperativas promovem a educação e formação dos seus membros, dos representantes eleitos e dos trabalhadores, de forma que estes possam contribuir cada vez mais eficazmente para o desenvolvimento da cooperativa.

### 2.3.6. Intercooperação

As cooperativas servem de forma mais eficaz aos seus membros e dão mais força ao movimento cooperativo, trabalhando em conjunto, através das estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais.

### 2.3.7. Interesse pela Comunidade

As cooperativas trabalham para o desenvolvimento sustentado das suas comunidades através de políticas aprovadas pelos membros.

## 2.4. OS PRINCIPAIS RAMOS DO COOPERATIVISMO

Este item apresenta alguns dos principais ramos do cooperativismo. Sendo o ramo agropecuário, o de crédito e o de trabalho.

Quanto ao objeto social, as principais sociedades cooperativas são as de produtores (ou agropecuário), de consumo, de crédito, as cooperativas mistas (de produção e de consumo), a cooperativa de consumo, também denominada cooperativa de trabalho ou, ainda, cooperativa de profissionais e as cooperativas habitacionais.

Dentre os principais ramos do cooperativismo no Brasil tem-se descritas detalhadamente neste item, as do ramo agropecuário, as de crédito e as de trabalho, no diz respeito respectivamente ao número de empregados, número de associados e número de cooperativas.

São os seguintes os ramos em que se classificam as cooperativas brasileiras:

### 2.4.1. Agropecuário

No ramo de atividade agropecuário, o destaque está no número de empregados divulgado pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB); 123.890.

O ramo agropecuário é composto pelas cooperativas de produtores rurais ou agropastoris e de pesca, cujos meios de produção pertençam ao cooperado. É um dos ramos com maior número de cooperativas e cooperados no Brasil. O leque de atividades econômicas abrangidas por esse ramo é enorme e sua participação no PIB em quase todos os países é significativa. Essas cooperativas geralmente

cuidam de toda a cadeia produtiva, desde o preparo da terra até a industrialização e comercialização dos produtos. Há um Comitê específico na ACI, onde o Brasil tem liderança expressiva.

#### 2.4.2. Crédito

No ramo de crédito, também segundo dados de 2006 da OCB, o destaque principal está no número de associados, são 2.462.875 por todo o país.

Ele é composto pelas cooperativas destinadas a promover a poupança e financiar necessidades ou empreendimentos dos seus cooperados. O Cooperativismo de Crédito é um dos ramos mais fortes em diversos países desenvolvidos, como na França, na Alemanha e no Canadá. No Brasil, ele já estava bem estruturado, desde o início do Século XX, mas foi desarticulado e desmantelado pelo Banco Central, mediante restrições de toda ordem. Mas, na década de 80, começou a reagir e está ressurgindo com força total, já com dois Bancos, o BANCOOP e o BANSICRED, e inúmeras cooperativas de crédito urbanos e rurais, espalhadas por todo o território nacional. A Confederação Brasileira das Cooperativas de Crédito - Confebras tem um Curso Básico de Cooperativismo à Distância, que poderá servir para todos os Ramos do Cooperativismo, com as devidas adaptações.

### 2.4.3. Trabalho

Os números do cooperativismo no ramo do trabalho, o diferencial está no número de cooperativas, são mais de 1.800 espalhadas pelo país, este ramo é composto pelas cooperativas que se dedicam à organização e administração dos interesses inerentes à atividade profissional dos trabalhadores associados para prestação de serviços não identificados com outros ramos já reconhecidos. Certamente este será o ramo que em breve terá o maior número de cooperativas e de cooperados.

Mas simultaneamente também é o ramo mais complexo e problemático, pois abrange todas as categorias profissionais, menos as de professores, de saúde e de Turismo e Lazer, organizadas em ramos específicos.

Diante do surto de desemprego, os trabalhadores não têm alternativa senão partir para o trabalho clandestino ou então se organizar em empreendimentos cooperativos. Além das enormes dificuldades para conquistar um mercado cada vez mais competitivo, as cooperativas ainda arcam com uma tributação descabida e uma legislação inadequada. Mesmo assim, esse ramo se desenvolve em todo os Estados, pois se trata de um novo estágio no desenvolvimento histórico do trabalho: primeiro o trabalho era desorganizado, depois escravizado, atualmente subordinado (ou ao Capital, ou ao Estado) e já está caminhando para a plena autonomia, mas de forma organizada e solidária, que são as cooperativas de trabalho.

## 2.5. SISTEMA DE REPRESENTAÇÃO DO COOPERATIVISMO

Neste item será abordado o sistema de representação do cooperativismo, através da Aliança Cooperativa Internacional, a Organização das Cooperativas da América, a Organização das Cooperativas Brasileiras, a Organização das Cooperativas do Estado e a Organização das Cooperativas do Estado do Paraná.

As cooperativas possuem sistemas de representações de nível nacional e internacional, este capítulo traduz o funcionamento da ACI – Aliança Cooperativa Internacional e da Organização das Cooperativas da América (OCA) na representação internacional, a seguir na representação nacional a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e a Organização das Cooperativas dos Estados (OCE). No Paraná, tem-se a OCEPAR – Organização das Cooperativas do Estado do Paraná, que foi constituída principalmente para representar e defender os interesses do sistema cooperativista paranaense.

O Cooperativismo é a forma mais evoluída do associativismo. O associativismo nasceu junto com o homem e provém da necessidade da união para vencer as agruras e desafios do mundo real. A sociedade cooperativa, em sua estrutura moderna, tal qual a conhecemos, tem seu ponto inicial e exemplificativo na "Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale", uma cooperativa de consumo, surgida em 1844, na cidade inglesa de Rochdale, que consistiu basicamente da união de tecelões que anteriormente constituíram uma poupança comunitária para aquisição de bens de consumo em maior escala, com preço diferenciado, para divisão em comum. Porém, a idéia da valorização da união entre as associações já existia muito antes. Em 1.835, um dos grandes precursores do cooperativismo, Robert Owen iniciou um projeto com o objetivo de internacionalizar o sistema,



criando a "Associação de todas as classes de todas as nações" que sugeria a constituição de uma cooperativa central com sucursais em todas as partes do mundo. Devido a vários fatores adversos, a idéia não vingou, porém a semente estava lançada. Na Inglaterra, berço da primeira cooperativa do mundo moderno, na França, pioneira das cooperativas operárias de produção, na Alemanha, onde Schulze Delitsch e Raiffeisen constituíram as primeiras cooperativas de crédito, na Escócia e em vários outros países foram sendo organizadas uniões, federações e confederações de cooperativas que criaram as condições para a articulação da constituição de uma entidade internacional de representação do cooperativismo.

Na representação nacional, tem-se a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB). Cabe a ela, sociedade civil, com sede em Brasília, que nasceu durante a realização do IV Congresso Brasileiro de Cooperativismo em Belo Horizonte, no qual se decidiu pela fusão da ABCOOP e da UNASCO e pela existência de apenas uma entidade de representação do cooperativismo no Brasil. Estruturada nos termos da Lei nº 5.764/71 foi definitivamente criada em 1.971 para atuar como representante legal do sistema cooperativista nacional e como órgão técnico consultivo ao governo, congregando as organizações estaduais constituídas com a mesma natureza. Representa todos os ramos do cooperativismo brasileiro, composto por mais de 7.026 cooperativas e mais de 5.258.600 cooperados.

#### 2.5.1. Aliança Cooperativa Internacional

Nasceu em 1.895 e foi a primeira organização não governamental a quem as Nações Unidas concedeu status de órgão consultivo. Seu objetivo principal é promover e fortalecer cooperativas autônomas em todo o mundo. Presente nos cinco

continentes, esta associação independente e não governamental reúne, representa e apoia a autonomia, integração e desenvolvimento do cooperativismo.

Mediante atividades de âmbito internacional, regional e nacional a ACI também procura promover e defender os valores e princípios do cooperativismo; estimular relações mutuamente vantajosas entre suas organizações, de caráter econômico ou de outra índole; favorecer os progressos econômicos e sociais dos povos, contribuindo assim para a paz e a segurança internacional. A ACI congrega mais de 657.000 cooperativas e 780.000.000 de cooperados. Sua sede fica em Genebra na Suíça.

#### 2.5.2. Organização das Cooperativas da América

Foi fundada como organismo de integração, representação e defesa do cooperativismo dos organismos de integração, representação e defesa do cooperativismo dos países da América, em 1.963, na cidade de Montevideu, no Uruguai. A OCA, integrada por vinte países, mantém relações com movimentos cooperativistas e com organizações internacionais, sejam elas governamentais ou não. Tem como sede permanente a cidade de Bogotá, na Colômbia.

#### 2.5.3. A organização das Cooperativas Brasileiras

Tornou-se o ícone institucional do cooperativismo no Brasil, a partir de um movimento das cooperativas reunidas em duas entidades, iniciado há quase quatro décadas. Oficialmente, a OCB soma 37 anos, em 2.007.

#### 2.5.4. Organização das Cooperativas do Estado

Todos os estados brasileiros têm a sua OCE. Essa organização congrega e representa todos os ramos do cooperativismo no respectivo estado e presta serviços às filiadas, conforme o interesse e as necessidades das mesmas. As Organizações das Cooperativas de cada estado têm voto na eleição da Diretoria e Conselho Fiscal da OCB.

#### 2.5.5. Organização das Cooperativas do Estado do Paraná

A fundação da OCEPAR aconteceu em Curitiba no dia 02 de abril de 1971 em Assembléia Geral, realizada na sede da então Agromate por decisão de trinta e quatro cooperativistas do Estado do Paraná, consideradas fundadoras, e sua missão se constituía em representar e defender os interesses do sistema cooperativista paranaense perante as autoridades constituídas e a sociedade, bem como prestar serviços adequados ao pleno desenvolvimento das cooperativas e de seus integrantes. Estas mesmas cooperativas decidiram em 03 de abril de 1971.

A OCEPAR surgia, portanto, nove meses antes da promulgação da Lei 5.764 de 16 de dezembro de 1971, que definiu a política nacional do cooperativismo e a reapresentação do sistema através da OCB e entidades estadual, as OCE's, criadas com as mesmas características da organização nacional – Lei 5.764, capítulo XXV, artigo 105, parágrafo 1º.

As lideranças cooperativas já desde a época da fundação da OCEPAR, lutando com enormes dificuldades econômicas e financeiras, além da falta de pessoal qualificado, sentiam a necessidade de disporem, para viabilizar um

harmônico desenvolvimento do cooperativismo estadual, de uma bem estruturada Organização de representação classista – a OCEPAR, e de uma estrutura de apoio técnico e consultivo e de treinamento – a ASSOCEP, estruturas que não só fundaram, mas também apoiaram e prestigiaram com todo o entusiasmo, delegando às duas instituições, crescentes responsabilidades, basicamente nas áreas de defesa econômica, do fortalecimento da representação institucional, do desenvolvimento sócio econômico e educacional, além do desenvolvimento exemplar projeto de esforço cooperativo no setor de pesquisa e experimentação.

Com a promulgação da Constituição do Brasil em 1.988, que em seu art. 5 Inc. XVIII veda a interferência estatal no funcionamento das cooperativas, as cooperativas paranaenses, após amplos debates e estudos, aprovaram em setembro de 1.990, em Assembléia Geral da OCEPAR, o Programa das Cooperativas Paranaenses, que iniciou suas atividades em março de 1.991, com os objetivos específicos de orientação na constituição e registro de cooperativas; acompanhamento de desempenho, educação, capacitação e reciclagem; organização dos cooperados; comunicação e integração.

Em 10 de outubro de 1.999, nova instituição foi vinculada a OCEPAR. Trata-se do SESCOOP/PR, órgão descentralizado pelo Conselho Nacional do Serviço de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP), que concretizou um desejo do cooperativismo como forma de melhor viabilizar o Programa de Autogestão das Cooperativas Paranaenses. Criado através de Medida Provisória 1.715 de 03 de setembro de 1.998, de suas edições, e do Decreto 3.017 de 07 de abril de 1.999, tem personalidade jurídica de direito privado, e por finalidade a execução das ações de monitoramento, capacitação profissional e promoção social no âmbito das cooperativas do estado.

O SESCOOP/PR surgiu com o objetivo de ser um instrumento de modernização e de melhoria empresarial das sociedades cooperativas, com vistas à agregação de valores para cooperados, de assegurar a transparência da administração da cooperativa, desenvolver a orientação quanto à constituição e registro das cooperativas, favorecer a profissionalização da gestão por meio da execução de programas de educação, formação, capacitação e reciclagem de empregados, dirigentes de cooperativas e cooperados; e, através do monitoramento, supervisão, auditoria de gestão e controle das cooperativas, aumentarem sua agilidade e competitividade no mercado, tornando o sistema cooperativista um referencial de modelo de empresa, espelhando qualidade e confiabilidade ao público em geral.

## 2.6. LEGISLAÇÃO DO COOPERATIVISMO

Neste item será tratado sobre a legislação do cooperativismo, na Constituição Federal, no Código Civil e na lei geral das Cooperativas Brasileiras.

### 2.6.1. Cooperativismo na Constituição Federal

Em diversos capítulos da Carta Magna, a Constituição Federal de 1.988, o cooperativismo é disciplinado. São disposições que consagram direitos, deveres e princípios em vários campos das relações sociais. A seguir, os dispositivos constitucionais que incentivam e defendem o cooperativismo no Brasil.

Dos direitos e Garantias Fundamentais, no capítulo 1 (Dos direitos e deveres individuais e coletivos) em seu 5º artigo, (...) todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

XVIII – a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada à interferência estatal em seu funcionamento;

Da tributação e do Orçamento, no seu capítulo 1 (Do sistema tributário nacional) princípios gerais, seu 146º artigo (...) cabe a lei complementar estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária especialmente sobre adequado tratamento tributário ao ato cooperativo praticado pelas sociedades cooperativas.

Da Ordem econômica e Financeira, no capítulo 1 (Dos princípios gerais da atividade econômica) seu 174º artigo, como agente normativo e regulador da

atividade econômica, o Estado exercerá, na forma de lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado. Capítulo 2 (Da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária) seu 187 artigo, a política agrícola será planejada e executada na forma da lei, com participação efetiva do setor de produção, envolvendo produtores e trabalhadores rurais, bem como dos setores de comercialização, de armazenamento e de transportes, levando em conta especialmente (... VI) o cooperativismo. Capítulo 4 (Do Sistema Financeiro Nacional) artigo 192 está estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do país e a servir aos interesses da coletividade, em todas as partes que o compõem, abrangendo as cooperativas de crédito, será regulado por leis complementares que disporão, inclusive, sobre a participação do capital estrangeiro nas instituições que o integram.

E ainda em seu 47º artigo (ato das Disposições Constitucionais Transitórias), na liquidação dos débitos, inclusive suas renegociações e composições posteriores, ainda que ajuizados, decorrentes de quaisquer empréstimos concedidos por bancos ou por instituições financeiras, não existirá correção monetária desde que o empréstimo tenha sido concedido (... parágrafo 7º) no caso de repasse a agentes financeiros oficiais ou cooperativos de crédito, o ônus recairá sobre a fonte de recurso originária.

#### 2.6.2 A Sociedade Cooperativa no Código Civil

O Código Civil Brasileiro de 2.002 (Lei N° 10.406), dispõe sobre a sociedade cooperativa, suas características, responsabilidade dos sócios, no seu capítulo VII, que em breve palavras descreve o seguinte: seu artigo 1.093 diz que a sociedade

cooperativa reger-se-á pelo dispositivo no presente capítulo, ressalvada a legislação especial. No seu artigo 1.094 descreve as principais características da sociedade cooperativa: dispensa do capital, limitação do valor da soma das quotas, intransferibilidade das quotas do capital, direito de cada sócio a um só voto, distribuição dos resultados e indivisibilidade do fundo de reserva entre os sócios.

Em seu artigo 1.095, fala que a responsabilidade dos sócios pode ser limitada ou ilimitada. É limitada a responsabilidade na cooperativa em que o sócio responde somente pelo valor de suas quotas e pelo prejuízo verificado nas operações sociais, guardada a proporção de sua participação nas mesmas operações. É ilimitada a responsabilidade na cooperativa em que o sócio responde solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais.

### 2.6.3 Lei Geral das Cooperativas Brasileiras

A lei n.º 5.764, conhecida como Lei Geral das Cooperativas Brasileiras, foi promulgada pelo então presidente da República Emílio Garrastazu Médici e entrou em vigor no dia 16 de dezembro de 1971, quando foi publicada no Diário Oficial da União.

Essa lei define a Política Nacional de Cooperativismo e institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, “celebram contrato de sociedade cooperativa as pessoas que reciprocamente se obrigam a contribuir com bens ou serviços para o exercício de uma atividade econômica, de proveito comum, sem objetivo de lucro”, podendo adotar por objeto qualquer gênero de serviço, operação ou atividade, assegurando-lhes o direito exclusivo de e exigindo-lhes a obrigação do uso da expressão “cooperativa” em sua denominação.



E, ainda, “as cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviços aos associados, distinguindo-se das demais sociedades pelas características anteriormente citadas nos princípios do cooperativismo”.

A cooperativa deve ser constituída apenas quando existem quatro condições fundamentais: a necessidade de ser esta a melhor forma jurídica, o interesse dos futuros cooperados, a viabilidade econômico-financeira e a legalidade do ato constitutivo.

A íntegra da Lei 5.764/71 encontra-se nos anexos deste estudo.

## 2.7. TRIBUTAÇÃO NAS ENTIDADES COOPERATIVAS

Este item traz alguns dos principais impostos aplicados a uma sociedade cooperativa. O programa de integração social, a contribuição para financiamento da seguridade social, a contribuição social, o imposto de renda pessoa jurídica, o instituto nacional de seguridade social, o imposto sobre serviços e o imposto sobre circulação de mercadorias.

Especialistas em direito tributário fazem uma lista dos impostos, tributos e taxas a que uma entidade cooperativa está sujeita e em que situações. Algumas das implicações tributárias, bem como as não-incidentes, são:

### 2.7.1. Programa de Integração Social

A partir de 1º de novembro de 1.999, somente as Sociedades Cooperativas que usufruírem do benefício da exclusão da base de cálculo das operações abaixo citadas, ficam obrigadas a contribuir para o PIS-PASEP com base na folha de salários (1%) (inciso I do parágrafo 2º do art. 15 da Medida Provisória 2.113-27/2001):

a) Os valores repassados aos associados, decorrentes da comercialização de produto por eles entregue à cooperativa - as receitas de venda de bens e mercadorias a associados;

b) as receitas decorrentes da prestação, aos associados, de serviços especializados, aplicáveis na atividade rural, relativos a assistência técnica, extensão rural, formação profissional e assemelhada;

c) as receitas decorrentes do beneficiamento, armazenamento e industrialização de produção do associado;

d) as receitas financeiras decorrentes de repasse de empréstimos rurais contraídos junto a instituições financeiras, até o limite dos encargos a estas devidos;

e) das sobras apuradas na Demonstração do Resultado do Exercício, antes da destinação para a constituição do Fundo de Reserva e do Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social, previstos no art. 28 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971 (exigência incluída pelo artigo 33, VI e § 5 da Instrução Normativa 247/2002).

A base de cálculo do PIS (folha de salários 1%) é o total da folha de pagamento mensal de seus empregados.

Entende-se por folha de pagamento mensal, o total dos rendimentos do trabalho assalariado de qualquer natureza, tais como salários, gratificações, comissões, adicional de função, ajuda de custo, aviso prévio trabalhado, adicional de férias, quinquênio, adicional noturno, hora extra, 13º salário e repouso semanal remunerado.

Não integra a base de cálculo: o salário-família; o aviso prévio indenizado; o FGTS pago diretamente ao empregado na rescisão contratual; a indenização por dispensa, desde que dentro dos limites legais.

A cooperativa não tendo empregados não estará sujeita ao PIS/FOLHA por não ter base de cálculo para recolhimento do mesmo.

De acordo com a legislação em vigor, a contribuição incide o percentual de 1% sobre a folha de pagamento de funcionários da cooperativa, e em casos de operar com não-associados, incide percentuais de 0,65% de acordo com a Medida Provisória 1.546-22, de 7 de agosto de 1.997.

A contribuição PIS/PASEP e a COFINS, devidas pelas sociedades cooperativas, serão calculadas com base no seu faturamento mensal.

O faturamento corresponde à receita bruta mensal da sociedade cooperativa.

Entende-se por receita bruta a totalidade das receitas auferidas pela sociedade cooperativa, sendo irrelevantes o tipo de atividade por ela exercida e a classificação contábil adotada para as receitas.

Para fins de determinação da base de cálculo do PIS e COFINS poderão ser excluídos da receita bruta mensal os valores correspondentes a:

a) vendas canceladas, descontos incondicional concedidos, Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI e Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre a Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicações – ICMS, quando cobrados do vendedor dos bens ou prestador de serviços na condição de substituto tributário;

b) reversões de provisões operacionais e recuperações de créditos baixados como perda, que não representem ingressos de novas receitas;

c) receitas decorrentes da venda de bens do ativo permanente;

d) os valores repassados aos associados, decorrentes da comercialização de produto por eles entreguem à cooperativa (exceto em relação a comercialização dos produtos de associados pessoa jurídica);

e) as receitas de venda de bens e mercadorias a associados que sejam vinculados diretamente à atividade econômica desenvolvida pelo associado e que seja objeto da cooperativa;

f) as receitas decorrentes da prestação, aos associados, de serviços especializados, aplicáveis na atividade rural, relativos a assistência técnica, extensão rural, formação profissional e assemelhada;

g) as receitas decorrentes do beneficiamento, armazenamento e industrialização de produção do associado;

h) as receitas financeiras decorrentes de repasse de empréstimos rurais contraídos junto a instituições financeiras, até o limite dos encargos a estas devidos;

i) o resultado positivo da avaliação de investimentos pelo valor do patrimônio líquido e os lucros e dividendos derivados de investimentos avaliados pelo custo de aquisição, que tenham sido computados como receita (Lei 9.718/98, art. 3º, § 2º, II).

j) das sobras apuradas na Demonstração do Resultado do Exercício, antes da destinação para a constituição do Fundo de Reserva e do Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social, previstos no art. 28, da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971.

A entrega de produção à cooperativa, para fins de beneficiamento, armazenamento, industrialização ou comercialização, não configura receita do associado.

Desta forma, para fins de tributação, o associado somente registrará a receita quando, efetivamente, a cooperativa efetivar a venda (faturamento) do produto.

Nas empresas que participam de cooperativas isto significa que tais produtos deverão constar de conta de estoques de terceiros.

As sociedades cooperativas de produção agropecuária e de eletrificação rural poderão excluir da base de cálculo do PIS e da COFINS:

a) os custos agregados ao produto agropecuário dos associados, quando da sua comercialização.

b) os valores dos serviços prestados pelas cooperativas de eletrificação rural a seus associados.

O disposto alcança os fatos geradores ocorridos a partir a partir de 1º de janeiro de 2003.

Base: artigo 17 da Lei 10.684/2003.

Considera-se custo agregado ao produto agropecuário os dispêndios pagos ou incorrido com matéria-prima, mão-de-obra, encargos sociais, locação, manutenção, depreciação e demais bens aplicados na produção, beneficiamento ou acondicionamento e os decorrentes de operações de parcerias e integração entre a cooperativa e o associado, bem assim os de comercialização ou armazenamento do produto entregue pelo cooperado.

Os custos dos serviços prestados pela cooperativa de eletrificação rural abrangem os gastos de geração, transmissão, manutenção e distribuição de energia elétrica, quando repassados aos associados.

Em relação aos fatos geradores ocorridos a partir de 1º de fevereiro de 1999, são isentas da contribuição ao PIS/PASEP e da COFINS as receitas decorrentes de:

- I – exportação de produtos para o exterior;
- II – serviços
- III – fornecimento de mercadorias ou serviços para uso ou consumo de bordo em embarcações e aeronaves em tráfego internacional, quando o pagamento for efetuado em moeda conversível;
- IV – transporte internacional de cargas e passageiro;
- V – vendas realizadas pelas cooperativas às empresas comerciais exportadoras nos termos do Decreto-Lei n.º 1.248, de 29 de novembro de 1972, e alterações posteriores, desde que destinadas ao fim específico de exportação para o exterior.

VI – vendas, com o fim específico de exportação para o exterior, a empresas exportadoras registradas na Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

As isenções não alcançadas para o PIS e COFINS previstas não alcançam as receitas de vendas efetuadas a:

- a) empresa estabelecida na Zona Franca de Manaus, na Amazônia Ocidental ou em área de livre comércio;
- b) empresa estabelecida em zona de processamento de exportação;
- c) estabelecimento industrial, para industrialização de produtos destinados a exportação, ao amparo do art. 3 da Lei 8.402, de 08 de janeiro de 1992

#### 2.7.2. Contribuição para Financiamento da Seguridade Social

A Legislação que trata da COFINS está na Constituição Federal art. 195, nas Leis Complementares n.º 70/91 e n.º 85/96, Lei n.º 9.718 – DOU 28.11.98 – Lei n.º 10.833 – DOU 30.12.2003, Ementa Constitucional n.º 20 – DOU 16.12.98, Medida Provisória n.º 2.158-35 – DOU 27/08/01, Lei n.º 10.925 – DOU 26.07.04, Decreto n.º 5.164 – DOU 30.07.04.

O art. 1º da LC 70/91 elegeu como sujeito passivo da obrigação tributária da COFINS as pessoas jurídicas em geral e a elas equiparadas pela legislação do imposto de renda, exceto entidades beneficentes de assistência social, Sindicatos, federações, conselhos de classe profissional.

Foi revogada a isenção da COFINS, prevista na Lei Complementar 70/91, para as cooperativas.

Portanto, a partir de 01.11.1999 (data fixada pelo Ato Declaratório SRF 88/99), as cooperativas deverão recolher 3% sobre a receita bruta, com as exclusões e isenções e demais procedimentos na base de cálculo já explanados anteriormente, válidos tanto para o PIS quanto para a COFINS.

Para as cooperativas de produção agropecuária e as de consumo, a partir de 01.05.2004 – estas estarão sujeitas à COFINS não cumulativa.

Por força do artigo 18 da Lei 10684/2003, a partir de 01.09.2003 a alíquota da COFINS fica elevada para 4% (quatro por cento) para as pessoas jurídicas referidas nos §§ 6 e 8 do art. 3 da Lei 9718/1998, ou seja para cooperativas de crédito:

- a) bancos comerciais, bancos de investimentos, bancos de desenvolvimento, caixas econômicas, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário, sociedades corretoras, distribuidoras de títulos e valores mobiliários, empresas de arrendamento mercantil, cooperativas de crédito, empresas de seguros privados e de capitalização, agentes autônomos de seguros privados e de crédito e entidades de previdência privada abertas e fechadas e
- b) pessoas jurídicas que tenham por objeto a securitização de créditos.

### 2.7.3. Contribuição Social Sobre o Lucro

A contribuição social sobre o lucro das pessoas jurídicas é uma das fontes de recursos previstos no art. 195 da Constituição Federal que destina-se ao financiamento da seguridade social.

Os contribuintes são pessoas jurídicas domiciliadas no País e as que lhe são equiparadas pela legislação tributária (Lei.7.689/88).



A base de cálculo poderá ser : lucro contábil, antes da provisão para imposto de renda com alguns ajustes; um montante presumido ou arbitrado ou ainda simples.

Conforme art. 28 da Lei 9.430/96, aplicam-se a Contribuição Social as mesmas normas de imposto de renda, (períodos e formas de apuração, conceitos de receita bruta, demais receitas, ganhos de capital, renda variável, etc) portanto o pagamento de ambos os tributos deverá ser pela mesma base de apuração : lucro – estimativa ou presumido. Por exemplo, uma empresa opta por recolher o IRPJ pelo lucro real e a CSSL pelo lucro presumido; isto é ilegal. Escolhida a opção, deverá proceder a tributação tanto do IRPJ quanto da CSSL pela mesma forma escolhida.

Nas cooperativas, por força do art. 21 da Lei 10.865/2004, que alterou o art. 32 da Lei 10.833/2003, a partir de 01.05.2004 não mais será exigida a retenção da parcela da CSLL sobre pagamentos às cooperativas.

Destarte, a Instrução Normativa SRF nº 459/2004 de 18.10.2004, no seu art. 5º dispõe que a retenção da parcela da CSLL sobre pagamentos às cooperativas não será mais exigida somente a partir de 1º de janeiro de 2005. O entendimento do autor desta obra é o de que a Instrução Normativa não pode alterar a Lei.

Observe-se ainda que a partir de 01 de janeiro de 2005, as sociedades Cooperativas, exceto as de consumo, estarão isentas da CSLL sobre os atos cooperativos, conforme artigo 39 da Lei 10.865/2004.

A isenção da retenção da CSLL e a isenção definitiva da CSLL sobre as cooperativas são assuntos distintos, pois a partir de 01.05.2004 até 31.12.2004 é devida a CSLL para as Cooperativas, porém sua retenção está dispensada (art. 32 da Lei 10.833/2003, alterada pelo art. 21 da Lei 10.865/2004); a partir de 1º de janeiro de 2005 não será mais devida a CSLL sobre as cooperativas, exceto as cooperativas de consumo (art. 39 da Lei 10865/2004).

Observe-se que continua a exigência de retenção da COFINS e do PIS.

O PN CST 66/86 dispôs que as receitas operacionais de empresas excepcionalmente associadas a cooperativas de venda em comum devem ser apropriadas em função do faturamento das vendas a terceiros.

Assim, a correta contabilização na empresa vendedora que participa de uma cooperativa de venda em comum (como, por exemplo, de uma cooperativa de exportação), deverá ser a seguinte:

- a) No momento da entrega das mercadorias á cooperativa:
- b) Por ocasião do faturamento da Cooperativa pela venda a terceiros:
- c) Pela baixa dos estoques vendidos:

#### 2.7.4. Imposto de Renda Pessoa Jurídica

As sociedades cooperativas tiveram tratamento diferenciado e favorecido. O art. 146 da atual Constituição dispõe que cabe à lei complementar estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária, especialmente, entre outros, sobre adequado tratamento tributário ao ato cooperativo praticado pelas cooperativas. O Governo na ânsia de arrecadar, todavia, cada vez mais está equiparando as sociedades cooperativas às demais pessoas jurídicas com fins lucrativos no pagamento de tributos.

As sociedades cooperativas, como já anteriormente citado, são regidas pela Lei 5.764/71 que definiu a Política Nacional de Cooperativismo e instituiu o regime jurídico das cooperativas. Muitas polêmicas tem sido levantadas acerca da determinação da base de cálculo do imposto de renda sobre os resultados auferidos

pelas cooperativas. É muito grande atualmente, o número de processos fiscais envolvendo as sociedades cooperativas.

O art. 111 da Lei 5.764/71 dispõe que serão considerados como renda tributável os resultados positivos obtidos pelas cooperativas nas operações de que tratam os arts. 85,86 e 88 da Lei.

No art. 85 “As cooperativas agropecuárias e de pesca poderão adquirir produtos de não associados, agricultores e pecuaristas ou pescadores, para completar lotes destinados ao cumprimento de contratos ou suprir capacidade ociosa de instalações industriais das cooperativas que as possuem.”

Art. 86 “As cooperativas poderão fornecer bens e serviços a não associados, desde que tal faculdade atenda aos objetivos sociais e estejam de conformidade com a presente Lei”.

Art.88 “Poderão as cooperativas participar de sociedades não cooperativas para melhor atendimento dos próprios objetivos e de outros de caráter acessório ou complementar”.

A Lei 5.764/71 delimitou o campo da incidência tributária em relação ao imposto de renda. Não delimitou o campo da não incidência e nem da isenção fiscal. Os resultados tributáveis nas declarações de rendimentos das sociedades cooperativas são os oriundos de operações com não associados de que tratam os artigos 85,86 e 88.

O regulamento do Imposto de Renda é taxativo de que, nas cooperativas que operam com associados, praticando, assim, o ato cooperativo, ( artigo 79 da Lei 5.764) as sobras por acaso existentes no encerramento do balanço não são tributadas, levando-se em linha de consideração, que a cooperativa não é sociedade comercial.

a) Aplicações financeiras, o imposto de renda e as novas Leis

A Lei n.º 11.033, de 21 de dezembro de 2004 altera a tributação do mercado financeiro e de capitais.

Da mesma forma Lei nº 11.053, de 29 de dezembro de 2004 dispõe sobre a tributação dos planos de benefícios de caráter previdenciário e dá outras providências.

Conhecer a tributação de cada uma de suas aplicações é fundamental para você não pagar impostos desnecessários. Em termos gerais, todas as aplicações financeiras estão sujeitas à cobrança de três tributos no Brasil: Imposto de Renda, CPMF e IOF.

As novas leis que já estão vigorando, em resumo no que dizem respeito ao momento da cobrança do Imposto de Renda podem ser resumidas da seguinte forma; para fundos de renda fixa o momento da cobrança dar-se-á no último dia útil dos meses de Maio e Novembro ou ainda na data do seu resgate, se o último ocorrer primeiro; já nos fundos de renda variável a cobrança do imposto somente será feita na data do resgate. Nos CDB's a cobrança será feita também no resgate ou no vencimento do papel.

As alíquotas de Imposto de Renda dos Fundos de Renda Fixa podem ser divididas da seguinte forma:

a) Fundos com carteira de prazo médio de até 365 dias: 22,5% - aplicações de até 180 dias; 20,0% - aplicações acima de 180 dias.

b) Fundos com carteiras de prazo médio acima de 365 dias: 22,5% - aplicações de até 180 dias; 20,0% - aplicações de 181 a 360 dias; 17,5% - aplicações de 361 a 720 dias; 15%,0 – aplicações acima de 720 dias .

Por essa razão a empresa estudada, que será detalhada mais a pouco, costuma manter seus investimentos por mais de 720 dias, visto que alíquota de tributação do imposto, segue significativa redução de um percentual inicial de 22,5% vai para 15%.

#### 2.7.5. Instituto Nacional de Seguridade Social

Alguns conceitos de cooperativas para fins previdenciários.

Cooperativa de trabalho, espécie de cooperativa também denominada cooperativa de mão-de-obra, é a sociedade formada por operários, artífices, ou pessoas da mesma profissão ou ofício ou de vários ofícios de uma mesma classe, que, na qualidade de associados, prestam serviços a terceiros por seu intermédio.

A cooperativa de trabalho intermedia a prestação de serviços de seus cooperados, expressos em forma de tarefa, obra ou serviço, com os seus contratantes, pessoas físicas ou jurídicas, não produzindo bens ou serviços próprios.

Base: art. 289 da Instrução Normativa INSS 100/2003.

A cooperativa de produção é aquela em que seus associados contribuem com serviços laborativos ou profissionais para a produção em comum de bens, quando a cooperativa detenha por qualquer forma os meios de produção.

Base: § 3 do art.1 da Lei 10666/2003.

A partir de 01.03.2000, a contribuição INSS a cargo da empresa contratante é de 15% sobre o valor bruto da nota fiscal, relativamente aos serviços prestados por cooperativas de trabalho (item IV do art. 22 da Lei 8212/99 incluído pela Lei 9876/99).

Como se trata de uma despesa da empresa contratante, não há que se falar em contabilização do respectivo valor do INSS, pela cooperativa de trabalho. Na empresa contratante, tal valor constituirá custo ou despesa operacional.

A empresa contratante de cooperativa de trabalho deve recolher a contribuição adicional, perfazendo a alíquota total de vinte e quatro, vinte e dois ou vinte pontos percentuais, incidente sobre o valor bruto da nota fiscal ou da fatura de prestação de serviços emitida pela cooperativa, quando a atividade exercida pelos cooperados a seu serviço os exponha a agentes nocivos, de forma a possibilitar a concessão de aposentadoria especial.

A cooperativa de trabalho deverá emitir nota fiscal ou fatura de prestação de serviços específica para os serviços prestados pelos cooperados em condições especiais ou discriminar o valor dos serviços referentes a estes cooperados, na hipótese de emitir nota fiscal ou fatura única.

Cabe à empresa contratante informar mensalmente à cooperativa de trabalho a relação dos cooperados a seu serviço que exerçam atividades em condições especiais, identificando o tipo de aposentadoria especial que a atividade enseja.

Base: art. 302 da Instrução Normativa INSS 100/2003

A partir de 01.03.2000 acabou a obrigatoriedade da retenção do INSS na nota fiscal e a responsabilidade solidária entre a contratante e a cooperativa de trabalho (item 15.8 da IN INSS 04/1999).

A cooperativa pagará INSS normal sobre os seus funcionários e até fevereiro/2000, 15% sobre o total de remunerações pagas ou creditadas, durante o mês, pelos serviços prestados por seus cooperados.

Caso a cooperativa remunere autônomos ou dirigentes não empregados ou cooperados, incidirá sobre respectiva remuneração INSS de 15% até fevereiro/2000 e 20% a partir de março/2000.

A partir de 01.03.2000, a cooperativa de trabalho não está sujeita à contribuição INSS (20%) em relação aos valores pagos aos respectivos cooperados, a título de serviços prestados a empresas (parágrafo 19 do art. 20 do Decreto 3048/99, incluído pelo Decreto 3265/99).

A partir de 01.04.2003, a cooperativa é obrigada a arrecadar a contribuição previdenciária do contribuinte individual a seu serviço, mediante desconto na remuneração paga, devida ou creditada a este segurado.

A cooperativa de trabalho é obrigada a descontar:

- a) 11% (onze por cento) do valor da quota distribuída ao cooperado por serviços por ele prestados, por seu intermédio, a empresas e
- b) 20% (vinte por cento) em relação aos serviços prestados a pessoas físicas.

Base: § 31 do artigo 216 do Decreto 3048/1999 (redação dada pelo Decreto 4729/2003).

A retenção não se aplica quando houver contratação de contribuinte individual por outro contribuinte individual equiparado a empresa, ou por produtor rural pessoa física ou por missão diplomática e repartição consular de carreira estrangeiras.

Também não se aplica quando houver contratação de brasileiro civil que trabalha no exterior para organismo oficial internacional do qual o Brasil é membro efetivo.

A cooperativa que remunerar contribuinte individual deverá fornecer a este, comprovante de pagamento pelo serviço prestado consignando, além dos valores da

remuneração e do desconto feito a título de contribuição previdenciária, a sua identificação completa, inclusive com o número no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) e o número de inscrição do contribuinte individual no Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

Para efeito da observância do limite máximo do salário de contribuição, o contribuinte individual que prestar serviços, no mesmo mês, a mais de uma empresa ou cooperativa, deverá informar a cada um o valor ou valores recebidos sobre os quais já tenha incidido o desconto da contribuição, mediante a apresentação do comprovante de pagamento com as informações previstas anteriormente.

O segurado contribuinte individual que prestar serviço a empresas e, concomitantemente, exercer atividade como segurado empregado ou trabalhador avulso, para efeito da observância do limite máximo do salário de contribuição, deverá apresentar à empresa na qual exerce a atividade de empregado ou à cooperativa contratante quando trabalhador avulso não portuário, o comprovante de pagamento com as informações previstas anteriormente.

A cooperativa que remunerar contribuinte individual que tenha comprovado a prestação de serviços a outras empresas, ou que tenha exercido, concomitantemente, atividade como segurado empregado ou trabalhador avulso, no mesmo mês, deverá informar na Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social (GFIP), a ocorrência de múltiplas fontes pagadoras.

A cooperativa que remunerar segurado empregado deverá informar na Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social – GFIP, a ocorrência de múltiplas fontes pagadoras, quando o



segurado empregado comprovar que, concomitantemente, prestou serviços como contribuinte individual a outras empresas ou que exerceu atividade de contribuinte individual por conta própria, no mesmo mês.

Os comprovantes devem ser mantidos à disposição da fiscalização durante 10 (dez) anos, em conformidade com o § 50 do art. 225 do RPS (Regulamento da Previdência Social).

A partir da competência 01/1999 as Cooperativas passam a recolher ao Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo – SESCOOP, 2,5% (dois vírgula cinco por cento), incidente sobre o montante da remuneração paga a todos os empregados, em substituição a contribuição até então efetuada para SENAR, SENAI, SESI, SESC, SENAC, SEST, SENAT.

Sobre o assunto, a Previdência Social divulgou a Ordem de Serviço nº 200, de 07.01.99, da Diretoria de Arrecadação e Fiscalização do INSS (observadas as alterações decorrentes da Instrução Normativa 3, de 24.11.99, da Diretoria Colegiada do INSS - DOU de 1º.12.99), visando disciplinar a operacionalização da contribuição mensal compulsória destinada ao SESCOOP, a ser recolhida a partir da competência janeiro de 1999, em documento de arrecadação da Previdência Social.

A contribuição para o SESCOOP terá as mesmas condições, prazos, sanções e privilégios, inclusive no que se refere à cobrança judicial, aplicáveis às contribuições da Seguridade Social (sub item 1.2 da OS 200/99).

Cada cooperado deverá ter sua própria matrícula no INSS, recolhendo a contribuição pela GPS individual.

A cooperativa de trabalho e a pessoa jurídica são obrigadas a efetuar a inscrição no Instituto Nacional do Seguro Social - INSS dos seus cooperados ou

contribuintes individuais contratados, respectivamente, caso estes não comprovem sua inscrição na data da admissão na cooperativa ou da contratação pela empresa.

O trabalhador associado à cooperativa de trabalho é enquadrado na categoria de segurado contribuinte individual no Regime Geral de Previdência Social (RGPS), assim caracterizado aquele que adere aos propósitos sociais e preenche as condições estabelecidas no estatuto.

Base: art. 149 da Instrução Normativa INSS 71/2002 (DOU 15.05.2002).

Para as cooperativas de trabalho, o valor retido, a título de INSS, nas notas fiscais até 28.02.2000 poderia ser compensado pelo estabelecimento da contratada quando do recolhimento das contribuições sobre a folha de pagamento dos segurados empregados e autônomos (cooperados ou não), dentro da mesma competência.

#### 2.7.6. Imposto sobre Serviços

O ISS é um imposto de competência municipal (art.156, IV da CF) assim cada uma das prefeituras, respeitado o disposto nas leis maiores, tem plena capacidade para estabelecer as regras para sua cobrança.

Sua legislação no âmbito Federal engloba a Lei Complementar 56/87 e 100/99 e Decreto-Lei n.º 406/68, Emenda Constitucional n.º 37, de 12.06.02 (DOU – 13.06.2002 e Lei Complementar n.º 116, de 31.07.2003 (DOU – 01.08.2003).

Sua hipótese de incidência cabe a uma lista de serviços aprovada pelo Decreto-Lei n.º 406/68 e pelas Leis Complementares Federais nºs 56/87 e 100/99. A lista de serviços é taxativa, ou seja, só estão obrigados ao recolhimento do ISS os serviços nela relacionados.

Para que os municípios possam cobrar ISS, devem instituí-los através de Lei Ordinária própria, que poderá adotar todos os itens da Lista de Serviços da LC 56/87, ou alguns deles, sendo-lhes proibido criar serviços não previstos nessa norma complementar.

O fato gerador do imposto ISS é a prestação por empresas ou profissional autônomo, com ou sem estabelecimento fixo de serviços, constantes na lista anexa à LC 56/87 (CTN, art.8).

O ISS é disciplinado pelo Decreto n.º 406, de 31.12.68, com força de Lei Complementar, fundamentado na Constituição Federal anterior a 1.998, por meio do qual foi aprovada a Lista de Serviços, contendo 66 (sessenta e seis) itens.

Em 08.09.1969 o Decreto-lei n.º 834 introduziu diversas modificações no citado Decreto-lei e na Lista de Serviços.

Em 1.987, por meio da Lei Complementar n.º 56, de 15.12.87, foi dada nova redação à Lista de Serviços ampliando de 66 (sessenta e seis) itens para 100 (em) itens.

Em 1.999, com a Lei Complementar n.º 100, de 22.12.99, foi acrescentado mais um item na Lista de Serviços, passando assim a 101.

A prestação de serviços a cooperados não caracteriza operação tributável pelo ISS, já que, expressamente, a Lei 5.764/71, em seu artigo 79, especifica que os atos cooperativos não implicam operação de mercado, nem contrato de compra e venda.

Neste sentido, o Supremo Tribunal Federal (STF) já se posicionou sobre a não incidência do ISS sobre atividades cooperativas:

ISS em Cooperativa, não incidência sobre a atividade desta do disposto no Decreto-lei 406/68 número 16 da lista a ele anexa, uma vez que, em face da

interpretação, dada pelas instâncias ordinárias, e a cláusula estatutária, não exerce a mencionada entidade qualquer espécie de recrutamento, colocação ou fornecimento de mão-de-obra. (Recurso Extraordinário 81966, Rel. Min. Leitão de Abreu, julgado em 01.03.1977, 1ª. Turma, votação unânime.).

Entretanto, para maior segurança tributária, é recomendável que as cooperativas efetuem consulta, por escrito, ao órgão fazendário do seu município, responsável pela fiscalização do ISS, para que o mesmo confirme o alcance da não incidência sobre atos cooperativos.

De qualquer forma, as operações realizadas pela cooperativa com terceiros, que não possam ser caracterizadas como atos cooperativos, incluídas na lista de serviços de que trata a Lei Complementar 116/2003, situam-se no campo de incidência do ISS.

#### 2.7.7. Imposto sobre Circulação de Mercadorias

O ICMS é o imposto mais importante do Sistema Tributário e responsável por cerca de 23% da receita total do País, por incidir a quase totalidade de bens e sobre alguns serviços (comunicação e transporte intermunicipal e interestadual) oferece de certa forma, uma visão aproximada do comportamento da atividade econômica. O imposto é sensível às oscilações da conjuntura econômica, refletindo rapidamente os ciclos de expansão ou contração dos negócios. No entanto, a comparação entre as taxas de crescimento do PIB e do imposto requer cautela.

O ICMS é um imposto seletivo, não cumulativo (art.155 § 2º, I da CF), indireto, e de competência estadual (art. 156, IV da CF). Assim cada um dos estados, respeitado o disposto na Constituição Federal e nas Leis Complementares Federais, tem plena capacidade para estabelecer as regras para sua cobrança.

Sua Legislação Federal compreende as Leis Complementares nrs°. 87/96, 92/97 e 102 – DOU 11.07.00, no Paraná são as Leis 11.580/96 e 13.410/0001 – DOE – 26.12.01, Decreto 5.141-13.12.01 – Regulamento do ICMS – RICMS-PR/01.

Sua incidência está nas operações relativas à circulação de mercadorias (mercadoria também conceituada como bem móvel que o comerciante, industrial ou produtor, em face de prática habitual da mercancia, utiliza para a realização de seus negócios.), prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal, serviços de comunicação e energia elétrica e entrada de mercadoria importada do exterior.

O imposto não incide principalmente sobre mercadorias e prestações de serviços destinados ao exterior, operações que transcorram a transferência de propriedade do estabelecimento e operações com mercadorias que se destinem a aplicação pelo próprio autor em serviços tributados pelo ISS.

Considera-se ocorrido o fato gerador no momento da saída da mercadoria ainda que para outro estabelecimento, do fornecimento da alimentação, bebidas por qualquer estabelecimento, do início da prestação do serviço do transporte e do desembaraço aduaneiro das mercadorias importadas do exterior.

Dá-se a circulação econômica de mercadorias quando estas são movimentadas com a finalidade de consumo ou para serem utilizadas em processo de comercialização ou industrialização, os quais gerarão novas saídas subseqüentes, até que se chegue ao consumidor final.

O contribuinte do imposto é quaisquer pessoas físicas ou jurídicas, que realize com habitualidade ou em volume que se caracterize intuito comercial, operações de circulação de mercadorias ou prestação de serviços de transporte

interestadual ou intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações ou as operações se iniciem no exterior.

As alíquotas são seletivas em função da essencialidade dos produtos e serviços e variam conforme a operação seja considerada interna ou interestadual.

## 2.8. SISTEMA DE CONTROLES

Este item descreve os controles internos, os tipos de controles na área administrativa e os tipos de controles na área operacional.

### 2.8.1. Controles Internos

Como um dos objetivos deste trabalho é a criação de um novo modelo de controle, bem como a adequação dos controles internos já existentes, no que diz respeito às aplicações financeiras, abordou-se esse item para situar o leitor no ambiente dos controles.

Verifica-se que no Brasil, bem como na maioria dos países, em desenvolvimento, não se dá devida e merecida importância ao método científico da administração e quase se desconhece por completo controle interno. Essa realidade começou a mudar no Brasil com a chegada das empresas de setores, tais como telecomunicações, indústria automobilística e bancos, entre outras.

Para que sejam asseguradas às atividades das empresas a exatidão, completude, tempestividade, coerência com os objetivos pretendidos e respeito à legislação vigente, os administradores sentiram a necessidade de criar instrumentos que resultem no adequado cumprimento das determinações estabelecidas e no caso do descumprimento, evidenciem os desafios. Esses instrumentos são chamados controles internos.

Controles internos devem ser entendidos como ações tomadas pela administração para aumentar a probabilidade de que os objetivos estabelecidos sejam atingidos. São os métodos, as medidas coordenadas e adaptadas dentro de

um negócio para resguardar os ativos da entidade, para verificar a exatidão e confiabilidade de seus dados contábeis, para promover a eficiência das operações e para estimular o perfeito ligamento às normas administrativas previstas.

O controle interno de uma empresa traduz o plano de organização e todas as medidas adotadas na empresa para salvaguardar seus ativos, verificar a exatidão e fidelidade dos dados contábeis, desenvolve a eficiência nas operações e estimula o seguimento das políticas executivas prescritas.

Isso significa que erros e procedimentos ilegais ou fraudulentos serão evitados e, na sua ocorrência, serão detectados e corrigidos dentro de curto prazo, pelos funcionários, como parte de suas funções habituais.

Controles eficientes permitem cumprir os objetivos de maneira correta e tempestiva com a mínima utilização de recursos.

### 2.8.2. Tipos de Controles

Os controles internos abrangem toda organização. Podem ser reunidos em dois grupos, de acordo com a área em que atuam; os controles internos na área administrativa e os controles internos na área operacional.

### 2.8.3. Controle na Área Administrativa

Os controles internos na área administrativa são os controles relacionados com a gestão. Eles tratam das políticas, diretrizes, planejamento, metodologia, eficiência/eficácia. Não tem relação direta com os demonstrativos financeiros. Alguns exemplos: os estatutos, o contrato social, o plano diretor de informática, a avaliação



de desempenho funcional, os relatórios estatísticos e gerenciais e o controle de frequência do pessoal.

#### 2.8.4. Controle na Área Operacional

Os controles internos na área operacional são os controles relacionados aos procedimentos, as rotinas e planos da organização relacionados com a salvaguarda dos ativos, a fidedignidade dos registros financeiros e a garantia do cumprimento dos objetivos específicos de uma operação ou transação. Alguns exemplos de controles na área operacional; confirmações, que é a verificação da existência real dos bens ou valores, contagem física, inventário; documentação, é o conjunto de papéis normalmente aceito nas transações que se apresentam bons quando o documento hábil para o registro, é suficiente no preenchimento, não tem rasuras, é autêntico e apresenta exatidão quanto ao valor demais dados estão corretos; legislação, é um conjunto de leis, decretos, regulamentos, portarias a que as empresas estão sujeitas em suas atividades, com permanente acompanhamento das alterações ocorridas, para minimizar a exposição a riscos decorrentes do descumprimento de preceitos legais.

## 2.9. MERCADO MONETÁRIO

Este item trata da estrutura do mercado monetário e dos produtos bancários disponíveis.

### 2.9.1. Estrutura do Mercado Monetário

O mercado monetário estrutura-se visando o controle da liquidez monetária da economia. Os papéis cuja negociação no mercado referenciam-se pela taxa de juros, lastream as operações do mercado monetário pelos reduzidos prazos de resgate e alta liquidez.

Quando se fala que um investimento está lastreado à taxa Selic ou Cetip, está se referenciando dois sistemas especiais de negociações.

O Selic segundo FORTUNA (2001, p.118) Sistema Especial de Liquidação e Custódia “foi desenvolvido pelo Banco Central e a Andima, constitui-se num grande computador que tem por finalidade controlar e liquidar financeiramente as operações de compra e venda de títulos públicos, mantendo sua custódia física e escritural”.

O Cetip – Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos Privados, FORTUNA (2001, p. 120) “nele o mercado costuma embutir na taxa de juros as expectativas que pode ocorrer no dia seguinte. Ele se abriga em títulos privados, como CDB, RDB, CDI, etc.”.

Os dois sistemas tanto Selic, como Cetip desempenham a função de promover a boa liquidação das operações financeiras, propiciando maior segurança e autenticidade aos negócios realizados.

As diferenças entre as taxas Selic e Cetip são pequenas, porém representadas pela natureza dos títulos constantes do sistema de liquidação verificada no próprio dia ou no dia seguinte.

### 2.9.2. Produtos Bancários

A expressão de que os investimentos estão atrelados ao CDI, e mesmo que os investidores costumam aplicar em CDB, nos traz curiosidade a respeito desses produtos bancários.

Para NETO (2005, p. 114) “o CDI, Certificado de Depósito Interfinanceiro, são títulos emitidos pelas instituições financeiras que atuam nesse segmento do mercado”.

A taxa do CDI é formada essencialmente com base nas taxas de juros reais do mercado de títulos públicos e nas taxas de inflação da economia.

Para FORTUNA (2001, p.153) “o CDB e o RDB são os mais antigos títulos de captação de recursos pelos bancos, sendo oficialmente conhecidos como depósitos a prazo”.

A principal diferença entre um CDB (Certificado de Depósito Bancário) e RDB (Recibo de Depósito Bancário) é a possibilidade do certificado de depósito bancário ser transferido a outros investidores por endosso nominativo. Já o RDB é um título intransferível.

### 2.9.3. Aplicações Financeiras

Toda pessoa jurídica que tem por obrigação legal investir parte do seu patrimônio em mercado financeiro pode ser chamada de investidor institucional.

A carteira de investimentos formada por esses investidores além de ser bastante significativa é formada pela captação de recursos junto a seus poupadores, e por rendimentos reaplicados. Dispõem de alto volume de recurso para esses investimentos e destina a maior parte para a geração de rendimentos patrimoniais.

Os investidores institucionais operam dentro de uma visão de retorno a longo prazo.

Segundo NETO (2005 p.425) “Existem dois grandes grupos de fundos de investimentos, os de renda fixa; são os que adotam uma administração passiva, procurando replicar o desempenho de um indicador de referência como CDI, Ibovespa, câmbio. E os de renda variável que mesclam em sua carteira ações e outros ativos, inclusive derivativos”.

Vários órgãos reguladores, como CVM (Comissão de Valores Mobiliários) e Banco Central, trabalham constantemente para que os investidores tenham acesso a informações transparentes sobre regras de funcionamento dos produtos de investimento, as leis, normas, políticas e riscos.

A ANBID (Associação Nacional dos Bancos de Investimentos) demonstra uma vasta classificação sobre os fundos de investimentos. Esses fundos de investimentos são regulamentados pela Instrução CVM 409/2004.

Um breve comentário sobre alguns dos fundos que serão estudados nesse trabalho:

a) Fundos de curto prazo:

Busca retorno através de investimentos em títulos indexados a CDI/Selic ou em papéis prefixados, desde que indexados e/ou sintetizados para CDI/Selic.

b) Fundos Referenciados: podem ser:

Referenciados DI: fundos que objetivam investir, no mínimo 95% de sua carteira em títulos ou operações que busquem acompanhar variações do CDI ou Selic, estando sujeitos à oscilações.

Referenciados Outros: fundos que objetivam investir, no mínimo, 95% do valor de sua carteira em títulos e operações que busquem acompanhar as variações de um parâmetro diferente dos fundos referenciados DI.

c) Fundos de Renda Fixa:

Renda Fixa: busca retorno por meio de investimentos em ativos de renda fixa, devem manter no mínimo 80% de sua carteira em títulos públicos federais ou ativos com baixo risco de crédito.

### 3. METODOLOGIA DO TRABALHO

Os objetivos específicos serão abordados pela técnica de pesquisa bibliográfica, seguindo a fundo as novas leis de Imposto de Renda:

A aplicação do manual de procedimento das aplicações financeiras irá atingir toda a estrutura financeira da cooperativa: como base para ser seguida na falta do funcionário responsável; como modelo de reestruturação de um controle interno, um modelo a ser seguido; seu custo/benefício na economia de tempo e agilidade do sistema em que será implantada.

O procedimento metodológico do estudo está estruturado em três seções: A) Caracterização da Pesquisa; B) Coleta de Dados; C) Análise e interpretação dos dados.

#### 3.1. CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Trata-se de uma abordagem que irá se utilizar recursos da pesquisa exploratória e de estudo de caso. Conforme GIL (2002, p.41), pesquisas exploratórias são aquelas que “tem como objetivo proporcionar a maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou construir hipóteses, ou mesmo aprimorar idéias ou descoberta de instituições”.

Refletindo SANTAELLA (2002, p.147) afirma que: “a pesquisa exploratória é uma espécie de prévia da pesquisa e tem por finalidade ampliar as informações do pesquisador sobre o assunto de sua pesquisa, tendo em vista seu aprimoramento rumo à elaboração de um projeto de pesquisa”.

No que diz respeito ao estudo de caso SANTAELLA (2002, p. 145) traduz que: “estudo de caso se volta para indivíduos, grupos ou situações particulares para se realizar uma indagação em profundidade que possa ser tomada como exemplar”.

### 3.2. COLETA DE DADOS

Segundo SANTAELLA (2002, p.149) “a coleta de dados também se faz a partir de uma série de prescrições, cujos instrumentos mais usados são os questionários, os formulários e as entrevistas que podem ser estruturadas, e padronizadas”.

No estudo de caso GIL (2002, p.141) acredita que a coleta de dados é o mais completo de todos os delineamentos: “no estudo de caso a coleta de dados é mais complexo que o de outras modalidades de pesquisas, pois se utiliza mais de uma técnica”.

O processo de coleta de dados dessa pesquisa será realizado mediante a pesquisas e leituras em diversos acervos bibliográficos como livros, revistas e jornais. Estará se buscando um detalhamento acentuado também da Legislação, o que pode ser considerado uma das mais ricas fontes de aprendizado desse trabalho.

### 3.3. TRATAMENTO E ANÁLISE DE DADOS

As informações coletadas através da realização da pesquisa e leitura serão analisadas de acordo com o que já conhece sobre o tema, comparando assim as informações, analisando, testando as novas propostas, refletindo e concluindo as informações obtidas.

## 4. ESTUDO DE CASO DA COOPERATIVA CASTROLANDA

Neste item será abordado o estudo de caso da empresa “Cooperativa Agropecuária Castrolanda”. Abrangendo sua estrutura, seu ramo de atividade, descrição das principais práticas contábeis, seu sistema de gerenciamento informatizado, seu sistema de aplicações financeiras e a consolidação do estudo de caso.

### 4.1. ESTRUTURA DA COOPERATIVA

Neste item será apresentado um as informações corporativas da empresa e breve histórico da Cooperativa Castrolanda, a visão da cooperativa, seu foco, o perfil de seus associados, seu sistema de gestão, sua política de capitalização, política de investimento e sua política de crédito.

#### 4.1.1. Apresentação da Cooperativa e Breve Histórico

Nome da Cooperativa: Cooperativa Agropecuária Castrolanda

CNPJ: 76.108.349/0001-03 INSC. Estadual 20.200.331-10

Ramo de atividade: Agropecuário

Endereço: Praça dos Imigrantes, 03 Caixa Postal 131 Colônia Castrolanda

CEP: 84165-970 Cidade: Castro - PR

Telefone: (xx42) 3234 – 8000 Fax: (042) 3234 – 8044

Serviço de Atendimento Castrolanda: 0800 42 1050

Home Page: [www.castrolanda.coop.br](http://www.castrolanda.coop.br)

Data da Constituição: Aos 13 de Outubro de 1951



## Área de Ação: Território Nacional



FIGURA 1: VISTA AÉREA DA COOPERATIVA CASTROLANDA



FIGURA 2 : LOGOMARCAS

Nos primeiros anos pós-guerra, um cenário de incertezas e falta de terras disponíveis na Europa motivou, em 1951, imigrantes holandeses a se estabelecer no Paraná, às margens do Rio Iapó, região dos Campos Gerais.

Em uma área original de 5.000 hectares, riqueza fundiária então impensável na Holanda, nasceram a Colônia Castrolanda e a Cooperativa Agropecuária Castrolanda.

Com a chegada das famílias holandesas veio também toda uma infraestrutura - gado leiteiro, tratores, implementos e equipamentos para uma indústria de

laticínios - apoiada em estudos e pesquisas do mais alto nível da Central de Imigração da Holanda.

O desenvolvimento da Cooperativa Castrolanda foi possível através de muita persistência e trabalho árduo dos pioneiros, que permitiram a superação da difícil fase de adaptação ao Brasil, como doenças desconhecidas no gado e a falta de assistência técnica. Começar do zero não foi fácil, mas a maioria dos imigrantes enfrentou com coragem - e até com bom humor - as dificuldades iniciais.

A criação, em 1.954, da Cooperativa Central de Laticínios do Paraná, com a qualidade inigualável dos produtos Batavo, possibilitou o impulso à produção pecuária e leiteira. A sua associação com a multinacional italiana Parmalat, formando a Batávia S.A., é um belíssimo exemplo de aliança estratégica tão necessário ao globalizado mundo em que se vive.

O exemplo de imigração em grupo, bem planejada e bem sucedida, o dinamismo criativo e empreendedor, a ampliação das atividades e a preocupação constante com a preservação do meio ambiente são os fatores do progresso e bem estar aos associados, aos funcionários e a seus familiares, constituindo a principal missão empresarial da Cooperativa Castrolanda.

Através da Fundação ABC, instituição de pesquisa exemplar mantida pela cooperativa juntamente com as cooperativas Batavo e Arapoti, as atividades produtivas contam com as mais avançadas técnicas agrônômicas e pecuárias, além de suporte econômico, fruto de investimentos maciços em geração de conhecimento e avanço tecnológico. Como resultado, as produtividades agrícolas e pecuárias estão entre as mais altas do Brasil, sendo motivo de orgulho para todo o estado do Paraná.

A Castrolanda é uma sociedade cooperativa que tem seu capital social dividido em quotas-partes, distribuída entre aproximadamente 646 sócios e com estrutura funcional de 369 colaboradores efetivos.

A cooperativa se dedica à prestação de serviços aos seus associados, e como empresa, busca desenvolver-se de maneira contínua, procurando aplicar modernas práticas de gestão, conquistar e manter vantagens competitivas na exploração das oportunidades que se abrem a cada dia no mercado.

Investe em novos projetos, sem perder o foco de atuação, mantendo-se como coordenadora da cadeia produtiva, participando ao longo dessa cadeias por conta própria ou por intermédio de parcerias e alianças estratégicas.

Os associados têm forte vocação para a produção agropecuária, investem muito em tecnologia e gestão agropecuária, objetivando a melhoria de produtividade e a administração dos seus negócios.

#### 4.1.2. Visão da Cooperativa

A visão da Cooperativa Castrolanda é continuar a ser uma cooperativa dedicada aos negócios agropecuários, sólidos, ágeis, procurando sempre aplicar as melhores técnicas de gestão, satisfazendo as expectativas dos seus clientes internos e externos, buscando a melhoria da qualidade de vida dos seus associados e colaboradores, produzindo resultados comparáveis às suas congêneres que conquistaram reconhecimento nacional.

#### 4.1.3. Foco da Cooperativa

A Cooperativa se insere em cadeias produtivas agropecuárias ocupando o papel de “Coordenadora do Processo Produtivo”, onde estão centradas as suas competências, participando também ao longo dessas mesmas cadeias através de alianças estratégicas e parceiras.

#### 4.1.4. Perfil dos Associados

A forma de administração do empreendimento, aliada ao perfil do sócio traduz vantagens competitivas importantes. Em 50 anos a formação desse perfil tem demonstrado as seguintes características dos produtores: propriedades na sua grande maioria com administração familiar, com médios e grandes empreendimentos administrados por uma estrutura profissionalizada; tecnologia de ponta acompanhando a evolução tecnológica das máquinas, equipamentos e processos produtivos; investimentos em pesquisa aplicada, praticando as melhores técnicas disponíveis; vocação agropecuária, como talento e dons naturais; diversificação planejada, através da integração agropecuária e melhor aproveitamento da capacidade produtiva e de fontes alternativas de renda.

#### 4.1.5. Sistema de Gestão

O Sistema de gestão da Cooperativa Castrolanda, está baseado no modelo do Prêmio Nacional de Qualidade – PNQ, dá FNPQ (Fundação Nacional do Prêmio da Qualidade), contemplando fundamentos como: “Gestão centrada nos Clientes, Foco nos resultados, Comprometimento da Alta Direção, Responsabilidade Social,

Valorização da Pessoas, Visão de Futuro de longo alcance, Gestão baseada em processos e informações, Ação pró-ativa e resposta rápida e Aprendizado Contínuo”. Estes valores constituem o Sistema de Gestão da Cooperativa Castrolanda, contemplando módulos de “Sistema de Liderança, Planejamento Estratégico, Foco no Cliente e no Mercado de Gestão de Pessoas, Processos, das Informações e dos Resultados”. Buscando neste modelo, os referenciais PNQ, se estará perseguindo os ideais da administração por excelência.

#### 4.1.6. Política de Capitalização

A Cooperativa Castrolanda conta com um sistema misto de capitalização, sendo praticado o modelo de capitalização contínua, com teto para o caso da Fábrica de Rações, e um novo modelo de capitalização por Cotas de Participação, aplicado na Unidade de Beneficiamento de Cereais, Batata Semente, Marrãs, Vitelos em Confinamento. Este modelo por Cotas de Participação defende a capitalização do Associado, proporcional ao uso do Patrimônio da Cooperativa. Cada cota de capital está atrelada a produção do associado. Para novos empreendimentos, este modelo tem boa aceitação por parte dos produtores e para a Cooperativa, na medida em que demonstra o comprometimento do mesmo para com o empreendimento.

#### 4.1.7. Política de Investimentos

Para os novos investimentos, assim compreendidos aqueles no âmbito das Unidades de Negócio já existente, deverá ser adotado o Sistema de Capitalização

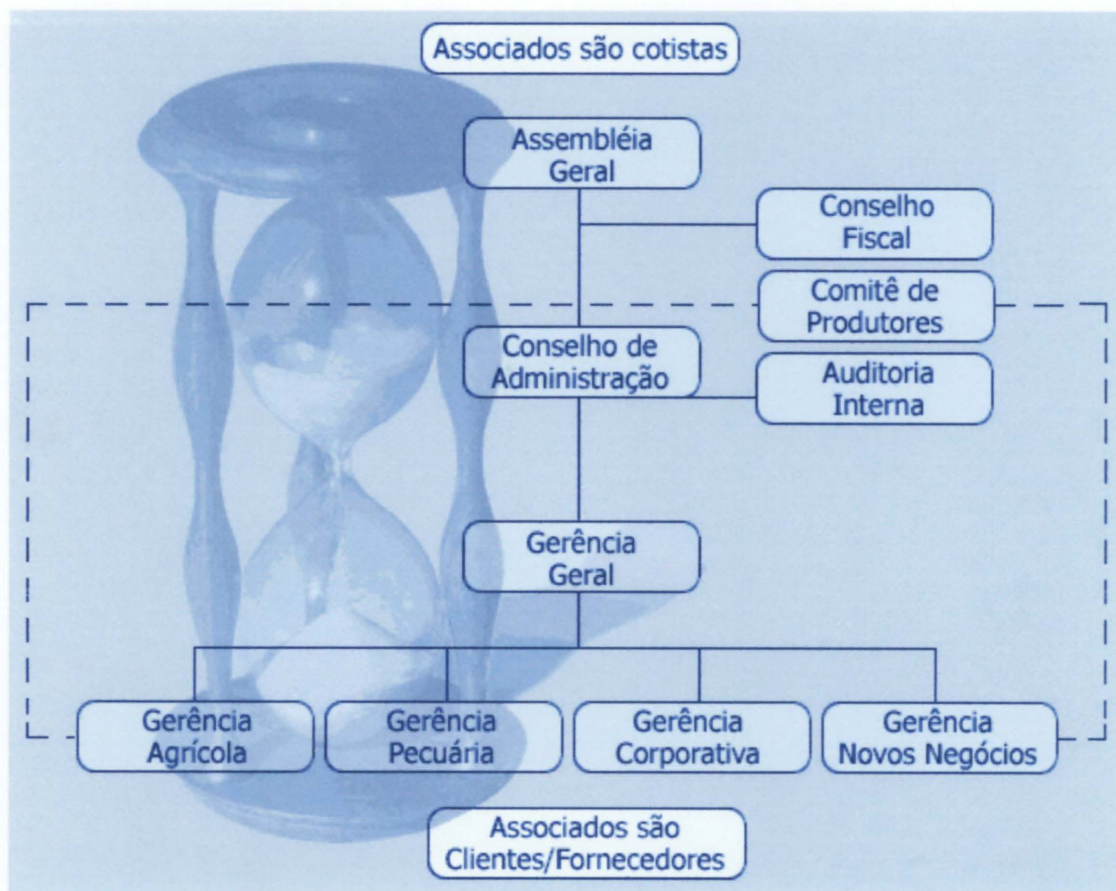
por Cotas de Participação. No caso de investimentos não identificados com unidades já existentes, serão considerados como investimentos corporativos, nas fases de estudos e implantação inicial do novo empreendimento, inclusive contando com um fundo específico de risco. A partir da formação da Unidade, todo o investimento deverá ter a base Associada participantes definida, quem caberá as responsabilidades pelos resultados. A critério do Conselho de Administração, alguns investimentos poderão ser permanentemente considerados como corporativos.

#### 4.1.8. Política de Crédito

Para a consecução dos seus objetivos sociais, a Cooperativa poderá: dar apoio e encaminhar os associados para obter condições de financiamentos juntos às instituições de crédito; fazer adiantamentos em dinheiro, sobre o valor dos produtos recebidos dos associados, ou que estejam em fase de produção; obter recursos de repasse de crédito bancário, para financiar custeios e investimentos dos associados, desde quando o interesse social o aconselhar.

Para que os recursos financeiros sejam alocados junto ao quadro social de forma oportuna, justa e eqüitativa, e com maior segurança, foi instituída a Comissão de Crédito. Responsável pelo desenvolvimento e aplicação da Política de Crédito, o Comitê estabelece linhas de Crédito de Custeio, Comercialização e Investimentos. Trabalha dentro dos delineamentos traçados no seu Regimento Interno, a partir de instrumentalização, análise e composição de garantias adequadas à formalização do crédito. A administração da carteira está a cargo do setor Financeiro.

#### 4.1.9. Organograma



**FIGURA 3 – ORGANOGRAMA**

Fonte: Informações divulgadas na página na Internet da cooperativa

A cooperativa se dedica à prestação de serviços aos seus associados, como empresa, busca desenvolver-se de maneira contínua, procurando aplicar modernas práticas de gestão, conquistar e manter vantagens competitivas na exploração das oportunidades que se abrem no mercado. Investe em projetos de novos negócios, mantendo-se como coordenadora da cadeia produtiva, participando ao longo dessas cadeias através de parcerias e alianças estratégicas.

A Cooperativa Castrolanda tem sua estrutura organizacional baseada no conceito de Cadeias Produtivas, às quais estão alinhadas a produção dos



associados, assim sendo: produtos agrícolas, produtos pecuários e como suporte as cadeias produtivas tem-se a cadeia corporativa.

Na cadeia Agrícola, a cooperativa recebe, classifica, beneficia (padroniza), armazena, comercializa e expede os produtos. Podem ser citados os produtos de maior expressão: soja, milho, trigo e tritcale. Na linha de insumos agrícolas, a cooperativa, conforme programação elaborada pelos associados, com o apoio da assistência técnica, opera no mercado comprando e distribuindo fertilizantes, agrotóxicos e sementes. Possui Unidade de Beneficiamento de Semente de Soja.

Na cadeia Pecuária a cooperativa comercializa leite e suínos, produz e distribui ração para suínos e gado de leite, na Unidade de Fábrica de Rações em Castrolanda, em parceria com a empresa Perdigão foi construída a Unidade de Fábrica de Rações em Piraí do Sul a qual produz e distribui ração para seus integrados. Possui unidades de negócios na linha de genética de suínos, através da Unidade de Desenvolvimento Genético, a qual produz sêmen de suínos e distribui para os associados que participam desta multiplicação de marrãs, Granja Capão Alto e Volta Grande, que são utilizadas na produção dos suínos (marrãs) que posteriormente serão vendidos nos mercados. Loja Agropecuária, que comercializa e distribui materiais agropecuários.

Na unidade de Batata Semente e Batata Frita a Cooperativa desenvolve atividades de recebimento, padronização e armazenamento de tubérculos, que posteriormente serão utilizados na plantação da batata consumo. Estendendo a sua atuação e em atendimento à sua orientação estratégica, a Cooperativa mantém parceria com algumas empresas que atuam no mercado de Batata Frita, através da sua Unidade de Batata Frita, recebendo a matéria prima, produzindo e embalando batata frita com marca própria e marca de parceiros.



Na cadeira Corporativa é feita a prestação de serviços de assessoria às área de produção, no desenvolvimento das suas atividades, nela estão os seguintes departamentos: secretaria geral, controladoria, financeiro, centro de informações e recursos humanos. Na mesma linha de prestação de serviços, são feitos serviços de contabilidade e folha de pagamentos aos associados.

## 4.2. RAMO DE ATIVIDADE

A Cooperativa Castrolanda está inserida no ramo de atividade agropecuário; neste ramo a cooperativa é formada por um grupo de produtores rurais, cujos meios de produção pertencem ao cooperado.

As atividades da Cooperativa consistem basicamente em: comercialização de produtos agrícolas, pecuários, hortifrutigranjeiros, florícolas, piscícolas e apícolas do associados, mantendo, no caso de produtos agrícolas, silos e armazéns para estocagem dos produtos, equipamentos para sua secagem, beneficiamento e padronização; industrialização e comercialização de sementes e rações; compra e estocagem de insumos agropecuários para fornecimento aos associados; prestação de serviços de assistência técnica agropecuária aos associados e promove também serviços de apoio à comunidade dos associados e funcionários da Cooperativa e de seus familiares.

### 4.3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Este item dará tratamento das práticas contábeis praticadas pela cooperativa no que tange sua apresentação das demonstrações contábeis, apuração de resultado, estimativas contábeis, moeda estrangeira, disponibilidades e aplicações financeiras, estoques, contas a receber e a pagar aos associados, investimentos, imobilizado, diferido, empréstimos e financiamentos, provisões, imposto de renda e contribuição social.

#### 4.3.1. Demonstrações Contábeis e Apuração de Resultado

As demonstrações contábeis são elaboradas com base nas práticas contábeis emanadas na legislação societária brasileira, Lei nº 5.764/71 (Lei das Sociedades Cooperativas) e legislação complementar.

De acordo com a Norma NBC-T 10.8 (das Entidades Cooperativas), as demonstrações contábeis das cooperativas foram padronizadas em nomenclaturas e forma de apresentação. Dentre estas mudanças, a partir do exercício de 2002, a demonstração de resultado passou a ser denominada Demonstração de Sobras e Perdas e estão sendo segregados em atos praticados com cooperados e com não-cooperados conforme nota 18. O critério para segregação dos atos praticados é pela proporcionalidade entre as vendas de produtos e serviços para cooperados e não-cooperados, durante o ano.

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

A receita de venda dos produtos é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador. A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função de sua realização.

#### 4.3.2. Estimativas Contábeis

As estimativas contábeis são baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a estas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, provisão para devedores duvidosos, estoques e imposto de renda diferido, provisão para contingências e ativos e passivos relacionados a benefícios a empregados. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Cooperativa revisa as estimativas e premissas mensalmente.

#### 4.3.3. Moeda Estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras, são convertidos para reais pela taxa de câmbio da data do fechamento do balanço. As diferenças decorrentes de conversão de moeda são reconhecidas na demonstração de sobras e perdas.

#### 4.3.4. Disponibilidades e Aplicações Financeiras

As disponibilidades compreendem o saldo em caixa e depósitos bancários.

As aplicações financeiras são registradas ao custo, acrescidas dos rendimentos incorridos até a data do balanço, que não supera o valor do mercado.

Seus encargos variam de acordo com a modalidade das aplicações financeiras, no CDB/CDI (certificado de depósito bancário/certificado de depósito interbancário) o encargo é de 99,5% a 100,6% do CDI, nos CDB pré fixados a taxa varia de 12,73% a 16,42% ao ano, no fundos DI a variação acontece de acordo com a variação das cotas de cada fundo, nos títulos de capitalização e na cota poupança os encargos são da TR (taxa referencial) mais 0,5% ao mês.

O perfil de investidora da Cooperativa Castrolanda mostra que na sua carteira de investimentos, em produtos Fundos e CDB; bastante elevado, é muito conservador e moderado, não tolerando riscos nem possibilidades de diminuições no seu patrimônio, suporta pequenas ou mínimas oscilações nos preços dos ativos de sua carteira.

Por ser de perfil conservador os produtos financeiros de investimentos estão representados em aplicações financeiras de baixo risco, sendo na sua maioria CDB, atrelados a taxa de juros do CDI.

Com a mudança nas alíquotas do imposto auferido sobre os rendimentos dessas aplicações, basicamente CDBs, será política da empresa, mantê-los por tempo máximo aplicados, para que sofram tributação mínima.

O novo sistema de controle interno para acompanhando dessas mudanças será de grande relevância para a empresa.

#### 4.3.5. Estoques

Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, que não excede o valor de mercado.

O custo dos estoques está baseado na metodologia do custo médio e incluem gastos incorridos na aquisição e transporte. No caso de estoques acabados e estoques em elaboração, o custo inclui os gastos gerais de fabricação, baseados na capacidade normal de operação.

#### 4.3.6. Contas a Receber e a Pagar dos Associados

O registro contábil das transações com associados é efetuado de acordo com a natureza das operações, e incorporam os encargos ocorridos até a data do balanço. Sobre as contas são cobrados os seguintes encargos:

Conta produção e Conta movimento: os saldos devedores são atualizados com encargos financeiros de 2,5% ao mês. Os saldos credores são atualizados com base na TR, acrescidos de 0,5% ao mês.

Financiamentos repassados: são cobrados os mesmos encargos da captação de recursos, acrescidos de taxa de administração e risco.

#### 4.3.7. Investimentos, Imobilizado e Diferido

Os investimentos estão avaliados pelo custo médio de aquisição por se tratar principalmente de investimento em outras cooperativas.

O imobilizado está registrado ao custo de aquisição, formação ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear e leva em consideração o tempo estimado de vida útil dos bens.

Os gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa.

O diferido é registrado ao custo de aquisição e formação, deduzidos da amortização, a qual é calculada pelo método linear às taxas que levam em consideração a vida útil dos ativos intangíveis.

#### 4.3.8. Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são atualizados pelos encargos incorridos até o final dos exercícios, nos termos dos contratos vigentes, os quais são contabilizados como despesas financeiras.

#### 4.3.9. Provisões, Imposto de Renda e Contribuição Social

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Cooperativa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base nas alíquotas efetivas do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro

tributável relativo aos atos não-cooperados do ano e considera a compensação de prejuízos fiscais a base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.



#### 4.4. SISTEMA DE GERENCIAMENTO INFORMATIZADO

Este item trata do sistema de gerenciamento informatizado da cooperativa, o banco de dados *Oracle*, descreve a implantação do sistema informatizado e os principais sistemas desenvolvidos.

##### 4.4.1. Banco de Dados *ORACLE*

*Oracle* é uma potente ferramenta cliente/servidor para a gestão de base de dados. É um produto vendido a nível mundial, embora grande potência que tem seu elevado preço, faz com que só se veja em empresas grandes e multinacionais, por norma geral. No desenvolvimento de páginas *web* acontece o mesmo: como é um sistema muito caro não está tão espalhado como outras bases de dados, por exemplo, *Acess*, *MYSQL*, *SQL Server*, etc.

##### 4.4.2. Implantação do Sistema Informatizado na Cooperativa

“O crescimento no faturamento da cooperativa reflete diretamente no bolso do cooperado, o que tem nos incentivado a continuar investindo no *Oracle10g Application Server* para distribuir através de um portal na *internet* todas as informações e benefícios dessa tecnologia” – Marco Antonio Prado – Gerente Corporativo da Cooperativa Castrolanda.

Pioneira na utilização dos bancos de dados *Oracle*, a Cooperativa Castrolanda investe na distribuição das informações e recursos gerenciais aos cooperados através da *Oracle10g Application Server*.

Mesmo num país continental com recursos naturais do Brasil, a competitividade internacional já não permite aventureiros no agronegócio. Sabendo disso, a Cooperativa Castrolanda alia vocação agropecuária de seus produtores associados com uma grande disposição em investir em tecnologia. Por isso, desde 1994 a cooperativa utiliza os bancos de dados e ferramentas de desenvolvimento da *Oracle*. Em 1994, uma empresa de São Paulo, de nome Sítual Informática ganha uma tomada de preços para a criação de um sistema informatizado, para de início de utilização por quatro cooperativas, Cooperativa Batavo, Cooperativa Central de Laticínios do Paraná, Cooperativa Capal e Cooperativa Castrolanda.

Foram contratados programadores e analistas para fazerem um mapeamento e estudo das necessidades dessas cooperativas. Em 1996, o grupo de analistas da cooperativa assume o término da criação do sistema. Nessa época houve então a separação, em termos de informática das cooperativas, Cooperativa Batavo e Cooperativa Castrolanda de um lado e Cooperativa Central e Cooperativa Batavo de outro.

Em 1.999 a Cooperativa Castrolanda se separa da Cooperativa Batavo, nessa separação há a contratação de alguns analistas da Batavo para a Cooperativa Castrolanda. Desse quadro de funcionários, trazidos para a Castrolanda em 99, é mérito a modernização e evolução do sistema dentro da Castrolanda.

Assim com tanta tecnologia voltada aos negócios de seus cooperados, a cooperativa vem aumentando ano a ano sua produtividade e ao mesmo tempo reduzindo custos de operação, vantagens que refletem diretamente no bolso de seus cooperados, preservando os recursos necessários para sua sustentação.

A Cooperativa Castrolanda, com uma equipe pequena, já havia desenvolvido em Cobol seus primeiros sistemas de controle. “Entretanto precisávamos de algo

mais moderno, que permitisse um controle maior de atividades, com maior automação e ao mesmo tempo permitisse uma gestão mais profissional com sustentação humana e de Tecnologia da Informação”, define Diolando José Rinaldi, coordenador do setor de Informática da cooperativa. Na época foram inclusive analisados bancos de dados concorrentes, como *Sybase* e o *Progress*, mas a opção pelo *Oracle*, possuía em si um grande diferencial na relação custo/benefício que se verificaria no retorno a longo prazo.

A missão do setor de Informática é “Disponibilizar processos informatizados, possibilitando controles e decisões de forma rápida, segura e atual”, afirma Rinaldi. “E é exatamente aí que se encaixa perfeitamente a tecnologia de bancos de dados e ferramentas de desenvolvimento da Oracle”. Com base nesses produtos, a Castrolanda roda hoje mais de 30 sistemas e 4.500 programas, alguns altamente específicos para a atuação da cooperativa, como o módulo de operação de grãos, que diferente de outras cooperativas, não possui um “balcão” fechado de negociação, mas sim opções de vendas onde cada cooperado define o preço que quer por sua produção inteira ou partes dela.

“Mas para que essas negociações funcionem de modo a trazer sempre as opções mais favoráveis aos cooperados é necessário que eles estejam bem informados, o que exige uma transparência muito maior da administração da cooperativa num sistema bastante complexo, já que o produtor pode depositar a produção na cooperativa, mas tem que arcar com os custos da operação e da armazenagem”, explica Marco Antonio Prado. Assim mais do que controlar bem as funções internas da cooperativa, a Castrolanda precisava de sistemas que permitissem passar esses controles diretamente aos cooperados com eficiência e

transparência, além de informações sobre o mercado financeiro, cotações, bolsas de mercadorias, meteorologia, notícias locais e internacionais sobre o campo.

Os principais objetivos com a implantação do sistema de gerenciamento informatizado, utilizando o bancos de dados *Oracle* era: ter maior controle dos processos internos da cooperativa, atualizar os sistemas de tecnologia com segurança total nas informações, manter um banco de dados estruturado de modo a pavimentar o futuro tecnológico da cooperativa e permitir a criação de um sistema de gestão específico para a cooperativa, criar um sistema de informações estratégicas e gerenciais transparente para o suporte à decisão tanto da cooperativa como dos cooperados e investir na distribuição, via *Internet*, de informações e recursos tecnológicos da cooperativa, negócios e cotações para os cooperados.

Por que *Oracle*? “Definimos que a *Internet* seria a primeira e melhor resposta para disponibilizar essas informações e, tempo real de modo a agregar valor através dos serviços que prestamos aos cooperados”, cita Prado. “Chegamos a analisar outras opções, mas preferimos a *Oracle* pelo histórico de sucesso que temos da empresa, a confiabilidade de seus produtos e a permanência em uma mesma tecnologia”. Acrescenta Rinaldi.

“Investimos em infra-estrutura para o suporte do crescimento não apenas do faturamento, mas da cooperativa em si, através de novos cooperados e parcerias com outras empresas/cooperativas que são estratégicas”, afirma Prado. “Mas precisamos de flexibilidade e saber exatamente os custos de cada novo negócio para avaliar bem as oportunidades”, “A Castrolanda, apresenta no mercado uma imagem de boa administração, alto nível de controle e respeito pelos cooperados que precisamos preservar”, acrescenta Rinaldi.

Com o *Oracle10g*, o portal da empresa na Internet funciona como uma verdadeira cooperativa eletrônica, disponibilizando muitas das informações necessárias para o cooperados sustentar suas decisões de negócios na Internet. Mas o plano vai muito além, hoje, todos os colaboradores, associados e fornecedores tem acesso a *Intranet*, uma cadeia ampliada de suprimentos.

#### 4.4.3. Principais Sistemas Desenvolvidos

Hoje a Cooperativa Castrolanda tem mais de 30 sistemas integrados. Vejamos alguns deles: O DAT – sistema de assistência técnica, que engloba atividades como: programação e orientação da área de plantio dos associados.

O sistema de auditoria, desenvolvido basicamente para atender às necessidades das auditorias externas, relatórios, levantamentos, resumos de saldos.

Sistema de compras, COM, utilizado principalmente para controlar as ordens de compras efetuadas pela Cooperativa. Vejamos mais alguns com mais especificações.

##### a) Sistema de conta movimento de cooperados

Engloba subsistemas como cadastro gerais, nessa opção é feito o cadastramento do cooperado, suas informações pessoais, inclusive seus números de contas bancárias. No cadastro de contas, estão as “contas correntes do cooperados”, suas contas produções que variam de cooperado a cooperado, como soja, milho, etc.



Figura 4 – SISTEMA DE CONTA MOVIMENTO COOPERADOS

Fonte: Cooperativa Agropecuária Castrolanda

Na opção lançamentos de contas são feitos os débitos manualmente nas contas produções ou movimento, como débito de material de expediente, taxas de comercialização, etc. No item Sol\_ Movimentação são feitas às transferências entre matrículas, ou seja, se um cooperado quer passar dinheiro para o outro, não entre contas bancárias, mas sim somente entre matrículas. Na opção de extratos são emitidos as posições de saldo dos cooperados, tanto em conta produções como conta movimento. Nas consultas, se tem um extrato simplificado, que não emite documentos impressos, mas que traz a situação financeira do cooperado no hoje. Os relatórios estão os documentos impressos, onde os cooperados podem imprimir e conferir débitos e créditos efetuados em suas contas.

As rotinas especiais são utilizadas quando o usuário necessita fazer várias transferências, por exemplo, com uma mesma finalidade, e de vários cooperados, seria um caso, a transferência do saldo da conta leite, liberado para retirada todo dia



10 e 25 do mês para os cooperados, o sistema através de uma comando, transfere todos os saldos credores, para a conta movimento do cooperado, vale salientar que o cooperado, só pode fazer saque da conta movimento, por isso a necessidade de transferir o saldo para lá. Filial, esta opção filial, é colocada em todos os sistemas, pois a Cooperativa tem mais de uma filial, então, para fazer lançamentos, em outras filiais, primeiramente o usuário precisa ter acesso para isso, depois disso é só mudar o número da filial de acordo com a necessidade. O Menu principal, faz com que o usuário volte a tela de opção de menu onde vai encontrar os demais sistemas.

#### b) O Sistema de Contabilidade



FIGURA 5: SISTEMA DE CONTABILIDADE

Fonte: Cooperativa Agropecuária Castrolanda

O CTB, engloba os mais diversos lançamentos contábeis. Consulta saldos de todas as contas contábeis disponíveis no plano de contas da Castrolanda.

Nos relatórios estão os diários e razões utilizados para fins de fechamento mensal. Nessa opção o usuário também pode consultar o plano de contas detalhado.

Em manutenção de lançamentos , alguns usuários (nem todas as opções do menu do sistema são liberados para todos os usuários, antes de ter acesso, o usuário precisa encaminhar solicitação de acesso ao coordenador do setor de informática e o mesmo aguardar a liberação para uso) conseguem alterar números de contas, no caso de lançamento incorreto, desde que esse lançamento ainda não tenha sido atualizado e integrado ao sistema contábil.

c) O sistema de contas a receber



FIGURA 6: SISTEMA DE CONTAS A RECEBER

Fonte: Cooperativa Agropecuária Castrolanda



Um dos sistemas utilizados pelo setor financeiro. Nele o usuário pode fazer o cadastro de seu clientes, inclusive dados bancários.

Tanto os títulos a receber de cooperados e de clientes são calculados e gerados para pagamentos nesse sistema.

No item processo mensal, pode-se ver o saldo a receber de todos os clientes e cooperados, esta ferramenta é utilizado para fins de fechamento mensal e processos de auditoria.

Na opção de consulta, o usuário terá acesso aos boletos emitidos ao clientes, a seleção é feita através do número do boleto.

Os relatórios no contas a receber, englobam saldo de clientes (dia, semana, ano...), quais os títulos que foram liquidados, quais os títulos que ainda estão em aberto, a posição do cliente junto a cooperativa, a emissão de boletos, etc.

A manutenção, como mudança de vencimento de título, a geração de arquivo de cobrança é feito no menu, manutenção.

Todos os sistemas são integrados, vale ressaltar. Quando o usuário do sistema de contas a receber, faz a baixa de um título recebido no banco por exemplo, imediatamente esse lançamento será gerado no sistema CRE, CXB acusando entrada em conta financeira bancária ou no caixa, e gerando o lançamento no sistema CTB, registrando entrada na conta contábil bancos.

Diz-se conta financeira bancária, porque no sistema CXB, os bancos possuem relatórios separados, por exemplo: um cliente pagou seu boleto no Banco do Brasil, o lançamento será entrada relatório financeiro, conta do Banco do Brasil, e entrada conta contábil bancos, onde está englobado todas as contas bancárias.

#### d) O Sistema Contas a Pagar



FIGURA 7: SISTEMA DE CONTAS A PAGAR

Fonte: Cooperativa Agropecuária Castrolanda

É também um sistema do setor financeiro. Ele funciona basicamente de forma parecida com o contas a receber.

Neste sistema também é feito o cadastro de fornecedores, os títulos a pagar da empresa e também nesse sistema é gerado os pagamentos diários bancários. A Castrolanda utiliza-se do canal de pagamentos on-line de alguns bancos. A maior parte, cerca de 95% dos pagamentos é feito via Internet. Os arquivos de remessas de pagamentos, contendo transferências, DOC's e TED's, são gerados por um usuário dos sistema no período da manhã, em seguida transmitidos para o banco, onde ocorrerá seu débito, logo após o almoço esses pagamentos são conferidos e

autorizados por meio de assinatura eletrônica por dois procuradores em conjunto, da empresa, com poderes e senhas eletrônicas . Em seguida, geralmente no dia seguinte, o responsável pela conferência dos saldos bancários, faz a baixa desses títulos através de retornos de pagamentos enviado pelo banco e gerado pelo sistema CPA.

Buscando agilizar e atender as normas de tributação, a Castrolanda implantou no sistema do CPA, um controle específico para o pagamento de RPA. Pessoas físicas que prestam serviços e não possuem empresa. Com a implantação dessa ferramenta o usuário precisa informar apenas o número do cliente e o valor do RPA bruto, as deduções são geradas automaticamente de acordo com o produto e o fornecedor de serviços, e também já estão previstos as suas incidências de impostos, inclusive a diversificação das alíquotas do ISS, com prazos variáveis.

#### d) O Sistema de caixa e bancos



FIGURA 8 – SISTEMA DE CAIXA E BANCOS

Fonte: Cooperativa Agropecuária Castrolanda

O sistema CXB, chamado de sistema caixa bancos, engloba as principais transações em dinheiro da cooperativa.

O caixa da Castrolanda realiza a função de administrar e controlar os pagamentos e recebimentos à vista e à prazo de fornecedores, clientes e associados,

No sistema de caixa bancos, está o sistema de aplicações financeiras, que será detalhado nos anexos deste trabalho, no item manual interno de aplicações financeiras.

Vale comentar que no sistema de caixa bancos, recentemente foi implantado o sistema de cheques. Essa ferramenta, faz com que todos os cheques recebidos à vista ou à prazo integrem um arquivo eletrônico que é transmitido eletronicamente a um banco onde a empresa tem conta corrente. Todo dia é feita a leitura desses cheques, em leitoras, iguais as utilizadas em bancos, conferido o total dos cheques, o sistema gera um arquivo que é transmitido via Internet ao banco, o banco recebe os cheques e com apenas um comando realiza o depósito desses cheques na conta da empresa. Mas o mais interessante de tudo, é que se um desses cheques forem devolvidos, o procedimento será de informar o número do cheque em caráter de pesquisa, o cheque contendo nome, valor, agência do sacado aparecerá na tela e o usuário terá que informar o motivo da devolução, que já está previamente gravado e gravar a operação. Caso o motivo da devolução do cheque, traga a opção de reapresentação o sistema lhe pedirá a nova data que este cheque voltará ao banco.

Todos os lançamentos estão padronizados para que os débitos e créditos sejam feitos em contas específicas. Esse sistema, além de economizar tempo e trabalho por parte do usuário torna o trabalho mais eficaz e eficiente.



Como citado anteriormente a Castrolanda tem mais de 30 sistemas integrados. Além dos citados anteriormente, ainda tem-se o sistema de controle de cotas, que é utilizado para formar o capital próprio da Cooperativa em alguns segmentos como Armazenagem e Recepção de Cereais, Unidade de Batata Frita, Unidade de Batata Semente e Unidade de Marrãs. Cada cooperado adquire certo número de cotas, as quais lhe darão direitos e deveres junto à Cooperativa, assim como entregar uma quantidade de cereais, sementes de batata, retirar marrãs, etc., este capital deve ser integralizado de uma só vez, podendo ser utilizado para isto financiamentos junto a cooperativa ou entidades financeiras.

O sistema de estoques, que controla todos os estoques da empresa e é através dele que é verificado o custo das vendas.

O sistema EGR que controla e verifica os saldos da produção dos associados, quanto produziu, quanto vendeu, para quem e para onde vendeu, etc.

O sistema de financiamento é um sistema que está diretamente ligado ao setor financeiro, controla operações de empréstimos e financiamentos liberados pela cooperativa aos seus associados e também da cooperativa com instituições financeiras.

Sistema de informações financeiras, esse sistema é responsável pela geração das informações para o SIE, sistema de informações estratégicas onde geralmente, parte das informações são enviadas aos bancos.

Além dos citados acima, tem-se os seguintes sistemas: Custos, Leite, Orçamento, Planejamento Cadeia Pecuária, Sistema de Atendimento Castrolanda, Secretaria Geral, Conta Capital, Gestão Pecuária, Informações Financeiras, Livros Fiscais, P.C.P. Fábrica de Rações, Recursos Humanos e Vendas .

## Menu Principal do Sistema Castrolanda



FIGURA 9 – MENU PRINCIPAL SISTEMAS CASTROLANDA

Fonte: Cooperativa Agropecuária Castrolanda

Como se pode perceber o sistema utilizado pela Cooperativa Castrolanda é completo, diversificado, atende todas as áreas e praticamente todas as necessidades dos usuários.

O Setor de Informática da cooperativa, hoje conta com três analistas/programadores, suas funções estão divididas por área, um atua diretamente em sistemas financeiros e de controladoria, outro na parte de produção ligada a fábrica de rações, pecuária de leite e de suínos e por último um ligado a área de vendas e livros fiscais. Mas isso não é regra, todos os analistas conhecem as outras áreas que não a sua específica, até porque pelo tamanho da empresa, não poderia ficar apenas na responsabilidade de um só a manutenção de um único sistema específico.

#### 4.5. SISTEMA DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Neste item será estudado as aplicações financeiras da Cooperativa Castrolanda, seus tipos de aplicações, opções de investimentos e análise da carteira de investimentos.

##### 4.5.1. Tipos de aplicações financeiras

A Cooperativa Agropecuária Castrolanda, apresenta grande volume de recursos poupados e preocupada em manter a remuneração desses recursos através de investimentos em aplicações financeiras se faz necessário a avaliação periódica anual de seus investimentos.

Dentre os mais diversos tipos de aplicações disponíveis no mercado financeiro, já anteriormente citado, é importante dividi-las entre renda fixa e renda variável. Nas aplicações de renda fixa já se conhece a renda a ser obtida, ou seja o lucro da operação. Nas aplicações de renda variável, como o próprio nome sugere, o lucro é incerto, podendo até, na mais pessimista hipótese haver prejuízo na operação.

Existem diversos métodos para se avaliar o perfil de um investidor, na sua maioria voltados a pessoa física, para o caso da Cooperativa, ela pode ser chamada de investidora qualificada (que possui montante superior a R\$ 250 mil para investir no mercado financeiro), porém não profissional, já que seu setor de atividade é o agronegócio. Seu perfil de investidora está entre conservadora e moderada, sendo uma entidade que não tolera risco, nem pensa na possibilidade de ver seu patrimônio diminuir e em muitos casos específicos, suporta pequenas ou mínimas oscilações nos preços dos ativos de sua carteira.

Seguindo esse perfil, a maior parte dos investimentos da Cooperativa Castrolanda, são em geral de renda fixa, que serão estudados em seguida.

#### 4.5.2. Opções de investimentos

As opções de investimentos que se encaixam no perfil da Castrolanda são os seguintes:

a) Caderneta de Poupança – é uma aplicação simples e tradicional, onde é possível aplicar pequenas quantias e seu rendimento é auferido somente nas datas de aniversário da aplicação. O rendimento da caderneta de poupança é o mesmo em qualquer instituição financeira, sendo calculada pela variação da TR (taxa referencial) mais 0,5% ao mês. Para pessoas jurídicas, no caso específico da Castrolanda sofre tributação de imposto de renda a cada três meses.

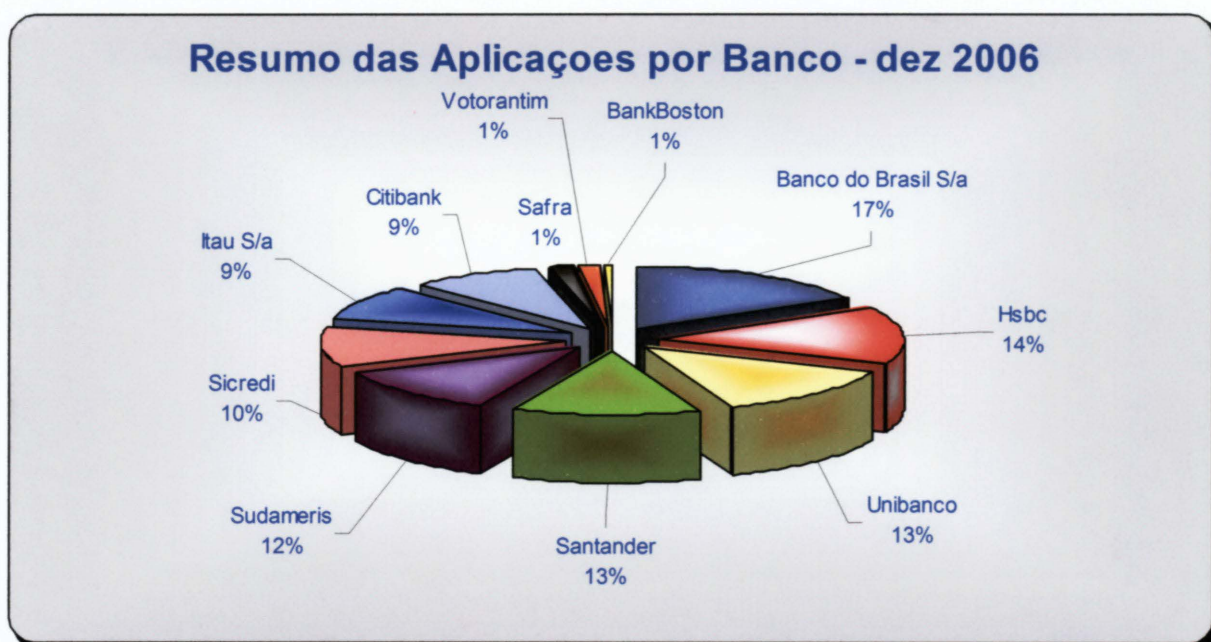
b) CDB/RDB – Certificado de Depósito Bancário e Recibo de Depósito Bancário (Prés/Pós). São emitidos por bancos, à uma remuneração pré ou pós fixada, os de remuneração pós fixadas geralmente estão atrelados ao Certificado de Depósito Interbancário – CDI. Quando se aplica em CDB pode-se dizer que é o investidor que está emprestando dinheiro à instituição financeira. Juntamente com os Fundos de investimentos, a aplicação em CDB/RDB também é um produto muito oferecido pelas instituições bancárias. Sofrem tributação de Imposto de Renda – IR, com variação de 22,5% a 15% dependendo no número de dias contados da data da aplicação, CPMF no momento da aplicação e IOF – Imposto sobre Operações Financeiras em caso de resgate antes de 30 dias.



c) Fundos de Investimentos – a aplicação em fundos de investimentos é um dos principais produtos oferecidos pelos bancos. Está sujeita ao pagamento de IOF, conforme tabela regressiva, em caso de resgate antes de 30 dias, e CPMF no momento da aplicação. Sua tributação também é de acordo com a classificação do fundo, onde o IR pode também variar de 22,5% a 15%, atendendo praticamente as mesmas regras do CDB/RDB.

#### 4.5.3. Análise da carteira de investimentos

A Cooperativa apresenta aplicações em diversas instituições financeiras, todas de primeira linha, que garantem a segurança nos produtos nelas investidos, como mostra o gráfico a seguir.



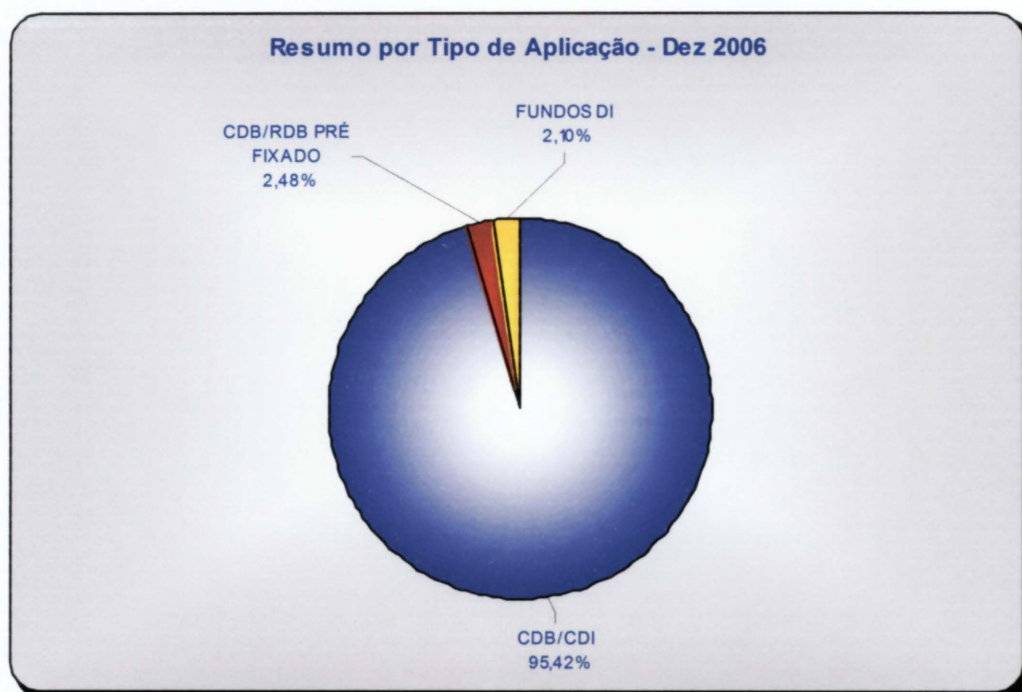
**GRÁFICO 1 – RESUMO DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS POR BANCO**

Fonte: Cooperativa Agropecuária Castrolanda – SIE – Dezembro/2006

Por ser de perfil conservador os produtos financeiros de investimentos estão representados em aplicações financeiras de baixo risco, sendo na sua maioria

Certificados de Depósitos Bancários – CDB, atrelados à taxa básica de juros, referenciados pelos Certificados de Depósito Interfinanceiro – CDI, que são o que o mercado financeiro realmente paga.

O gráfico abaixo comprova a opção por investimentos de baixo risco, na sua grande maioria CDB.



**GRÁFICO 2 – RESUMO POR TIPO DE APLICAÇÃO**

Fonte: Cooperativa Agropecuária Castrolanda – SIE – Dezembro/2006

A Cooperativa Castrolanda, aplica 95,42% de suas aplicações financeiras em CDB atrelados ao CDI, o que comprova situação conservadora.

Mas é preciso estar atento à lenta queda na taxa básica de juros que podem penalizar os produtos financeiros atrelados ao CDI. E no vencimento de CDB's, priorizar a renovação dos mesmo em investimentos de renda fixa.

Para os investimentos em Fundos, deve-se ter a máxima cautela e aplicar o mínimo possível, como a Cooperativa faz, mesmo tendo um risco baixo nesse tipo de aplicação, em algum momento sua rentabilidade pode ser negativa.

#### 4.6. CONSOLIDAÇÃO DO ESTUDO DE CASO

Neste item dá-se as constatações deste estudo de caso.

Esse trabalho fez com que o leitor conhecesse um pouco mais de uma cooperativa que nasceu em 1.951, com a chegada das famílias holandesas, onde através delas, veio também uma infra-estrutura; gado leiteiro, tratores, implementos e equipamentos para uma indústria de laticínios, apoiada em estudos e pesquisas da Central de Imigração da Holanda. O desenvolvimento da Cooperativa Castrolanda foi possível através de muita persistência e trabalho árduo dos pioneiros, que permitiram a superação da difícil fase de adaptação ao Brasil, como doenças desconhecidas no gado e a falta de assistência técnica. Começar do zero não foi fácil, mais a maioria dos imigrantes enfrentou com coragem e até com bom humor as dificuldades iniciais.

Hoje a Cooperativa Castrolanda, que está inserida no ramo agropecuário, tem capital dividido em quotas partes, distribuída entre 646 sócios e tem sua estrutura funcional de 369 colaboradores efetivos. Conta com um sistema informatizado do banco de dados *Oracle*, um sistema moderno, que permite um controle maior de atividades, com maior automação e ao mesmo tempo permite uma gestão mais profissional com sustentação humana e de tecnologia da informação.

A Castrolanda, nas suas aplicações financeiras, mostra perfil entre conservadora e moderada apresenta grande volume de recursos poupados, seu excedente de caixa, e mantêm a remuneração desses recursos através de investimentos em aplicações financeiras, item qual foi o foco de estudo deste trabalho.

## 5. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Tudo surgiu com o cooperativismo, uma forma de organização democrática em sociedade de pessoas que buscam a satisfação de necessidade comum, através da prática da cooperação e da mutualidade, buscando o aprimoramento social. As cooperativas, associações de pessoas que se organizam para satisfazer suas necessidades econômicas, sociais e culturais, mediante a cooperação de todos na execução de seus negócios.

Com a Cooperativa Castrolanda não foi diferente; uma cooperativa, que nasceu da idealização de imigrantes holandeses, com forte vocação para a produção agropecuária, investiram muito em tecnologia e gestão agropecuária, objetivando a melhoria de produtividade e a administração de seus negócios.

Este estudo focou o gerenciamento do excedente de caixa em tesouraria, ou seja, nas aplicações financeiras da Cooperativa Castrolanda, apresentou os aspectos contábeis e tributários da cooperativa bem como de suas aplicações financeiras. Verificou-se que o hoje, o perfil da Castrolanda, como investidora, sua carteira é bastante condizente e significativa. É preciso estar atenta somente, à queda na taxa de juros que podem penalizar um pouco os produtos financeiros atrelados ao CDI.

Procurou-se fazer um breve comentário sobre as Novas Leis de Imposto de Renda, Lei n.º 11.033 que estabelece alíquotas regressivas de imposto de renda de 22,5% a 15,0% de acordo com o prazo da aplicação para fundos de renda fixa, CDB's e títulos públicos do Tesouro Direto, baixa ainda de 20% para 15% a alíquota de imposto de renda para fundos de renda variável e Lei n.º 11.053 que limita até 20% das alíquotas dos fundos de renda fixa que aplicarem em carteiras com prazo

médio de até 365 dias, desta forma é importante destacar que quanto mais tempo o dinheiro fica aplicado, menor será o imposto recolhido no final do prazo da aplicação.

Com o surgimento delas, o setor financeiro da empresa necessitava da adequação dos controles internos, que estavam preparados para cálculo de alíquota única de 20% para todos os tipos de aplicações financeiras, queriam que o próprio sistema demonstrasse essas trocas de alíquotas, para que continuasse assim, a traduzir de forma clara e objetiva, significativas operações em investimentos.

Foi então proposto um modelo de controle interno, que além de demonstrar tudo o que realmente a empresa precisava, adequou o sistema de aplicações financeiras e acredita-se que através do manual de procedimentos criado, servirá de modelo não só para outras cooperativas, como para outras empresas que ainda não adaptaram seus controles internos com essa mudança das novas leis, uma maneira de transparecer suas operações até mesmo para a auditoria.

Para a empresa fica a minha contribuição como colaboradora, um desafio que me foi proposto logo no início deste curso, acredito que com a criação deste manual, contribuí muita nessa ferramenta efetiva para a gestão de conhecimento, para recolher e consolidar suporte da atuação gerencial, ajudando assim, a manter sempre atualizada a estratégia interna organizacional e capacidade de atualização dos sistemas da empresa frente às novas leis que surgirem.

Aos meus colegas de trabalho deixo a minha dedicação e seriedade colocadas neste estudo, que possa vir a servir aos mesmos, como ferramenta de trabalho, um modelo desenvolvido e aplicado e sirva também de incentivo para outros trabalhos que venham a surgir e assim cada vez mais tornar o seu ambiente de trabalho transparente, eficiente e eficaz.

A realização deste estudo contribui para o aperfeiçoamento do conhecimento da área tributária e enfatizou a importância de um controle interno transparente e efetivo.

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FORTUNA, E. **Mercado Financeiro: produtos e serviços**. 14ª edição revista atualizada. Rio de Janeiro: Qualitymark Ed., 2001.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Ed. Atlas 2002.

NETO, A.A. **Mercado Financeiro**. 6ª edição. São Paulo: Atlas, 2005.

POLONIO, W.A. **Manual das Sociedades Cooperativas**. São Paulo : Atlas, 1999.

SANTAELLA, L. **Comunicação e pesquisa**. São Paulo : Hacker Editores, 2001.

Brasil - Agenda Legislativa do Cooperativismo. **Organização das Cooperativas Brasileiras**. Brasília, 2007.

BOESCHE, L. **Fidelidade cooperativa: uma abordagem prática**. Curitiba, Ocepar, SESCOOP-PR, 2005.

Paraná - Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo/Paraná: **Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Paraná** - Ocepar . O Cooperativismo do Paraná no terceiro milênio. 2 ed. Curitiba, 2001. 24 p.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE BANCOS DE INVESTIMENTOS – Anbid. Disponível em: <http://www.anbid.com.br>. Acesso entre Novembro de 2006 a junho de 2007.

PORTAL TRIBUTÁRIO - LEI N.º 11.033 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2004. Disponível em: <http://www.portaltributario.com.br/legislacao/lei11033.htm>. Acesso entre novembro de 2006 a junho de 2007.

PORTAL TRIBUTÁRIO - LEI N.º 11.053 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2004. Disponível em: <http://www.portaltributario.com.br/legislacao/lei11053.htm>. Acesso entre novembro de 2006 a junho de 2007.

COOPERATIVA AGROPECUARIA CASTROLANDA. Disponível em: <http://www.castrolanda.coop.br>. Acesso entre novembro de 2006 a junho de 2007.



OCEPAR .Disponível em: <http://www.ocepar.org.br>. Acesso entre janeiro de 2007 a junho de 2007.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA PARA O DESENVOLVIMENTO DO  
COOPERATIVISMO – Abracoop. Disponível em:  
<http://www.abracoop.com.br/DOWNLOAD/Lei576471Cooperativismo.doc>. Acesso  
em Junho de 2007.

## **7. ANEXOS**

#### 7.1. ANEXO – I –TABELA DA CLASSIFICAÇÃO DOS FUNDOS DE INVESTIMENTOS

| TABELA DE CLASSIFICAÇÃO DOS FUNDOS DE INVESTIMENTOS |                                      |  |
|---|--------------------------------------|--|
| Categoria ANBID                                     | Tipo ANBID                           | Riscos   |
| Curto Prazo   | Curto Prazo                          | DI/SELIC                                       |
| Referenciados                                       | Referenciado DI                      | Indexador de Referência                        |
|   | Referenciado Outros                  |  |
| Renda Fixa  | Renda Fixa                           | Juros  |
|   | Renda Fixa Crédito                   | Juros + Crédito                                |
|   | Renda fixa Multi-índices             | Juros + Crédito + Ind. de preços               |
|   | Renda fixa com Alavancagem           | Juros + Crédito + Ind. de preços + Alavancagem |
| Multimercados                                       | Balanceados                          | Diversas Classes de ativos                     |
|   | Multimercados Sem RV                 |  |
|   | Multimercados Com RV                 |  |
|   | Multimercados Sem RV Com Alavancagem |  |
|   | Multimercados Com RV Com Alavancagem |  |
|   | Capital Protegido                    |  |
|   |                                      |  |
| Investimento no Exterior                            | Investimento no Exterior             | Títulos da dívida externa e taxa de câmbio     |
| IBOVESPA  | Ações IBOVESPA Indexado              | Índice de Referência.                          |
|   | Ações IBOVESPA Ativos                |  |
|   | Ações IBOVESPA Ativo Alavancado      | Índice de Referência + Alavancagem             |
| IBX   | Ações IBX Indexado                   | Indexador referência + Alavancagem             |
|   | Ações IBX Ativo                      |  |
|   | Ações IBX Ativo Com Alavancagem      | Índice de Referência + Alavancagem             |
| Ações Setoriais                                     | Ações Setoriais Telecomunicações     | Risco do Setor                                 |
|   | Ações Setoriais Energia              |  |
| Ações Outros  | Ações Outros                         | -  |
|   | Ações Outros Com Alavancagem         | Alavancagem                                    |
| Cambial   | Cambial Dólar Indexado               | Moeda de Referência.                           |
|   | Cambial Euro Indexado                |  |
|   | Cambial Dólar sem alavancagem        |  |
|   | Cambial Dólar com alavancagem        | Moeda de Referência + alavancagem              |
|   | Cambial Outros sem alavancagem       | Variação das moedas                            |
|   | Cambial Outros com alavancagem       | Variação das moedas+alavancagem                |

## 7.2. ANEXO – II – LEI 11.033 DE 21/12/2004

LEI 11.033 DE 21/12/2004

Art. 1º Os rendimentos de que trata o art. 5º da Lei nº 9.779, de 19 de janeiro de 1999, relativamente às aplicações e operações realizadas a partir de 1º de janeiro de 2005, sujeitam-se à incidência do imposto de renda na fonte, às seguintes alíquotas:  
(Vigência)

I - 22,5% (vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento), em aplicações com prazo de até 180 (cento e oitenta) dias;

II - 20% (vinte por cento), em aplicações com prazo de 181 (cento e oitenta e um) dias até 360 (trezentos e sessenta) dias;

III - 17,5% (dezessete inteiros e cinco décimos por cento), em aplicações com prazo de 361 (trezentos e sessenta e um) dias até 720 (setecentos e vinte) dias;

IV - 15% (quinze por cento), em aplicações com prazo acima de 720 (setecentos e vinte) dias.

§ 1º No caso de aplicações existentes em 31 de dezembro de 2004:

I - os rendimentos produzidos até essa data serão tributados nos termos da legislação então vigente;

II - em relação aos rendimentos produzidos em 2005, os prazos a que se referem os incisos I a IV do caput deste artigo serão contados a partir:

a) de 1º de julho de 2004, no caso de aplicação efetuada até a data da publicação desta Lei; e

b) da data da aplicação, no caso de aplicação efetuada após a data da publicação desta Lei.

§ 2º No caso dos fundos de investimentos, será observado o seguinte:

I - os rendimentos serão tributados semestralmente, com base no art. 3º da Lei nº 10.892, de 13 de julho de 2004, à alíquota de 15% (quinze por cento), sem prejuízo do disposto no inciso III deste parágrafo;

II - na hipótese de fundos de investimentos com prazo de carência de até 90 (noventa) dias para resgate de quotas com rendimento, a incidência do imposto de renda na fonte a que se refere o inciso I deste parágrafo ocorrerá na data em que se completar cada período de carência para resgate de quotas com rendimento, sem prejuízo do disposto no inciso III deste parágrafo;

III - por ocasião do resgate das quotas, será aplicada alíquota complementar de acordo com o previsto nos incisos I a IV do caput deste artigo.

§ 3º O disposto neste artigo não se aplica:

I - aos fundos e clubes de investimento em ações cujos rendimentos serão tributados exclusivamente no resgate das quotas, à alíquota de 15% (quinze por cento);

II - aos títulos de capitalização, no caso de resgate sem ocorrência de sorteio, cujos rendimentos serão tributados à alíquota de 20% (vinte por cento).

§ 4º Ao fundo ou clube de investimento em ações cuja carteira deixar de observar a proporção referida no art. 2º da Medida Provisória nº 2.189-49, de 23 de agosto de 2001, aplicar-se-á o disposto no caput e nos §§ 1º e 2º deste artigo, a partir do momento do desenquadramento da carteira, salvo no caso de, cumulativamente, a referida proporção não ultrapassar o limite de 50% (cinquenta por cento) do total da carteira, a situação for regularizada no prazo máximo de 30 (trinta) dias e o fundo ou clube não incorrer em nova hipótese de desenquadramento no período de 12 (doze) meses subseqüentes.

§ 5º Consideram-se incluídos entre os rendimentos referidos pelo art. 5º da Lei nº 9.779, de 19 de janeiro de 1999, os predeterminados obtidos em operações

conjugadas, realizadas nos mercados de opções de compra e de venda em bolsas de valores, de mercadorias e de futuros (box), no mercado a termo nas bolsas de valores, de mercadorias e de futuros, em operações de venda coberta e sem ajustes diários, e no mercado de balcão.

§ 6º As operações descritas no § 5º deste artigo, realizadas por fundo ou clube de investimento em ações, não integrarão a parcela da carteira aplicada em ações, para efeito da proporção referida no § 4º deste artigo.

§ 7º O Ministro da Fazenda poderá elevar e restabelecer o percentual a que se refere o art. 2º da Medida Provisória nº 2.189-49, de 23 de agosto de 2001 .



### 7.3. ANEXO – III – LEI 11.053 DE 29/12/2004

LEI 11.053 DE 29/12/2004

Art. 6º Os fundos de investimento cuja carteira de títulos tenha prazo médio igual ou inferior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias sujeitam-se à incidência do imposto de renda na fonte, por ocasião do resgate, na forma do disposto neste artigo.

§ 1º A carteira de títulos a que se refere o caput deste artigo é composta por títulos privados ou públicos federais, prefixados ou indexados à taxa de juros, a índices de preço ou à variação cambial, ou por operações compromissadas lastreadas nos referidos títulos públicos federais e por outros títulos e operações com características assemelhadas, nos termos a serem regulamentados pelo Ministro de Estado da Fazenda.

§ 2º Os rendimentos referidos no art. 1º da Medida Provisória nº 206, de 6 de agosto de 2004, quando auferidos em aplicações nos fundos de investimento referidos no caput deste artigo, sujeitam-se ao imposto sobre a renda na fonte, por ocasião do resgate, às seguintes alíquotas:

I - 22,5% (vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento), em aplicações com prazo de até 6 (seis) meses;

II - 20% (vinte por cento), em aplicações com prazo acima de 6 (seis) meses.

§ 3º Em relação aos fundos de que trata o caput deste artigo, sobre os rendimentos tributados semestralmente com base no art. 3º da Lei nº 10.892, de 13 de julho de 2004, incidirá a alíquota de 20% (vinte por cento) e no resgate das quotas será aplicada alíquota complementar àquela prevista no inciso I do § 2º deste artigo, se o resgate ocorrer no prazo de até 6 (seis) meses.

§ 4º No caso de aplicações existentes em 31 de dezembro de 2004, em relação aos rendimentos produzidos em 2005, os prazos a que se referem os incisos I e II do § 2º deste artigo serão contados a partir:

I - de 1º de julho de 2004, no caso de aplicação efetuada até a data da publicação desta Lei; e

II - da data da aplicação, no caso de aplicação efetuada após a data da publicação desta Lei.

§ 5º É sujeito à tributação na forma deste artigo o fundo de investimento a que se refere o art. 1º da Medida Provisória nº 206, de 2004, se ele tiver sua carteira constituída por títulos com prazo médio igual ou inferior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.

§ 6º Não se aplica o disposto no § 5º deste artigo se, a cada ano-calendário, a carteira do fundo de investimento for constituída por títulos com prazo médio igual ou inferior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias por até 3 (três) períodos e o total dos dias dos períodos for igual ou inferior a 45 (quarenta e cinco) dias.

§ 7º Na hipótese mencionada no § 5º deste artigo, o quotista terá seus rendimentos tributados na forma prevista no art. 1º da Medida Provisória nº 206, de 2004, até o dia imediatamente anterior ao da alteração de condição, sujeitando-se os rendimentos auferidos a partir de então à tributação prevista no § 2º deste artigo.

§ 8º O disposto neste artigo não se aplica aos fundos e clubes de investimento em ação, aos quais se aplicam as disposições específicas da Medida Provisória nº 206, de 2004.

§ 9º A Secretaria da Receita Federal regulamentará a periodicidade e a metodologia de cálculo do prazo médio a que se refere este artigo.

Art. 7º São mantidas todas as demais regras que disciplinam a incidência do imposto de renda nas hipóteses dos fatos geradores previstos nesta Lei, inclusive as relativas aos limites e às condições para as deduções da base de cálculo do

imposto, das contribuições feitas por pessoa física ou jurídica, bem como a isenção a que se refere o caput do art. 6º do Decreto-Lei nº 2.065, de 26 de outubro de 1983.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2005 .

#### 7.4. ANEXO – IV – LEI 5.764/71

Lei 5.764, de 16/12/71 - Resoluções do Conselho Nacional de Cooperativismo

Lei n.º 5.764 de 16 de dezembro de 1971 - Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas e dá outras providências.

## O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

### Capítulo II

#### Das Sociedades Cooperativas

Art. 3º - Celebram contrato de sociedade cooperativa as pessoas que reciprocamente se obrigam a contribuir com bens ou serviços para o exercício de uma atividade econômica, de proveito comum, sem objetivo de lucro.

Art. 4º - As cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas a falência, constituídas para prestar serviços aos associados, distinguindo-se das demais sociedades pelas seguintes características:

I - adesão voluntária, com número ilimitado de associados, salvo impossibilidade técnica de prestação de serviços;

II - variabilidade do capital social, representado por quotas-partes;

III - limitação do número de quotas-partes do capital para cada associado, facultado, porém, o estabelecimento de critérios de proporcionalidade, se assim for mais adequado para o cumprimento dos objetivos sociais;

IV - indivisibilidade das quotas-partes do capital a terceiros, estranhos à sociedade;

V - singularidade de voto, podendo as cooperativas centrais, federações e confederações de cooperativas, com exceção das que exerçam atividade de crédito, optar pelo critério da proporcionalidade;

VI - "quorum" para o funcionamento e deliberação da Assembléia Geral baseada no número de associados e não no capital;

VII - retorno das sobras líquidas do exercício, proporcionalmente às operações realizadas pelo associado, salvo deliberação em contrário da Assembléia Geral;

VIII - indivisibilidade dos fundos de Reserva e de Assistência Técnica, Educacional e Social;

IX - neutralidade política e indiscriminação religiosa, racial e social;

X - prestação de assistência aos associados, e, quando prevista nos estatutos, aos empregados da cooperativa;

XI - área de admissão de associados limitada às possibilidades de reunião, controle, operações e prestação de serviços.

### Capítulo III

#### Do Objetivo e Classificação das Sociedades Cooperativas

Art. 5º - As sociedades cooperativas poderão adotar por objetivo qualquer gênero de serviço, operação ou atividade, assegurando-se-lhes o direito exclusivo e exigindo-se-lhes a obrigação do uso da expressão "cooperativa" em sua denominação.

Parágrafo único - É vedado às cooperativas o uso da expressão "Banco".

Art. 6º - As sociedades cooperativas são consideradas:

I - singulares, as constituídas pelo número mínimo de 20 (vinte) pessoas físicas, sendo excepcionalmente permitida a admissão de pessoas jurídicas que tenham por objetivo as mesmas ou correlatas atividades econômicas das pessoas físicas ou, ainda, aquelas sem fins lucrativos;(1)

II - cooperativas centrais ou federações de cooperativas, as constituída de, no mínimo, 3 (três) singulares, podendo, excepcionalmente, admitir associados individuais;(2)

III - confederações de cooperativas as constituídas, pelo menos, de 3 (três) federações de cooperativas ou cooperativas centrais, da mesma ou de diferentes modalidades.(3)

§ 1º - Os associados individuais das cooperativas centrais e federações de cooperativas serão inscritos no Livro de Matrícula da sociedade e classificados em grupos visando à transformação, no futuro, em cooperativas singulares que elas se filiarão.

§ 2º - A exceção estabelecida no item II, in fine, do "caput" deste artigo não se aplica às centrais e federações que exerçam atividades de crédito.

Art. 7º - As cooperativas singulares se caracterizam pela prestação direta de serviços aos associados.

Art. 8º - As cooperativas centrais e federações objetivam organizar, em comum e em maior escala, os serviços econômicos e assistenciais de interesse das filiadas, integrando e orientando suas atividades, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços.

Parágrafo único - Para a prestação de serviços de interesse comum, é permitida a constituição de cooperativas centrais, às quais se associem outras cooperativas de objetivo e finalidades diversas.

(1) Filiação de cooperativa singular a outra cooperativa singular. V. Resolução CNC n.º 21. (2) Filiação entre si de cooperativas centrais ou federações de cooperativas: V. Resolução CNC n.º 28.

(3) Filiação entre si de confederações de cooperativas: V. Resoluções CNC n.º 34.

Art. 9º - As confederações de cooperativas têm por objetivo orientar e coordenar as atividades das filiadas, nos casos em que o vulto dos empreendimentos transcender o âmbito de capacidade ou conveniência de atuação das centrais e federações.

Art. 10º - As cooperativas se classificam também de acordo com o objetivo ou pela natureza das atividades desenvolvidas por elas ou por seus associados.

§ 1º - Além das modalidades de cooperativas já consagradas, caberá ao respectivo órgão controlador apreciar e caracterizar outras que se apresentem.

§ 2º - Serão consideradas mistas as cooperativas que apresentarem mais de um objetivo de atividades.

§ 3º - Somente as cooperativas agrícolas mistas poderão criar e manter seção de crédito.

Art. 11º - As sociedades cooperativas serão de responsabilidade limitada, quando a responsabilidade do associado pelos compromissos da sociedade se limitar, solidária e não tiver limite.

Art. 12º - As sociedades cooperativas serão de responsabilidade ilimitada, quando a responsabilidade do associado pelos compromissos da sociedade for pessoal, solidária e não tiver limite.

Art. 13º - A responsabilidade do associado para com terceiros, como membro da sociedade, somente poderá ser invocada depois de judicialmente exigida da cooperativa.. ]

## Capítulo IV

### Da constituição das Sociedades Cooperativas

Art. 14º - A sociedade cooperativa constitui-se por deliberação da Assembléia Geral dos fundadores, constantes da respectiva ata ou por instrumento público.

Art. 15º - O ato constitutivo, sob pena de nulidade, deverá declarar.

I - a denominação da entidade, sede e objetivo de funcionamento;

II - o nome, nacionalidade, idade, estado civil, profissão e residência dos associados fundadores que assinaram, bem como o valor e número da quota-parte de cada um;

III - aprovação do estatuto da sociedade;

IV - o nome, nacionalidade, estado civil, profissão e residência dos associados eleitos para os órgãos da administração, fiscalização e outros.

Art. 16º - O ato constitutivo da sociedade e os estatutos, quando não transcritos naquele, serão assinados pelos fundadores.



## Seção I Da Autorização de Funcionamento

Art. 17º e Art. 18º - Cancelados, mantendo-se o no Art. 18º o Parágrafo § 6º - Arquivados os documentos na Junta Comercial e feita à respectiva publicação, a cooperativa adquire personalidade jurídica, tornando-se apta a funcionar.

Art. 19º e Art. 20º - Cancelados

## Seção II Do Estatuto Social

Art. 21º - O estatuto da cooperativa, além de atender ao disposto no art. 4º, deverá indicar.

I - a denominação, sede, prazo de duração, área de ação, objeto da sociedade, fixação do exercício social e da data do levantamento do balanço geral;

II - os direitos e deveres dos associados, natureza de suas responsabilidades e as condições de admissão, demissão, eliminação e exclusão e as normas para sua representação nas assembleias gerais;

III - o capital mínimo, o valor da quota-parte, o mínimo de quotas-partes a ser subscrito pelo associado, o modo de integralização das quotas-partes, bem como as condições de sua retirada nos casos de demissão, eliminação ou de exclusão do associado;

IV - a forma de devolução das sobras registradas aos associados, ou do rateio das perdas apuradas por insuficiência de contribuição para cobertura das despesas da sociedade;

V - o modo de administração e fiscalização, estabelecendo os respectivos órgãos, com definição de suas atribuições, poderes e funcionamento, a representação ativa e passiva da sociedade em juízo ou fora dele, o prazo do mandato, bem como o processo de substituição dos administradores e conselheiros fiscais;

VI - as formalidades de convocação das assembleias gerais e a maioria requerida para sua instalação e validade de suas deliberações, vedado o direito de voto aos que nelas tiveram interesse particular sem privá-los da participação nos debates;

VI - os casos de dissolução voluntária da sociedade;

VII - o modo e o processo de alienação ou oneração de bens imóveis da sociedade;

IX - o modo de reformar o estatuto;

X - o número mínimo de associados.

## Capítulo V

## Dos Livros da Sociedade

Art. 22º - A sociedade cooperativa deverá possuir os seguintes livros:

I - de Matrícula;

II - de Atas das Assembléias Gerais;

III - de Atas dos Órgãos de Administração;

IV - de Atas do Conselho Fiscal;

V - de Presença dos Associados nas Assembléias Gerais;

VI - outros, fiscais e contábeis, obrigatórios. Parágrafo único - É facultada a adoção de livros de folhas soltas ou fichas.

Art. 23º - No Livro de Matrícula, os associados serão inscritos por ordem cronológica de admissão, dele constando:

I - o nome, idade, estado civil, nacionalidade, profissão e residência do associado;

II - a data de sua admissão e, quando for o caso, de sua demissão a pedido, eliminação ou exclusão;

III - a conta corrente das respectivas quotas-partes do capital social.

## Capítulo VI

### Do Capital Social (1)

Art. 24º - O capital social será subdividido em quotas-partes, cujo valor unitário não poderá ser superior ao maior salário-mínimo vigente no país.

§ 1º - Nenhum associado poderá subscrever mais de 1/3 (um terço) do total das quotas-partes, salvo nas sociedades em que a subscrição deva ser diretamente proporcional ao movimento financeiro da cooperação ou ao quantitativo dos produtos a serem comercializados, beneficiados ou transformados, ou ainda, em relação à área cultivada ou ao número de plantas e animais em exploração.

§ 2º - Não estão sujeitas ao limite estabelecido no parágrafo anterior as pessoas jurídicas de direito público que participarem de cooperativas de eletrificação, irrigação e telecomunicações.

§ 3º - É vedado às cooperativas distribuírem qualquer espécie de benefício às quotas-partes do capital ou estabelecer outras vantagens ou privilégios, financeiros ou não, em favor de quaisquer associados ou terceiros, excetuando-se os juros até o máximo de 12% (doze por cento) ao ano que incidirão sobre a parte integralizada.

(2)

Art. 25º - Para formação do capital social poder-se-á estipular que o pagamento das quotas-partes seja realizado mediante prestações periódicas, independente de chamada, por meio de contribuições ou outra forma estabelecida a critério dos respectivos órgãos executivos federais.

Art. 26º - A transferência de quotas-partes será averbada no Livro de Matrícula, mediante termo que conterá as assinaturas do cedente, do cessionário e do diretor que o estatuto designar.

(1) V. Resolução CNC n.º 10, que dispõe sobre o capital rotativo,

(2) V. Resolução CNC n.º 18.

Art. 27º - A integralização das quotas-partes e o aumento do capital social poderão ser feitos com bens avaliados previamente e após homologação em Assembléia Geral ou mediante retenção de determinada porcentagem do valor do movimento financeiro de cada associado.

§ 1º - O disposto neste artigo não se aplica às cooperativas de crédito, às agrícolas mistas com seção de crédito e às habitacionais.

§ 2º - Nas sociedades cooperativas em que a subscrição do capital for diretamente proporcional ao movimento ou à expressão econômica de cada associado, o estatuto deverá prever sua revisão periódica para ajustamento às condições vigentes.

## Capítulo VII

### Dos Fundos

Art. 28º - As cooperativas são obrigadas a constituir.

I - Fundo de Reserva destinado a reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades, constituído com 10% (dez por cento), pelo menos, das sobras líquidas do exercício;

II - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social, destinado à prestação de assistência aos associados, seus familiares e, quando previsto nos estatutos, aos empregados da cooperativa, constituído de 5% (cinco por cento), pelo menos, das sobras líquidas apuradas no exercício.

§ 1º - Além dos previstos neste artigo, a Assembléia Geral poderá criar outros fundos, inclusive rotativos, com recursos destinados a fins específicos, fixando o modo de formação, aplicação e liquidação.

§ 2º - Os serviços a serem atendidos pelo Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social poderão ser executados mediante convênio com entidades públicas e privadas.

## Capítulo VIII

## Dos Associados

Art. 29º - O ingresso nas cooperativas é livre a todos que desejarem utilizar os serviços prestados pela sociedade, desde que adiram aos propósitos sociais e preencham as condições estabelecidas no estatuto, ressalvado o disposto no art. 4º, item I, desta lei.

§ 1º - A admissão dos associados poderá ser restrita, a critério do órgão normativo respectivo, às pessoas que exerçam determinada atividade ou profissão, ou estejam, vinculadas a determinada entidade.

§ 2º - Poderão ingressar nas cooperativas de pesca e nas constituídas por produtores rurais ou extrativistas, as pessoas jurídicas que pratiquem as mesmas atividades econômicas das pessoas físicas associadas.

§ 3º - Nas cooperativas de eletrificação, irrigação e telecomunicações, poderão ingressar as pessoas jurídicas que se localizem na respectiva área de operações.

§ 4º - Não poderão ingressar no quadro das cooperativas os agentes de comércio e empresários que operem no mesmo campo econômico da sociedade.

Art. 30º - À exceção das cooperativas de crédito e das agrícolas mistas com seção de crédito, a admissão de associados, que se efetiva mediante aprovação de seu pedido de ingresso pelo órgão de administração, complementa-se com a subscrição das quotas-partes de capital social e a sua assinatura no Livro de Matrícula.

Art. 31º - O associado que aceitar e estabelecer relação empregatícia com a cooperativa perde o direito de votar e ser votado, até que sejam aprovadas as contas do exercício em que ele deixou o emprego.

Art. 32º - A demissão do associado será unicamente a seu pedido.

Art. 33º - A eliminação do associado é aplicada em virtude de infração legal ou estatutária, ou por fato especial previsto no estatuto, mediante termo firmado por

quem de direito no Livro de Matrícula, com os motivos que a determinaram.

Art. 34º - A diretoria da cooperativa tem o prazo de 30 (trinta) dias para comunicar ao interessado a sua eliminação. Parágrafo único - Da eliminação cabe recurso, com efeito suspensivo, à primeira Assembléia Geral.

Art. 35º - A exclusão do associado será feita:

I - por dissolução da pessoa jurídica;

II - por morte da pessoa física;

III - por incapacidade civil não suprida;

IV - por deixar de atender aos requisitos estatutários de ingresso ou permanência na cooperativa.

Art. 36º - a responsabilidade do associado perante terceiros, por compromissos da sociedade, perdura para os demitidos, eliminados ou excluídos até quando aprovadas as contas de exercício em que se deu o desligamento. Parágrafo único - As obrigações dos associados falecidos, contraídas com a sociedade, e as oriundas de sua responsabilidade como associados em face terceiros, passam aos herdeiros, prescrevendo, porém, após um ano contado do dia da abertura da sucessão, ressalvados os aspectos peculiares das cooperativas de eletrificação rural e habitacionais.

Art. 37º - A cooperativa assegurará a igualdade de direito dos associados, sendo-lhe defeso:

I - remunerar a quem agencie novos associados;

II - cobrar prêmios ou ágio pela entrada de novos associados ainda a título de compensação das reservas;

III - estabelecer restrições de qualquer espécie ao livre exercício dos direitos sociais.

## Capítulo IX

### Dos Órgãos Sociais

#### Seção I Das Assembléias Gerais

Art. 38º - A Assembléia Geral dos associados é o órgão supremo da sociedade, dentro dos limites legais e estatutários, tendo poderes para decidir os negócios relativos ao objeto da sociedade e tomar as resoluções convenientes ao desenvolvimento e defesa desta, e suas deliberações vinculam a todos, ainda que ausentes ou discordantes.

§ 1º - As Assembléias Gerais serão convocadas com antecedência mínima de 10 (dez) dias, em primeira convocação, mediante editais afixados em locais apropriados das dependências comumente mais freqüentadas pelos associados, publicação em jornal e comunicação aos associados por intermédio de circulares. Não havendo, no horário estabelecido, "quorum" de instalação, as assembléias poderão ser realizadas em Segunda ou terceira convocações desde que assim permitam os estatutos e conste do respectivo edital, quando então serão observado o intervalo mínimo de 1 (uma) hora entre a realização por uma ou outra convocação.

§ 2º - A convocação será feita pelo Presidente, ou por qualquer dos órgãos de administração, pelo Conselho Fiscal, ou após solicitação não atendida, por 1/5 (um quinto) dos associados em pleno gozo dos seus direitos.

§ 3º - As deliberações nas Assembléias Gerais serão tomadas por maioria de voto dos associados presentes com direito a votar.

Art. 39º - É da competência das Assembléias Gerais, ordinárias ou extraordinárias, a destituição dos membros dos órgãos da administração ou fiscalização.

Parágrafo único - Ocorrendo destituição que possa afetar a regularidade da administração ou fiscalização de entidade, poderá a Assembléia designar administradores e conselheiros provisórios, até a posse dos novos, cuja eleição se efetuará no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

Art. 40º - Nas Assembléias Gerais o "quorum" de instalação será o seguinte:

I - 2/3 (dois terços) do número de associados, em primeira convocação;

II - metade mais 1 (um) dos associados em segunda convocação;

III - mínimo de 10 (dez) associados na terceira convocação, ressalvado o caso de cooperativas centrais e federações de cooperativas, que se instalarão com qualquer número.

Art. 41º - Nas Assembléias Gerais das cooperativas centrais, federações e confederações de cooperativas, a representação será feita por delegados indicados na forma dos seus estatutos e credenciados pela diretoria das respectivas filiadas.

(1) (1) V. Resolução CNC n.º 17.

Parágrafo único - Os grupos de associados individuais das cooperativas centrais e federações de cooperativas serão representados por 1 (um) delegado, escolhido entre seus membros credenciado pela respectiva administração.

Art. 42º - Nas cooperativas singulares, cada associado presente não terá direito a mais de um voto, qualquer que seja o número de suas quotas-partes.(1)(2)

§ 1º - Não será permitida a representação por meio de mandatário.

§ 2º - Quando o número de associados, nas cooperativas singulares, exceder a 3.000 (três mil), pode o estatuto estabelecer que os mesmos sejam representados, nas Assembléias Gerais, por delegados que tenham a qualidade de associados no gozo de seus direitos e não exerçam cargos eletivos na sociedade.

§ 3º - O estatuto determinará o número de delegados, a época e forma de sua escolha por grupos seccionais de associados de igual número e o tempo de duração da delegação.

§ 4º - Admitir-se-á, também, a delegação definida no parágrafo anterior nos cooperativas singulares cujo número de associados seja inferior a 3.000 (três mil), desde que haja filiados residindo a mais de 50 Km (cinquenta quilômetros) da sede.

§ 5º - Os associados, integrantes de grupos seccionais, que não sejam delegados, poderão comparecer às Assembléias Gerais, privados, contudo, de voz e voto.

§ 6º - As Assembléias Gerais compostas por delegados decidem sobre todas as matérias que, nos termos da lei ou dos estatutos, constituem objeto de decisão da Assembléia Geral dos associados.

Art. 43º - Prescreve em 4 (quatro) anos a ação para anular as deliberações da Assembléia Geral viciadas de erro, dolo, fraude ou simulação, ou tomadas com violação da lei ou do estatuto, contado o prazo da data em que a Assembléia foi realizada.

(1) Redação da Lei n.º 6.981, de 30 de Março de 1982.

(2) V. Resolução CNC n.º 02.

## Seção II Das Assembléias Gerais Ordinárias

Art. 44º - A Assembléia Geral Ordinária, que se realizará, anualmente nos 3 (três) primeiros meses após o término do exercício social, deliberará sobre os seguintes assuntos que deverão constar da ordem do dia:

I - prestação de contas dos órgãos de administração acompanhada de parecer do Conselho Fiscal, compreendendo:

- a) relatório da gestão;
- b) balanço;
- c) demonstrativo das sobras apuradas ou das perdas decorrentes da insuficiência das contribuições para cobertura das despesas da sociedade e o parecer do



Conselho Fiscal;

II - destinação das sobras apuradas ou rateio das perdas decorrentes da insuficiência das contribuições para cobertura das despesas da sociedade, deduzindo-se, no primeiro caso, as parcelas para os Fundos Obrigatórios;

III - eleição dos componentes dos órgãos de administração, do Conselho Fiscal e de outros, quando for o caso;

IV - quando previsto, a fixação do valor dos honorários, gratificações e cédula de presença dos membros do Conselho de Administração ou da Diretoria e do Conselho Fiscal;

V - quaisquer assuntos de interesse social, excluídos os enumerados no art. 46º.

§ 1º - Os membros dos órgãos de administração e fiscalização não poderão participar da votação das matérias referidas nos itens I e IV deste artigo.

§ 2º - À exceção das cooperativas de crédito e das agrícolas mistas com seção de crédito, a aprovação do relatório, balanço e contas dos órgãos de administração, desonera seus componentes de responsabilidade, ressalvados os casos de erro, dolo, fraude ou simulação, bem como a infração da lei ou do estatuto.

### Seção III Das Assembléias Gerais Extraordinárias

Art. 45º - A Assembléia Geral Extraordinária realizar-se-á sempre que necessário e poderá deliberar sobre qualquer assunto de interesse da sociedade, desde que mencionado no edital de convocação.

Art. 46º - É da competência exclusiva da Assembléia Geral Extraordinária deliberar sobre os seguintes assuntos:

I - reforma do estatuto;

II - fusão, incorporação ou desmembramento;

III - mudança do objeto da sociedade;

IV - dissolução voluntária da sociedade e nomeação de liquidantes;

V - contas a liquidante.

Parágrafo único - São necessários os votos de 2/3 (dois terços) dos associados presentes, para tomar válidas as deliberações de que trata este artigo.

#### Seção IV Dos Órgãos de Administração.

Art. 47º - A sociedade será administrada por uma Diretoria (1) ou Conselho de Administração, composto exclusivamente da associados eleitos pela Assembléia Geral, com mandato nunca superior a 4 (quatro) anos, sendo obrigatória a renovação de, no mínimo, 1/3 (um terço) do Conselho de Administração.(2)

§ 1º - O estatuto poderá criar outros órgãos necessários à administração.

§ 2º - A posse dos administradores e conselheiros fiscais das cooperativas de crédito e das agrícolas mistas com seção de crédito e habitacionais fica sujeita à prévia homologação dos respectivos órgãos normativos.

Art. 48º - Os órgãos de administração podem contratar gerentes técnicos ou comerciais, que não pertençam ao quadro de associados, fixando-lhes as atribuições e salários.

Art. 49º - Ressalvada a legislação específica que rege as cooperativas de crédito, as seções de crédito das cooperativas agrícolas mistas e as de habitação, os administradores eleitos ou contratados não serão pessoalmente responsáveis pelas obrigações que contraírem em nome da sociedade, mas responderão pelos prejuízos resultantes de seus atos e se procederem com culpa ou dolo.

Parágrafo único - A sociedade responderá pelos atos a que se refere à última parte deste artigo se os houver ratificado ou deles logrado proveito.

Art. 50º - Os participantes de ato ou operação social em que se oculte a natureza da sociedade podem ser declarados pessoalmente responsáveis pelas obrigações em nome dela contraídas, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

Art. 51º - São inelegíveis, além das pessoas impedidas por lei, os condenados a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade.

Parágrafo único - Não podem compor uma mesma Diretoria ou Conselho de Administração, os parentes entre si até 2º (segundo) grau, em linha reta ou colateral.

Art. 52º - O diretor ou associado que, em qualquer operação, tenha interesse oposto ao da sociedade, não pode participar das deliberações referentes a essa operação, cumprindo-lhe acusar o seu impedimento.

Art. 53º - Os componentes da Administração e do Conselho Fiscal, bem como os liquidantes, equiparam-se aos administradores das sociedades anônimas para efeito de responsabilidade criminal.

Art. 54º - Sem prejuízo da ação que couber ao associado, a sociedade, por seus diretores, ou representa pelo associado escolhido em Assembléia Geral, terá direito de ação contra os administradores, para promover sua responsabilidade.

Art. 55º - Os empregados de empresas que sejam eleitos diretores de sociedades cooperativas pelos mesmos criadas gozarão das garantias asseguradas aos dirigentes sindicais pelo art. 543 da Consolidação das Leis do Trabalho (Decreto-Lei n.º 5.452, de 1 de maio de 1943).

#### Seção V Do Conselho Fiscal

Art. 56º - A administração da sociedade será fiscalizada, assídua e minuciosamente, por um Conselho Fiscal, constituído de 3 (três) membros efetivos e 3 (três) suplentes, todos associados eleitos anualmente pela Assembléia Geral, sendo permitida apenas a reeleição de 1/3 (um terço) dos seus componentes.

§ 1º - Não podem fazer parte do Conselho Fiscal, além dos inelegíveis enumerados no art. 51, os parentes dos diretores até o 2º (segundo) grau, em linha reta ou

colateral, bem como os parentes entre si até esse grau.

§ 2º - O associado não pode exercer cumulativamente cargos nos órgãos de administração e de fiscalização. Capítulo X Fusão, Incorporação e Desmembramento

Art. 57º - Pela fusão, duas ou mais cooperativas formam nova sociedade.

§ 1º - Deliberada a fusão, cada cooperativa interessada indicará nomes para comporem comissão mista que procederá aos estudos necessários à constituição da nova sociedade, tais como o levantamento patrimonial, balanço geral, plano de distribuição de quotas-partes, destino dos fundos de reserva e outros e o projeto de estatuto.

§ 2º - Aprovado o relatório da comissão mista e constituída a nova sociedade em Assembléia Geral conjunta, os respectivos documentos serão arquivados, para aquisição de penalidade jurídica, na Junta Comercial competente, e duas vias dos mesmos, com a publicação do arquivamento serão encaminhadas ao órgão executivo de controle ou ao órgão local credenciado.

§ 3º - Exclui-se do disposto no parágrafo anterior a fusão que envolver cooperativas que exerçam atividades de crédito. Nesse caso, aprovado o relatório da comissão mista e constituída a nova sociedade em Assembléia Geral conjunta, a autorização para funcionar e o registro dependerão de prévia anuência do Banco Central do Brasil.

Art. 58º - A fusão determina a extinção das sociedades que se unem para formar a nova sociedade que lhes sucederá nos direitos e obrigações.

Art. 59º - Pela incorporação, uma sociedade cooperativista absorve o patrimônio, recebe os associados, assume as obrigações e se investe nos direitos de outra ou outras cooperativas.

Parágrafo único - Na hipótese prevista neste artigo, serão obedecidas as mesmas formalidades estabelecidas para a fusão, limitadas as avaliações ao patrimônio da ou das sociedades incorporadas.

Art. 60º - As sociedades cooperativas poderão desmembrar-se em tantas quantas forem necessárias para atender aos interesses dos seus associados, podendo uma das novas entidades ser constituída como cooperativa central ou federação de cooperativas, cujas autorizações de funcionamento e os arquivamentos serão requeridos conforme o disposto nos Arts. 17 e seguintes.

Art. 61º - Deliberado o desmembramento, a Assembléia designará uma comissão para estudar as providências necessárias à efetivação da medida.

§ 1º - O relatório apresentado pela comissão, acompanhado dos projetos de estatutos das novas cooperativas, será apreciado em nova Assembléia especialmente convocada para esse fim.

§ 2º - O plano de desmembramento preverá o rateio, entre as novas cooperativas, do ativo e passivo da sociedade desmembrada.

§ 3º - No rateio previsto no parágrafo anterior, atribuir-se-á a cada nova cooperativa parte do capital social da sociedade desmembrada em quota correspondente à participação dos associados que passam a integrá-la.

§ 4º - Quando uma das cooperativas for constituída como cooperativa central ou federação de cooperativas, prever-se-á a montante das quotas-partes que as associadas terão no capital social.

Art. 62º - Constituídas as sociedades e observado o disposto nos arts. 17 e seguintes, proceder-se-á às transferências contábeis e patrimoniais necessárias à concretização das medidas adotadas.

## Capítulo XI

### Da Dissolução e Liquidação

Art. 63º - As sociedades cooperativas se dissolvem de pleno direito.(1)

I - quando assim deliberar a Assembléia Geral, desde que os associados, totalizando o número mínimo exigido por esta lei, não se disponham a assegurar a sua continuidade;

II - pelo decurso do prazo de duração;

III - pela consecução dos objetivos predeterminados;

IV - devido à alteração de sua forma jurídica;

V - pela redução do número mínimo de associados ou da capital social mínimo se, até a Assembléia Geral subsequente, realizada em prazo não inferior a 6 (seis) meses, eles não forem restabelecidos;

VI - pelo cancelamento da autorização para funcionar;

VII - pela paralisação de suas atividades por mais de 120 (cento e vinte) dias.

### Parágrafo único - Cancelado

Art. 64º - Cancelado Art. 65º - Cancelado

§ 1º - Cancelado

§ 2º - Assembléia Geral, nos limites de suas atribuições, poderá, em qualquer época, destituir os liquidantes e os membros do Conselho Fiscal, designando os seus substitutos.

Art. 66º - Em todos os atos e operações, os liquidantes deverão usar a denominação

da cooperativa, seguida da expressão: "Em liquidação."

Art. 67º - Os liquidantes terão todos os poderes normais da administração, podendo praticar atos e operações necessários à realização do ativo e pagamento do passivo.

Art. 68º - São obrigações dos liquidantes:

I - providenciar o arquivamento, na Junta Comercial, da Ata da Assembléia Geral em que foi deliberada a liquidação;

II - Cancelado

III - arrecadar os bens, livros e documentos da sociedade, onde quer que estejam;

IV - convocar os credores e devedores e promover o levantamento dos créditos e débitos da sociedade;

V - proceder nos 15 (quinze) dias seguintes ao da sua investidura e com assistência, sempre que possível, dos administradores, ao levantamento do inventário e balanço geral do ativo e passivo;

VI - realizar o ativo social para saldar o passivo e reembolsar os associados de suas quotas-partes, destinando o remanescente, inclusive o dos fundos indivisíveis;

VII - exigir dos associados a integralização das respectivas quotas-partes do capital social não realizadas, quando o ativo não bastar para a solução do passivo;

VIII - fornecer aos credores a relação dos associados, se a sociedade for de responsabilidade ilimitada e se os recursos apurados forem insuficientes para o pagamento de suas dívidas;

IX- convocar a Assembléia Geral, cada 6 (seis) meses ou sempre que necessário, para apresentar relatório e balanço do estado da liquidação e prestar contas dos atos praticados durante o período anterior;

X - apresentar à Assembléia Geral, finda a liquidação, o respectivo relatório e as contas finais;

XI - averbar, no órgão competente, a Ata da Assembléia Geral que considerar encerrada a liquidação.

Art. 69º - As obrigações e as responsabilidades dos liquidantes regem-se pelos preceitos peculiares aos dos administradores da sociedade liquidanda.

Art. 70º - Sem autorização da Assembléia não poderá o liquidante gravar de ônus os móveis e imóveis, contrair empréstimos, salvo quando indispensáveis para pagamento de obrigações inadiáveis, nem prosseguir, embora para facilitar a liquidação, na atividade social.

Art. 71º - Respeitados os direitos dos credores preferenciais, pagará o liquidante as dívidas sociais proporcionalmente e sem distinção entre vencidas ou não.

Art. 72º - A Assembléia Geral poderá resolver, antes de ultimada a liquidação, mas depois de pagos os credores, que o liquidante faça rateios por antecipação da partilha, à medida em que se apurem os haveres sociais.

Art. 73º - Solucionado o passivo, reembolsados os cooperados até o valor de suas quotas-partes e encaminhado o remanescente conforme o estatuído, convocará o liquidante Assembléia Geral para prestação final de contas.

Art. 74º - Aprovadas as contas, encerra-se a liquidação e a sociedade extingue, devendo a Ata da Assembléia ser arquivada na Junta Comercial e publicada.

Parágrafo único - O associado discordante terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação da Ata para promover a ação que couber.

Art. 75º - Cancelado e seus parágrafos.

Art. 76º - A publicação, no Diário Oficial, da Ata da Assembléia Geral da Sociedade, que deliberou sua liquidação, quando a medida for de sua iniciativa, implicará a sustação de qualquer ação judicial contra a cooperativa, pelo prazo de 1(um) ano, sem prejuízo, entretanto, da fluência dos juros legais ou pactuados e seus acessórios.

Parágrafo único - Decorrido o prazo previsto neste artigo, sem que, por motivo relevante, esteja encerrada a liquidação, poderá ser o mesmo prorrogado, no máximo por mais 1 (um) ano, mediante decisão do órgão citado no artigo, publicada, com os mesmos efeitos, no Diário Oficial.

Art. 77º - Na realização do ativo da sociedade, o liquidante deverá:

I - mandar avaliar, por avaliadores judiciais ou de Instituições Financeira Públicas, os bens da sociedade;

II - proceder à venda dos bens necessários ao pagamento do passivo da sociedade, observadas, no que couber, as normas constantes dos Arts. 117 e 118 do Decreto-lei n.º 7.661, de 21 de junho de 1945.

Art. 78º - A liquidação das cooperativas de crédito e da seção de crédito das cooperativas agrícolas mistas reger-se-á pelas normas próprias legais e regulamentares.

## Capítulo XII

### Do Sistema Operacional das Cooperativas

#### Seção I Do Ato Cooperativo

Art. 79º - Denominam-se atos cooperativos os praticados entre as cooperativas e

seus associados, entre estes e aqueles e pelas cooperativas entre si quando associados, para consecução dos objetivos sociais.

Parágrafo único - O ato cooperativo não implica operação de mercado, nem contrato de compra e venda de produto ou mercadoria.

## Seção II Das Distribuições de Despesas

Art. 80º - As despesas da sociedade serão cobertas pelos associados mediante rateio na proporção direta da fruição de serviços. Parágrafo único - A cooperativa poderá, para melhor atender à equanimidade de cobertura das despesas da sociedade, estabelecer:

I - rateio, em partes iguais, das despesas gerais da sociedade entre todos os associados, quer tenham ou não, no ano usufruído dos serviços por ela prestados, conforme definidas no estatuto;

II - rateio, em razão diretamente proporcional, entre os associados que tenham usufruído os serviços durante o ano, das sobras líquidas e dos prejuízos verificados no balanço do exercício, excluídas as despesas gerais já atendidas na forma do item anterior.

Art. 81º - A cooperativa que tiver adotado o critério de separar as despesas da sociedade e estabelecido o seu rateio na forma indicada no parágrafo único do artigo anterior deverá levantar separadamente as despesas gerais.

## Seção III Das operações da Cooperativa

Art. 82º - A cooperativa que se dedicar a vendas em comum poderá registra-se como armazém geral e, nessa condição, expedir "Conhecimentos de Depósitos" e "Warrants" para os produtos de seus associados conservados em seus armazéns, próprios ou arrendados, sem prejuízo da emissão de outros títulos decorrentes de suas atividades normais, aplicando-se, no que couber, a legislação específica.

§ 1º - Para efeito deste artigo, os armazéns da cooperativa se equiparam aos "Armazéns Gerais", com as prerrogativas e obrigações deste, ficando os componentes do Conselho de Administração ou Diretoria Executiva, eminente do título, responsáveis, pessoal e solidariamente, pela boa guarda e conservação dos produtos vinculados, respondendo criminal e civilmente pelas declarações constantes do título, como também por qualquer ação ou omissão que acarrete o desvio, deterioração ou perda dos produtos.



§ 2º - Observado o disposto no § 1º, as cooperativas poderão operar unidades de armazenagem, embalagem e frigorificação, bem como armazéns gerais alfandegados, nos termos do disposto no Capítulo IV da Lei n.º 5.025, de 10 de junho de 1966.

Art. 83º - A entrega da produção do associado a sua cooperativa significa a outorga a esta de plenos poderes para a sua livre disposição, inclusive para gravá-la e dá-la em garantia de operações de crédito realizadas pela sociedade, salvo se, tendo em vista os usos e costumes relativos à comercialização de determinados produtos, sendo de interesse do produtor, os estatutos dispuserem de outro modo.

Art. 84º - As cooperativas de crédito rural e as seções de crédito das cooperativas agrícolas mistas só poderão operar com associados, pessoas físicas, que de forma efetiva e predominante:

I - desenvolvam, na área de ação da cooperativa, atividades agrícolas, pecuárias, ou extrativas;

II - se dediquem a operações de captura e transformação do pescado. Parágrafo único - As operações de que se trata este artigo só poderão ser praticadas com pessoas jurídicas, associadas, desde que exerçam exclusivamente atividades agrícolas, pecuárias ou extrativas na área de ação da cooperativa ou atividades de captura ou transformação do pescado.

Art. 85º - As cooperativas agropecuárias e de pesca poderão adquirir produtos de não associados, agricultores, pecuaristas ou pescadores, para completar lotes destinados ao cumprimento de contratos ou suprir capacidade ociosa de instalações industriais das cooperativas que as possuem.(1)

Art. 86º - As cooperativas poderão fornecer bens e serviços a não associados, desde que tal faculdade atenda aos objetivos sociais e estejam de conformidade com a presente lei.(1)

Parágrafo único - No caso das cooperativas de crédito e das seções de crédito das

cooperativas agrícolas mistas, o disposto neste artigo só se aplicará com base em regras a serem estabelecidas pelo órgão normativo.

Art. 87º - Os resultados das operações das cooperativas com não associados, mencionados nos Arts. 85 e 86 serão levados à conta do "Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social" e serão contabilizados em separado, de molde a permitir cálculo para incidência de tributos.

Art. 88º - Mediante prévia e expressa autorização concedida pelo respectivo órgão executivo federal, consoante as normas e limites instituídos pelo Conselho Nacional de Cooperativismo, poderão as cooperativas participar de sociedade não cooperativas, públicas ou privadas, em caráter excepcional, para atendimento de objetivos acessórios ou complementares.(2)

Parágrafo único - As inversões decorrentes dessa participação serão contabilizadas em títulos específicos e seus eventuais resultados positivos levados ao "Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social".

#### Seção IV Dos prejuízos

Art. 89º- Os prejuízos verificados no decorrer do exercício serão cobertos com recursos provenientes do Fundo de Reserva e, se insuficiente este, mediante rateio, entre os associados, na razão direta dos serviços usufruídos, ressalvada a opção prevista no parágrafo único do art. 80.

#### Seção V Do Sistema Trabalhista

Art. 90º - Qualquer que seja o tipo da cooperativa, não existe vínculo empregatício entre ela e seus associados.

Art. 91º - As cooperativas igualam-se às demais empresas em relação aos seus empregados para os fins de legislação trabalhista e previdenciária. Capítulo XIII Da Fiscalização e Controle

Art. 92º - Cancelado

I - as de crédito e as seções de crédito das agrícolas mistas pelo Banco Central do Brasil;

Art. 93º - O Poder Público, por intermédio da administração central dos órgãos executivos federais competentes, por iniciativa própria ou solicitação da Assembléia Geral ou do Conselho Fiscal, intervirá nas cooperativas quando ocorrer um dos seguintes casos:

I - violação contumaz das disposições legais;

II - ameaça de insolvência em virtude de má administração da sociedade;

III - paralisação das atividades sociais por mais de 120 (cento e vinte) dias consecutivos;

IV - inobservância do art. 56, § 2º.

Parágrafo único - Aplica-se no que couber, às cooperativas habitacionais, o disposto neste artigo.

Art. 94º - Observar-se-á, no processo de intervenção, a disposição constante do § 2º do Art. 75.

## Capítulo XIV

### Do Conselho Nacional de Cooperativismo

Art. 95º - Cancelado, seus itens e seu parágrafo único.

Art. 96º - Cancelado e seu parágrafo único.

Art. 97º - Cancelado, seus itens e seu parágrafo único.

Art. 98º - Cancelado e seus parágrafos.

Art. 99º - Cancelado e seus itens.

Art. 100º - Cancelado e seus itens.

Art. 101º - Cancelado e seu parágrafo único.

Art. 102º - Cancelado, seus itens e parágrafos.

## Capítulo XV

### Dos Órgãos Governamentais

Art. 103º - As cooperativas permanecerão subordinadas, na parte normativa, ao Conselho Nacional de Cooperativismo, com exceção das de crédito, das seções de crédito das agrícolas mistas e das de habitação, cujas normas continuarão a ser baixadas pelo Conselho Monetário Nacional relativamente às duas primeiras, e Banco Nacional de Habitação, (3) com relação à última, observado o disposto no art. 92 desta lei.

Parágrafo único - Os órgãos executivos federais, visando à execução descentralizada de seus serviços, poderão delegar se competência, total ou parcialmente, a órgãos e entidades da administração estadual e municipal, bem como, excepcionalmente, a outros órgãos e entidades da administração federal. (3) Sucedido pela Caixa Econômica Federal (Dec.-lei 2.291, de 21.11.86, art. 1º § 1º).

Art. 104º - Os órgãos executivos federais comunicarão todas as alterações havidas nas cooperativas sob sua jurisdição ao Conselho Nacional do Cooperativismo, para fins de atualização do cadastro geral das cooperativas nacionais.

## Capítulo XVI

## Da Representação do Sistema Cooperativista

Art. 105º - A representação do sistema cooperativista nacional cabe à Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB, sociedade civil, com sede na Capital Federal, órgão técnico-consultivo do governo, estruturada nos termos desta lei, sem finalidade lucrativa, competindo-lhe precipuamente:

- a) manter neutralidade política e indiscriminação racial, religiosa e social;
- b) integrar todos os ramos das atividades cooperativistas;
- c) manter registro de todas as sociedades cooperativas que, para todos os efeitos, integram a Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB;
- d) a f) Cancelados
- g) dispor de setores consultivos especializados, de acordo com os ramos de cooperativismo;
- h) fixar a política da organização com base nas proposições emanadas de seus órgãos técnicos;
- i) exercer outras atividades inerentes à sua condição de órgão de representação e defesa do sistema cooperativista;
- j) manter relações de integração com as entidades congêneres do exterior e suas cooperativas.

§ 1º - A Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB será constituída de entidades, uma para cada Estado, Território e Distrito Federal, criadas com as mesmas características da organização nacional.

§ 2º - As Assembléias Gerais do órgão central serão formadas pelos representantes credenciados das filiadas, 1 (um) por entidade, admitindo-se proporcionalidade de voto.

§ 3º - A proporcionalidade de voto, estabelecida no parágrafo anterior ficará a critério da OCB, baseando-se no número de associados - pessoas físicas e as exceções previstas nesta lei - que compõem o quadro das cooperativas filiadas.

§ 4º - A composição da Diretoria da Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB será estabelecida em seus estatutos sociais.

§ 5º - Para o exercício de cargos de Diretoria e Conselho Fiscal, as eleições se processarão por escrutínio secreto, permitida a reeleição para mais um mandato consecutivo.

Art. 106º - A atual Organização das Cooperativas Brasileiras e as suas filiadas ficam investidas das atribuições e prerrogativas conferidas nesta lei, devendo, no prazo de

1 (um) ano, promover a adaptação de seus estatutos e a transferência da sede nacional.

Art. 107º - As cooperativas são obrigadas, para seu funcionamento, a registra-se na Organização das Cooperativas Brasileiras ou na entidade estadual, se houver, mediante apresentação dos estatutos sociais e suas alterações posteriores.

Parágrafo único - Por ocasião do registro, a cooperativa pagará 10% (dez por cento) do maior salário-mínimo vigente, se a soma do respectivo capital integralizado e fundos não exceder de 250 (duzentos e cinquenta) salários-mínimos, e 50% (cinquenta por cento) se aquele montante for superior.

Art. 108º - Fica instituída, além do pagamento previsto no parágrafo único do artigo anterior, a Contribuição Cooperativista, que será recolhida anualmente pela cooperativa após o encerramento de seu exercício social, a favor da Organização das Cooperativas Brasileiras de que trata o Art. 105 desta lei.(1)

§ 1º - A Contribuição Cooperativista constituir-se-á de importância correspondente a 0,2% (dois por cento) do valor do capital integralizado e fundos da sociedade cooperativa no exercício social do ano anterior, sendo o respectivo montante distribuído, por metade, a suas filiadas, quando constituídas.

§ 2º - No caso das cooperativas centrais ou federações, a Contribuição de que trata o parágrafo anterior será calculada sobre os fundos e reservas existentes.

§ 3º - A Organização das Cooperativas Brasileiras poderá estabelecer um teto à Contribuição Cooperativista, com base em estudos elaborados pelo seu corpo técnico. (1) V. Resolução CNC n.º 22.

## Capítulo XVII - Dos Estímulos Creditícios

Art. 109º - Cancelado e seus parágrafos.

Art. 110º - Cancelado.

## Capítulo XVIII

### Das Disposições Gerais e Transitórias

Art. 111º - Serão considerados como renda tributável os resultados positivos obtidos pelas cooperativas nas operações de que tratam os Arts. 85, 86 e 88 desta lei.

Art. 112º - O Balanço Geral e o Relatório do exercício social que as cooperativas deverão encaminhar anualmente aos órgãos de controle serão acompanhados, a juízo destes, de parecer emitido por um serviço independente de auditoria credenciado pela Organização das Cooperativas Brasileiras.

Parágrafo único - Em casos especiais, tendo em vista a sede da Cooperativa, o volume de suas operações e outras circunstâncias dignas de consideração, a exigência da apresentação do parecer pode ser dispensada.

Art. 113º - Atendidas as deduções determinadas pela legislação específica, às sociedades cooperativas ficará assegurada primeira prioridade para o recebimento de seus créditos de pessoas jurídicas que efetuem descontos na folha de pagamento de seus empregados, associados de cooperativas.

Art. 114º - Fica estabelecido o prazo de 36 (trinta e seis) meses para que as cooperativas atualmente registradas nos órgãos competentes reformulem os seus estatutos, no que for cabível, adaptando-se ao disposto na presente lei.


Art. 115º - As Cooperativas dos Estados, Territórios ou do Distrito Federal, enquanto não constituírem seus órgãos de representação, serão convocadas às Assembléias da OCB, com vogais, com 60 (sessenta) dias de antecedência, mediante editais publicados 3 (três) vezes em jornal de grande circulação local.

Art. 116º - A presente lei não altera o disposto nos sistemas próprios instituídos para as cooperativas de habitação e cooperativas de crédito, aplicando-se ainda, no que couber, o regime instituído para essas últimas às seções de crédito das agrícolas mistas.

Art. 117º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrária e especialmente o Decreto-lei n.º 59, de 21 de novembro de 1966, bem como o Decreto n.º 60.597, de 19 de abril de 1967.

## **7.5. ANEXO – IV – MANUAL DE PROCEDIMENTOS DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS**



|  |                                      |                    |
|--|--------------------------------------|--------------------|
|  | Cooperativa Agropecuária Castrolanda | Nº 01/2007         |
|  | Normas de Procedimentos Operacionais | Versão 01/2007     |
|  | Financeiro                           | Local: Corporativo |

---

## COOPERATIVA AGROPECUÁRIA CASTROLANDA


### MANUAL DE PROCEDIMENTOS DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS VERSÃO 31/05/2007

---




|                 |               |        |
|-----------------|---------------|--------|
| Elaborado Por   | Data Vigência | Página |
| Ana Paula Ortiz | 05/2007       | 1/40   |



|  |                                      |                    |
|--|--------------------------------------|--------------------|
|  | Cooperativa Agropecuária Castrolanda | Nº 01/2007         |
|  | Normas de Procedimentos Operacionais | Versão 01/2007     |
|  | Financeiro                           | Local: Corporativo |

|        |  |    |
|--------|--|----|
| 1.     | <b>Item 1</b> .....                                    | 5  |
| 1.1.   | Rotina para Cadastro de Aplicações Financeiras.....    | 5  |
| 1.1.1. | Modalidade de aplicação.....                           | 6  |
| 1.1.2. | Tipo débito bancário.....                              | 10 |
| 1.1.3. | Tabela regressiva de IOF.....                          | 13 |
| 1.1.4. | Índice de aplicação .....                              | 13 |
| 1.1.5. | Tabela de IR.....                                      | 15 |
| 1.1.6. | Mês baixa IR.....                                      | 16 |
| 2.     | <b>Item 2</b> .....                                    | 18 |
| 2.1.   | Rotina para Efetivação das aplicações financeiras..... | 18 |
| 2.1.1  | Aplicações Financeiras.....                            | 19 |
| 2.1.2. | Cálculo de rendimento.....                             | 22 |
| 2.1.3. | Resgate de aplicação.....                              | 23 |
| 2.1.4. | Estorno de resgate de aplicação.....                   | 25 |
| 2.1.5. | Estorno de aplicação.....                              | 27 |
| 2.1.6. | Fechamento de aplicação.....                           | 27 |
| 2.1.7. | Estorno de fechamento de aplicação.....                | 31 |
| 3.     | <b>Item 3</b> .....                                    | 33 |
| 3.1.   | Relatório de aplicações financeiras.....               | 33 |
| 3.1.1. | Planilha de rendimento.....                            | 34 |
| 4.     | <b>Considerações finais</b> .....                      | 39 |

|                 |               |        |
|-----------------|---------------|--------|
| Elaborado Por   | Data Vigência | Página |
| Ana Paula Ortiz | 05/2007       | 2/40   |

|  |                                      |                    |
|--|--------------------------------------|--------------------|
|  | Cooperativa Agropecuária Castrolanda | Nº 01/2007         |
|  | Normas de Procedimentos Operacionais | Versão 01/2007     |
|  | Financeiro                           | Local: Corporativo |

## Introdução

Este manual tem como objetivo, apresentar e descrever os processos que ocorrem no setor financeiro da Cooperativa Castrolanda, no que diz respeito ao sistema de aplicações financeiras. Também apresenta o novo modelo de relatório para fins de fechamento contábil mensal, que foi criado para atender as novas Leis de Imposto de Renda 11.033 e 11.053 de 2004.

Este trabalho contribuirá para a empresa, bem como para a classe contábil, visto que são poucas as bibliografias que estão diretamente ligadas às aplicações financeiras; e ainda por se tratar de um assunto recente, acredita-se que este estudo pode revelar-se como uma ferramenta efetiva para gestão de conhecimento, recolhendo e consolidando *feedbacks* da atuação gerencial, mantendo sempre atualizada a estratégia interna organizacional e capacidade de atualização da empresa frente às novas leis que surgirem.

A aplicação do manual de procedimento das aplicações financeiras irá atingir toda a estrutura financeira da cooperativa: como base para ser seguida na falta do funcionário responsável; como modelo de reestruturação de um controle interno, um modelo a ser seguido; seu custo/benefício na economia de tempo e agilidade do sistema em que será implantada.

Toda e qualquer informação aqui apresentada não faz referência a nenhum sistema existente no mercado.

Toda e qualquer semelhança à sistemas existentes, não passará de mera coincidência, não devendo ser considerado como cópia de manuais existentes no mercado.


No item 1, apresentamos a rotina para cadastro das aplicações financeiras, função das teclas, descrição das telas e do processo contábil bem como as contas contábeis.

No item 2 , apresentamos a rotina para efetivação da aplicação, descrição das telas e dos processos contábeis, incluindo a descrição das contas contábeis e dados básicos do sistema .

No item 3, apresentamos a lista dos relatórios disponíveis das aplicações financeiras para acompanhamento dos processos, onde poderá ser visto o novo modelo apresentado e implantando.


|                 |               |        |
|-----------------|---------------|--------|
| Elaborado Por   | Data Vigência | Página |
| Ana Paula Ortiz | 05/2007       | 3/40   |



|  |                                      |                    |
|--|--------------------------------------|--------------------|
|  | Cooperativa Agropecuária Castrolanda | Nº 01/2007         |
|  | Normas de Procedimentos Operacionais | Versão 01/2007     |
|  | Financeiro                           | Local: Corporativo |

Em seguida seguem-se as considerações finais deste trabalho.

|                 |               |        |
|-----------------|---------------|--------|
| Elaborado Por   | Data Vigência | Página |
| Ana Paula Ortiz | 05/2007       | 4/40   |

|  |                                      |                    |
|--|--------------------------------------|--------------------|
|  | Cooperativa Agropecuária Castrolanda | Nº 01/2007         |
|  | Normas de Procedimentos Operacionais | Versão 01/2007     |
|  | Financeiro                           | Local: Corporativo |

### Item 1

Neste item será apresentado a rotina para cadastro das aplicações financeiras, função das teclas, descrição das telas e do processo contábil bem como as contas contábeis.

#### 1.1. Rotina Para Cadastro de Aplicações Financeiras

A figura abaixo apresenta a tela principal do sistema de caixa e bancos, onde está inserido e aqui demonstrado o sistema para o cadastro das aplicações financeiras.

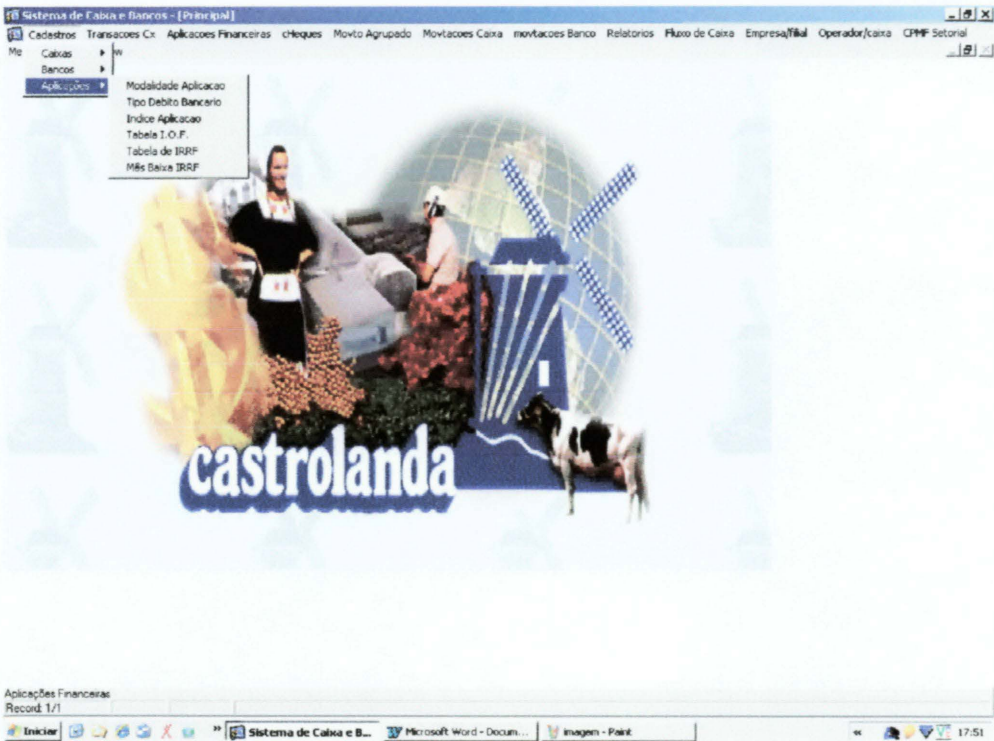



Figura 1 – Tela do Sistema de Caixa e Bancos – Cadastro das Aplicações

Caso seja um usuário do setor financeiro e não esteja autorizado a entrar nesse sistema, solicite ao supervisor da área uma permissão de acesso. O supervisor entrará em contato com o CI para que este lhe conceda o referido acesso.

|                 |               |        |
|-----------------|---------------|--------|
| Elaborado Por   | Data Vigência | Página |
| Ana Paula Ortiz | 05/2007       | 5/40   |

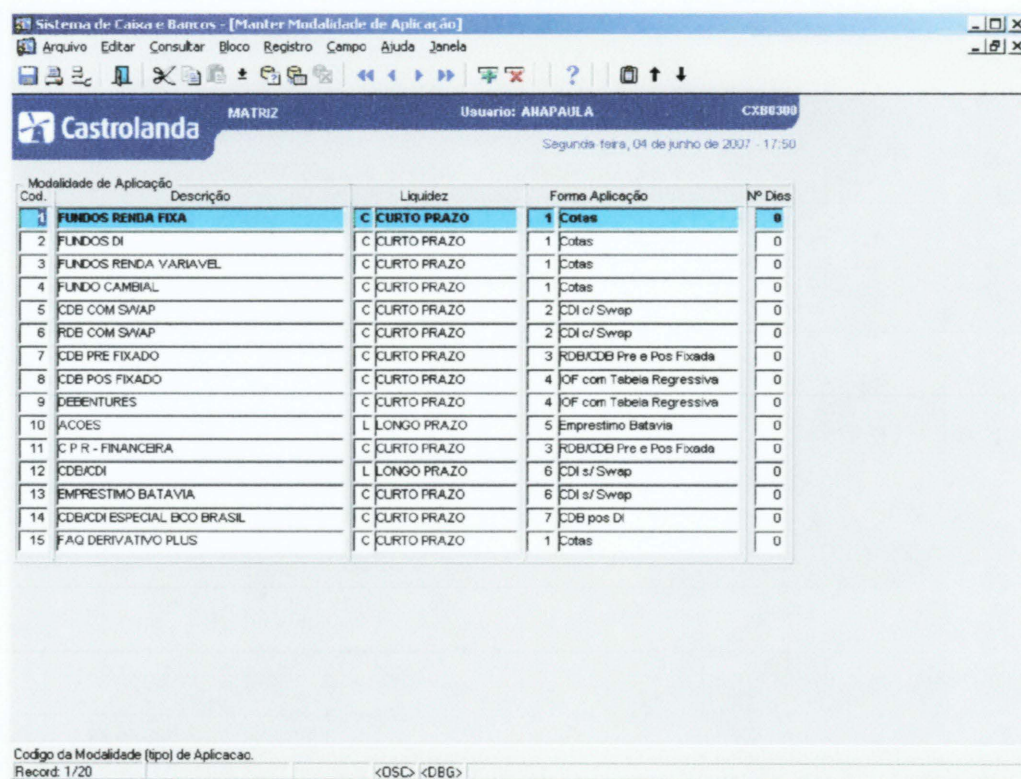


|  |                                      |                    |
|--|--------------------------------------|--------------------|
|  | Cooperativa Agropecuária Castrolanda | Nº 01/2007         |
|  | Normas de Procedimentos Operacionais | Versão 01/2007     |
|  | Financeiro                           | Local: Corporativo |

Primeiro passo: Cadastros – Aplicações . Esse menu inicia o processo de cadastro das aplicações financeiras, todas as telas e processos que são necessários antes da contabilização e efetivação de uma aplicação.

### 1.1.1 Modalidade de aplicação

Este aplicativo, foi alimentado na criação do sistema, pode sofrer manutenção no caso de surgir uma nova modalidade de aplicação no mercado. Hoje temos as seguintes opções:



| Modalidade de Aplicação Cod. | Descrição                   | Liquidez      | Forma Aplicação             | Nº Dias |
|------------------------------|-----------------------------|---------------|-----------------------------|---------|
| 1                            | FUNDOS RENDA FIXA           | C CURTO PRAZO | 1 Cotas                     | 0       |
| 2                            | FUNDOS DI                   | C CURTO PRAZO | 1 Cotas                     | 0       |
| 3                            | FUNDOS RENDA VARIÁVEL       | C CURTO PRAZO | 1 Cotas                     | 0       |
| 4                            | FUNDO CAMBIAL               | C CURTO PRAZO | 1 Cotas                     | 0       |
| 5                            | CDB COM SWAP                | C CURTO PRAZO | 2 CDI c/ Swap               | 0       |
| 6                            | RDB COM SWAP                | C CURTO PRAZO | 2 CDI c/ Swap               | 0       |
| 7                            | CDB PRE FIXADO              | C CURTO PRAZO | 3 RDBICDB Pre e Pos Fixada  | 0       |
| 8                            | CDB POS FIXADO              | C CURTO PRAZO | 4 IOF com Tabela Regressiva | 0       |
| 9                            | DEBENTURES                  | C CURTO PRAZO | 4 IOF com Tabela Regressiva | 0       |
| 10                           | ACOES                       | L LONGO PRAZO | 5 Empréstimo Batavia        | 0       |
| 11                           | C P R - FINANCEIRA          | C CURTO PRAZO | 3 RDBICDB Pre e Pos Fixada  | 0       |
| 12                           | CDBICDI                     | L LONGO PRAZO | 6 CDI s/ Swap               | 0       |
| 13                           | EMPRESTIMO BATAVIA          | C CURTO PRAZO | 6 CDI s/ Swap               | 0       |
| 14                           | CDBICDI ESPECIAL BCO BRASIL | C CURTO PRAZO | 7 CDB pos DI                | 0       |
| 15                           | FAQ DERIVATIVO PLUS         | C CURTO PRAZO | 1 Cotas                     | 0       |

Figura 2 – Cadastro – Modalidade Aplicação


A descrição da modalidade é inserida nessa tabela através de um código que é gerado sequencialmente, como por exemplo fundos de renda fixa, cód. 1.

A liquidez diz se a modalidade da aplicação é curto ou longo prazo.

A forma da aplicação, diz qual é indexador da aplicação e determina a fórmula de cálculo das aplicações.

|                 |               |        |
|-----------------|---------------|--------|
| Elaborado Por   | Data Vigência | Página |
| Ana Paula Ortiz | 05/2007       | 6/40   |



|  |                                      |                    |
|--|--------------------------------------|--------------------|
|  | Cooperativa Agropecuária Castrolanda | Nº 01/2007         |
|  | Normas de Procedimentos Operacionais | Versão 01/2007     |
|  | Financeiro                           | Local: Corporativo |

A Castrolanda, vem trabalhando em grande maioria com fundos DI, CDB pré fixado e CDB com CDI, as demais modalidades criadas foram criadas, mas são muito pouco ou não utilizadas.

Então veremos com mais detalhamento:

a) Aplicação em Fundos:

Fundos de Investimento – é um tipo de aplicação em que o investidor faz aquisição de cotas de aplicações abertas e solidárias, representativas do patrimônio do Fundo, que tem o benefício da valorização diária, podem ser de remuneração pré ou pós-fixada.

Tradicionalmente, os fundos podem ser classificados como de renda fixa ou de renda variável. A partir daí, existe uma diversidade de tipos que são criados para atender aos diferentes interesses dos investidores, do mais conservador ao mais agressivo.


b) Aplicação em CDB pré e pós fixado:

CDB/RDB – Certificado de Depósito Bancário e Recibo de Depósito Bancário (Prés/Pós). São emitidos por bancos, à uma remuneração pré ou pós fixada, os de remuneração pós fixadas geralmente estão atrelados ao Certificado de Depósito Interbancário – CDI. Quando se aplica em CDB pode-se dizer que é o investidor que está emprestando dinheiro à instituição financeira. Juntamente com os Fundos de investimentos, a aplicação em CDB/RDB também é um produto muito oferecido pelas instituições bancárias. Sofrem tributação de Imposto de Renda – IR, com variação de 22,5% a 15% dependendo no número de dias contados da data da aplicação, CPMF no momento da aplicação e IOF – Imposto sobre Operações Financeiras em caso de resgate antes de 30 dias.

Vale apresentar aqui a fórmula de cálculo dessas modalidades de aplicações financeiras.

Para a modalidade de fundos, a fórmula de cálculo está atrelada a cota do fundo. Geralmente a cota é cadastrada com seis casas decimais, por determinação do sistema. Então, temos:

|                 |               |        |
|-----------------|---------------|--------|
| Elaborado Por   | Data Vigência | Página |
| Ana Paula Ortiz | 05/2007       | 7/40   |

|  |                                      |                    |
|--|--------------------------------------|--------------------|
|  | Cooperativa Agropecuária Castrolanda | Nº 01/2007         |
|  | Normas de Procedimentos Operacionais | Versão 01/2007     |
|  | Financeiro                           | Local: Corporativo |

Exemplo de cálculo (números fictícios) para um aplicação em fundos DI:

Cota do fundo: 1,268456

Valor da aplicação: R\$ 10.000,00 (Dez mil reais)

Data da aplicação: 13/05/2007

Vencimento: os fundos não tem um prazo fixo de vencimento (porém, mais adiante, serão mencionadas as alíquotas de IR, determinadas pelo prazo da aplicação. Isso quer dizer que, quanto mais tempo aplicado, menos IR pago no resgate).

$$1. \quad 10.000,000 / 1,268456 = 7.883,60$$

Para saber o montante em R\$ por exemplo em 31/05/2007 (valor da cota 1,352415):

$$2. \quad 7.883,60 * 1,352415 = 10.661,90$$

Ou seja, para calcular um fundo, divide-se o total aplicado pela cota do fundo escolhido. Você terá o número de cotas aplicadass. Para saber o rendimento dessa aplicação num determinado dia, você multiplica o total das suas cotas pelo valor da cota do fundo do dia que você deseja saber o valor do rendimento.

Esse cálculo poderá ser visto nos relatórios das aplicações que será estudado no item3.

Para a modalidade de CDB pré fixado, a fórmula de cálculo está atrelada a uma taxa previamente acordada com o banco, geralmente essa taxa é utilizada para 252 dias, ou seja, para os dias úteis do calendário, ou ainda o calendário financeiro.

Exemplo de cálculo (números fictícios) para um aplicação em CDB pré fixado:

Taxa acordada: 12,73% ao ano

Valor da aplicação: R\$ 10.000,00 (Dez mil reais)


Data da aplicação: 13/05/2007

Vencimento: 03/05/2009

Na HP 12C : taxa diária

|                 |               |        |
|-----------------|---------------|--------|
| Elaborado Por   | Data Vigência | Página |
| Ana Paula Ortiz | 05/2007       | 8/40   |



|  |                                      |                    |
|--|--------------------------------------|--------------------|
|  | Cooperativa Agropecuária Castrolanda | Nº 01/2007         |
|  | Normas de Procedimentos Operacionais | Versão 01/2007     |
|  | Financeiro                           | Local: Corporativo |

1. 12,73 (enter) 100(/) 1(+) 252 (1/x) (yx) 1 (-) 100 (x) = tx diária em %

no vencimento da aplicação:

2. 12,73 (enter) 100(/) 1(+) 252 (1/x) (yx) 721 (yx) 1(-) 100 (x) (armazena RCL 1) 10.000 (enter) (RCL 1) (%) (+) = monante total no final da aplicação.

o número 252, que significa o número de dias pode ser: 360 dias ou 365 dias.  
721 dias = de 13/05/2007 a 03/05/2009

Para a modalidade de CDB pós fixado, a fórmula de cálculo está atrelada a taxa do CDI.

Exemplo de cálculo (números fictícios) para um aplicação em CDB pós fixado;

Taxa acordada: 100% da taxa do CDI

Valor da aplicação: R\$ 10.000,00 (Dez mil reais)

Data da aplicação: 13/05/2007

Vencimento: 03/05/2009

Na HP12C:


1. cálculo do CDI (maio/06) (22 dias úteis em maio)

12,5 (enter) 100(/) 1(+) 252 (1/x) (yx) 22(yx) 1(-) 100 (x) (armazena RCL 1) = taxa mensal CDI mês de maio

10.000 (enter) (RCL 1) (%) (+) = monante total no mês de maio.

2. Para calcular o CDI até o final da aplicação e montante total da aplicação precisa das médias de CDI de cada Mês, a média é feita com as 30 maiores instituições bancárias, exclui-se as 2 maiores e as 2 menores, ficando a média de 26 instituições, e aí chega-se a média diária.

|                 |               |        |
|-----------------|---------------|--------|
| Elaborado Por   | Data Vigência | Página |
| Ana Paula Ortiz | 05/2007       | 9/40   |

|  |                                      |                    |
|--|--------------------------------------|--------------------|
|  | Cooperativa Agropecuária Castrolanda | Nº 01/2007         |
|  | Normas de Procedimentos Operacionais | Versão 01/2007     |
|  | Financeiro                           | Local: Corporativo |

### 1.1.2. Tipo Débito Bancário

Este aplicativo traz as retenções das aplicações financeiras, com as suas devidas contas padronizadas para lançamentos contábeis. Os dois impostos que incidem diretamente nas aplicações financeiras, sejam fundos ou CDB's, podem ter as seguintes retenções:

#### Retenção de Imposto de Renda

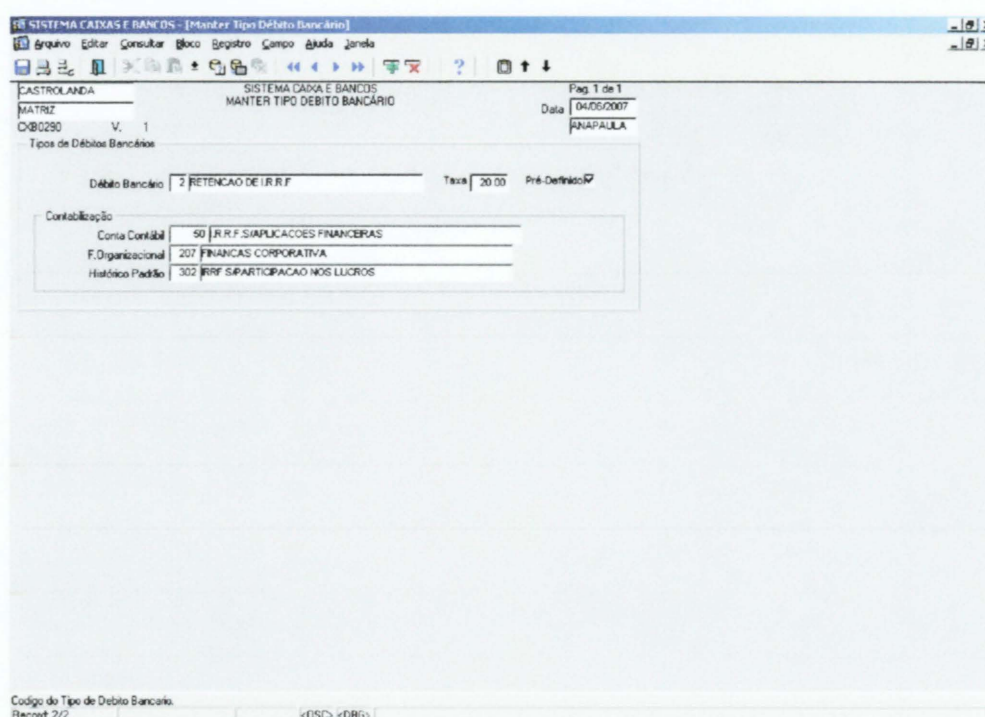



Figura 3 – Tipo Débito Bancário – Retenção de I.R.R.F

Pode-se ver nessa figura que na criação do sistema de aplicação a taxa de IR era pré definida, 20%. Hoje as alíquotas variam de 22,5% a 15%, conforme tabela regressiva que será estudada em seguida.

Quando há um resgate de aplicação, isso se tratando de todas as modalidades, o sistema entende que haverá retenção de IR nessa operação, pois já tem parâmetro cadastrado para avisar ao usuário disso.

|                 |               |        |
|-----------------|---------------|--------|
| Elaborado Por   | Data Vigência | Página |
| Ana Paula Ortiz | 05/2007       | 10/40  |



|  |                                      |                    |
|--|--------------------------------------|--------------------|
|  | Cooperativa Agropecuária Castrolanda | Nº 01/2007         |
|  | Normas de Procedimentos Operacionais | Versão 01/2007     |
|  | Financeiro                           | Local: Corporativo |

## Retenção de Imposto sobre Operações Financeiras

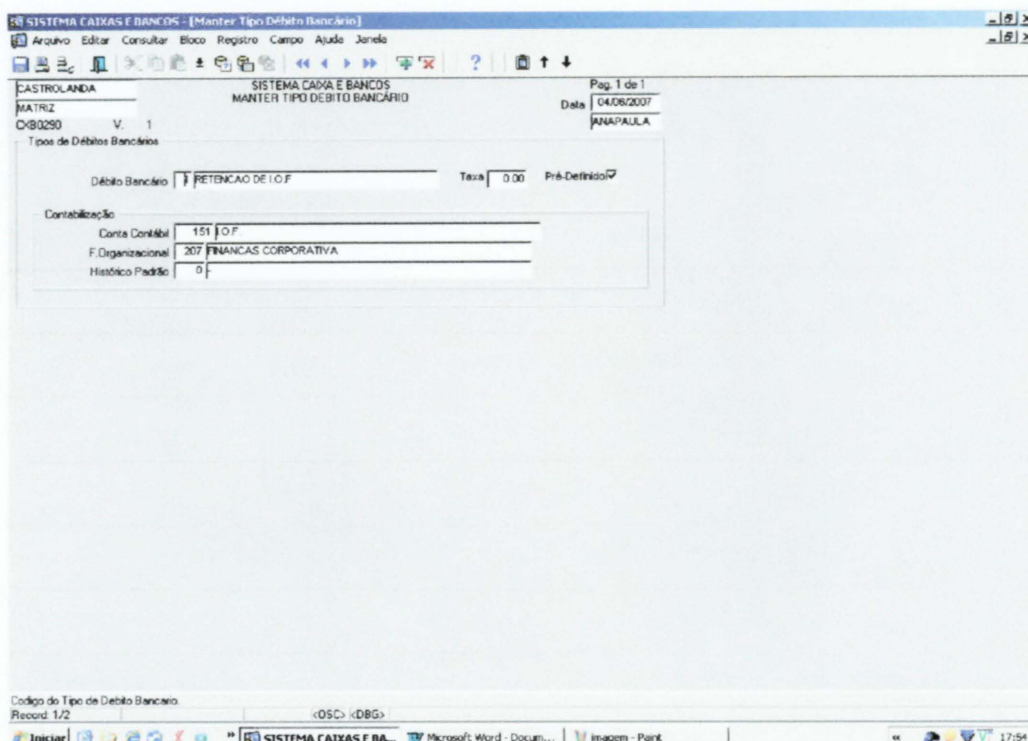



Figura 4 – Tipo Débito Bancário – Retenção de I.O.F.

Pode-se ver nessa figura que não há uma taxa pré fixada para a retenção de I.O.F, e sim uma tabela padrão regressiva. O Imposto sobre operações financeiras (IOF, mais precisamente imposto sobre operações de crédito, de câmbio e seguro e operações relativas a títulos e valores imobiliários) é um imposto brasileiro. É um imposto federal, ou seja, somente a União tem competência para instituí-lo (Art.153, V, da Constituição Federal).

O fato gerador do IOF ocorre em um dos seguintes momentos:

- nas operações relativas a títulos imobiliários quando da emissão, transmissão, pagamento ou resgate destes títulos
- nas operações de câmbio, na efetivação do pagamento ou quando colocado à disposição do interessado
- nas operações de seguro, na efetivação pela emissão de apólice ou recebimento do prêmio

|                 |               |        |
|-----------------|---------------|--------|
| Elaborado Por   | Data Vigência | Página |
| Ana Paula Ortiz | 05/2007       | 11/40  |

|  |                                      |                    |
|--|--------------------------------------|--------------------|
|  | Cooperativa Agropecuária Castrolanda | Nº 01/2007         |
|  | Normas de Procedimentos Operacionais | Versão 01/2007     |
|  | Financeiro                           | Local: Corporativo |

- nas operações de crédito, quando da efetivação de entrega parcial ou total do valor que constitui o débito, ou quando colocado à disposição do interessado .

A partir de 02/08/99 deixou de existir o prazo mínimo para e carência para resgate nos fundos de 30 e 60 dias, tornando-os fundos de liquidez imediata, como os de curto prazo. Como contrapartida é eliminação da carência, para estimular o aumento dos prazos de aplicação, foi criada tabela de IOF, regressiva em função do prazo de aplicação.

Assim o investidor poderá aplicar pelo prazo que lhe conferir , ficando sujeito apenas a um redutor de rentabilidade, que é o IOF, até o 29º dia da aplicação. Os fundos ficaram em uma posição igualada aos demais títulos com a vantagem de uma menor movimentação da CPMF.

O IOF incide sobre o valor de resgate com uma alíquota de 1% ao dia, limitando-se ao valor do imposto calculado, a um determinado percentual do rendimento obtido na aplicação, regressivo em função do prazo da aplicação


Tabela regressiva de IOF

| Número de dias Corridos da Aplicação | Limite Tributável do Investimento (%) | Número de dias Corridos da Aplicação | Limite Tributável do Investimento (%) |
|--------------------------------------|---------------------------------------|--------------------------------------|---------------------------------------|
| 1                                    | 96                                    | 16                                   | 46                                    |
| 2                                    | 93                                    | 17                                   | 43                                    |
| 3                                    | 90                                    | 18                                   | 40                                    |
| 4                                    | 86                                    | 19                                   | 36                                    |
| 5                                    | 83                                    | 20                                   | 33                                    |
| 6                                    | 80                                    | 21                                   | 30                                    |
| 7                                    | 76                                    | 22                                   | 26                                    |
| 8                                    | 73                                    | 23                                   | 23                                    |
| 9                                    | 70                                    | 24                                   | 20                                    |
| 10                                   | 66                                    | 25                                   | 16                                    |
| 11                                   | 63                                    | 26                                   | 13                                    |
| 12                                   | 60                                    | 27                                   | 10                                    |
| 13                                   | 56                                    | 28                                   | 6                                     |
| 14                                   | 53                                    | 29                                   | 3                                     |
| 15                                   | 50                                    | 30                                   | 00                                    |

Fonte: SRF/ME

|                 |               |        |
|-----------------|---------------|--------|
| Elaborado Por   | Data Vigência | Página |
| Ana Paula Ortiz | 05/2007       | 12/40  |



|  |                                      |                    |
|--|--------------------------------------|--------------------|
|  | Cooperativa Agropecuária Castrolanda | Nº 01/2007         |
|  | Normas de Procedimentos Operacionais | Versão 01/2007     |
|  | Financeiro                           | Local: Corporativo |

### 1.1.3.Tabela regressiva de IOF

(conforme sistema da Cooperativa Castrolanda )

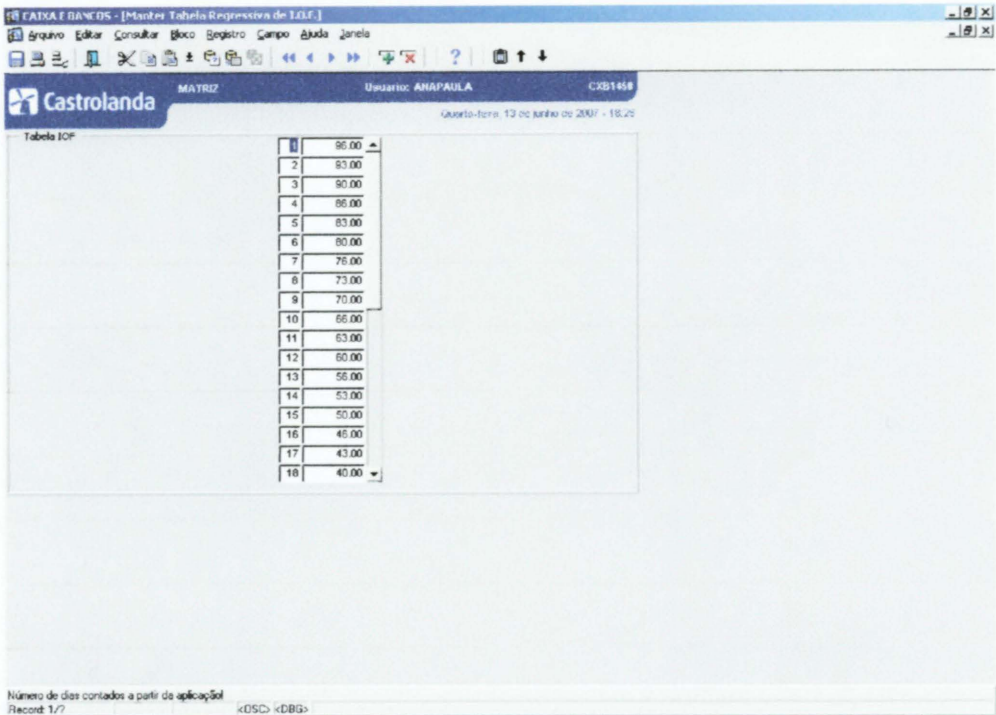


Figura 5 – Tipo Débito Bancário – Tabela IOF


Essa tabela é uma tabela padrão, que se encontra cadastrada no sistema das aplicações financeiras. Na figura ilustrativa, aparece apenas até o 18º dia. Para poder visualizar os demais dias, é necessário apenas correr a barra de rolagem.

### 1.1.4.Índice de aplicação

Nesse tela do sistema, é feito o cadastro dos índices das aplicações. Nas aplicações da Castrolanda, temos os índices de dois fundos e as demais aplicações são atreladas ao CDI.

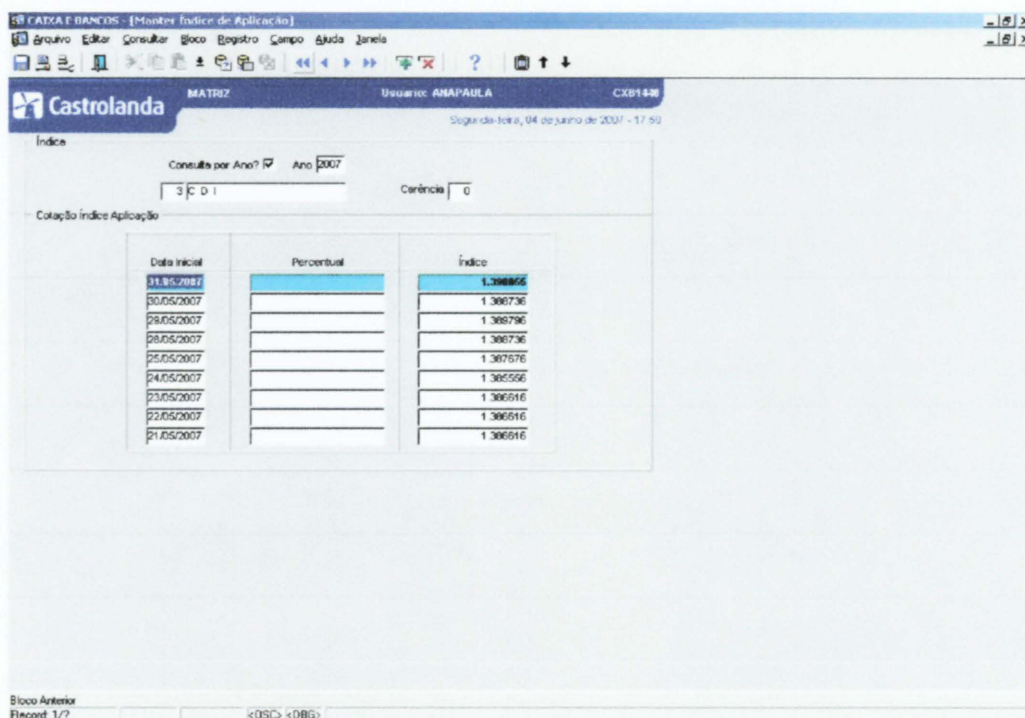
As cotas de um fundo correspondem a frações ideais de seu patrimônio e conferem iguais direitos e obrigações aos cotistas. O valor da cota é calculado diariamente, com base em avaliação patrimonial que considere o valor de mercado dos ativos financeiros integrantes da carteira

|                 |               |        |
|-----------------|---------------|--------|
| Elaborado Por   | Data Vigência | Página |
| Ana Paula Ortiz | 05/2007       | 13/40  |

|  |                                      |                    |
|--|--------------------------------------|--------------------|
|  | Cooperativa Agropecuária Castrolanda | Nº 01/2007         |
|  | Normas de Procedimentos Operacionais | Versão 01/2007     |
|  | Financeiro                           | Local: Corporativo |

O CDI, Certificado de Depósito Interbancário, é um título emitido pelos bancos como forma de captação ou aplicação de recursos excedentes. Criado em meados da década de 1980, os CDIs são aplicações com prazos de 1 dia útil, com objetivo de melhorar a liquidez de uma determinada instituição financeira. Essas transações são fechadas por meio eletrônico e registradas nos computadores das instituições envolvidas e nos terminais do CETIP. A maioria das operações são negociadas por um dia. **A taxa média diária do CDI de um dia é utilizada como referencial para o custo do dinheiro (Juros)**. Por este motivo, esta taxa também é utilizada como referencial para avaliar a rentabilidade das aplicações em fundos de investimento.

As características de um CDI são semelhantes àquelas de um CDB, porém os CDIs só são negociados no mercado interbancário, transferindo recursos de uma instituição financeira para outra.




The screenshot shows a web application window titled "Castrolanda" with a menu bar (Arquivo, Editar, Consultar, Bloco, Registro, Campo, Ajuda, Janela) and a toolbar. The main content area displays a table of CDI indices. The table has three columns: "Data Inicial", "Percentual", and "Índice". The "Data Inicial" column lists dates from 31.05.2007 to 21.05.2007. The "Índice" column shows values ranging from 1.306516 to 1.306956. The "Percentual" column is empty. The interface also includes a search bar with "Consulta por Ano?" and "Ano 2007", and a "Cotação Índice Aplicação" section.

| Data Inicial | Percentual | Índice   |
|--------------|------------|----------|
| 31.05.2007   |            | 1.306956 |
| 30.05.2007   |            | 1.306736 |
| 29.05.2007   |            | 1.306796 |
| 28.05.2007   |            | 1.306736 |
| 25.05.2007   |            | 1.307576 |
| 24.05.2007   |            | 1.305556 |
| 23.05.2007   |            | 1.306516 |
| 22.05.2007   |            | 1.306516 |
| 21.05.2007   |            | 1.306516 |

Figura 6 – Índice Aplicação (CDI)

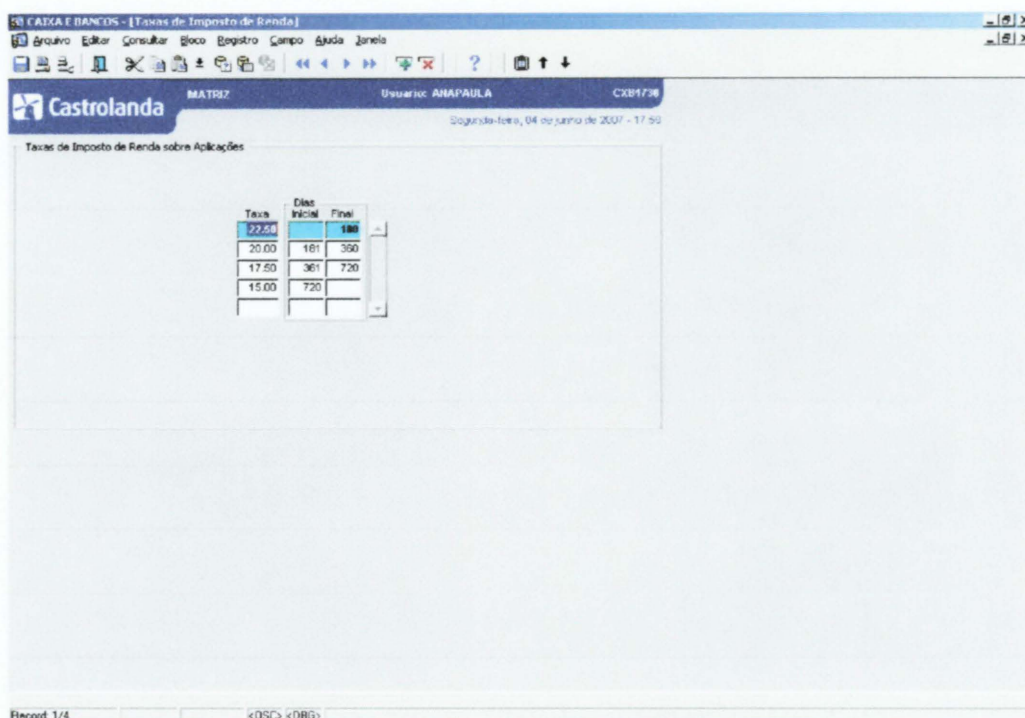
|                 |               |        |
|-----------------|---------------|--------|
| Elaborado Por   | Data Vigência | Página |
| Ana Paula Ortiz | 05/2007       | 14/40  |



|  |                                      |                    |
|--|--------------------------------------|--------------------|
|  | Cooperativa Agropecuária Castrolanda | Nº 01/2007         |
|  | Normas de Procedimentos Operacionais | Versão 01/2007     |
|  | Financeiro                           | Local: Corporativo |

### 1.1.5. Tabela de IR

Havia uma tabela no sistema que fixava o valor do IR em 20%. Com a mudança na Lei de Imposto de Renda nos rendimentos das aplicações financeiras, precisou ser criada uma nova, porque houveram algumas modificações, vejamos estas conforme resumo da tela da tabela.




| Taxa  | Dias Inicial | Final |
|-------|--------------|-------|
| 22.50 | 181          | 360   |
| 20.00 | 361          | 720   |
| 17.50 | 721          | 1080  |
| 15.00 | 1081         | 1440  |

Figura 7 – Tabela de IRRF

Com o estabelecimento das Leis 11.033 de 21/12/2004 (MP 206), que estabelece alíquotas regressivas sobre os rendimentos das aplicações financeiras, de IR, de 22,5% a 15% de acordo com o prazo da aplicação para Fundos de Renda Fixa, CDB e títulos públicos do tesouro direto. Baixa ainda de 20% para 15% a alíquota de IR para fundos de Renda Variável; a Lei 11.053 de 30/12/2004 (MP 209) que limita em até 20% as alíquotas dos fundos de Renda Fixa aos que aplicarem em carteiras com prazo médio de até 365 dias. Houve essa necessidade criar uma tabela que se atrela essa mudança nos IR, para melhor contabilizar a provisão sobre os rendimentos das aplicações financeiras.

Resumindo temos :

|                 |               |        |
|-----------------|---------------|--------|
| Elaborado Por   | Data Vigência | Página |
| Ana Paula Ortiz | 05/2007       | 15/40  |

|  |                                      |                    |
|--|--------------------------------------|--------------------|
|  | Cooperativa Agropecuária Castrolanda | Nº 01/2007         |
|  | Normas de Procedimentos Operacionais | Versão 01/2007     |
|  | Financeiro                           | Local: Corporativo |

- aplicações com até 180 dias - paga-se 22,5% de IR;
- aplicações de 181 a 360 dias – paga-se 20% de IR;
- aplicações de 361 a 720 dias – paga-se 17,5% de IR;
- aplicações com mais de 721 dias – paga-se 15% de IR.

Esse “paga-se” refere-se ao pagamento de Imposto de Renda sobre o rendimento da aplicação no seu resgate .

Exemplo:

Para uma aplicação de R\$10.000,00, digamos que ela rendeu R\$ 1.300,00 (valores fictícios). Você resgata ela com 179 dias, vai pagar 22,5% de R\$ 1.300,00. Caso você não tenha precisado do dinheiro num intervalo de tempo maior, e resgata ela no seu 722º dia, você vai pagar 15% de R\$ 1.300,00. Isso quer dizer que quanto mais tempo seu dinheiro fica aplicado, menos imposto você paga.

Essa tela, foi implantada no sistema em 2006, e é parte do projeto de melhoria do sistema das aplicações financeiras.

#### 1.1.6.Mês Baixa IR

Com o surgimento das novas leis Lei 11.033, de 21.12.2004 (MP 206), foi necessário o estabelecimento de mais uma tela, indicando quando haverá baixa de Imposto de Renda, ou seja, para os fundos de investimentos, há baixa de cotas de Imposto de Renda em dois meses do ano, maio e novembro.

Esquema de baixa de IR:

- Fundos de Renda Fixa (fundos em geral)


último dia útil dos meses de **maio** e **novembro**, ou na data do resgate, ou o que ocorrer primeiro.

- Fundos de Renda Variável (CDBs)

somente na data do **resgate**, ou no vencimento da aplicação

|                 |               |        |
|-----------------|---------------|--------|
| Elaborado Por   | Data Vigência | Página |
| Ana Paula Ortiz | 05/2007       | 16/40  |



|  |                                      |                    |
|--|--------------------------------------|--------------------|
|  | Cooperativa Agropecuária Castrolanda | Nº 01/2007         |
|  | Normas de Procedimentos Operacionais | Versão 01/2007     |
|  | Financeiro                           | Local: Corporativo |

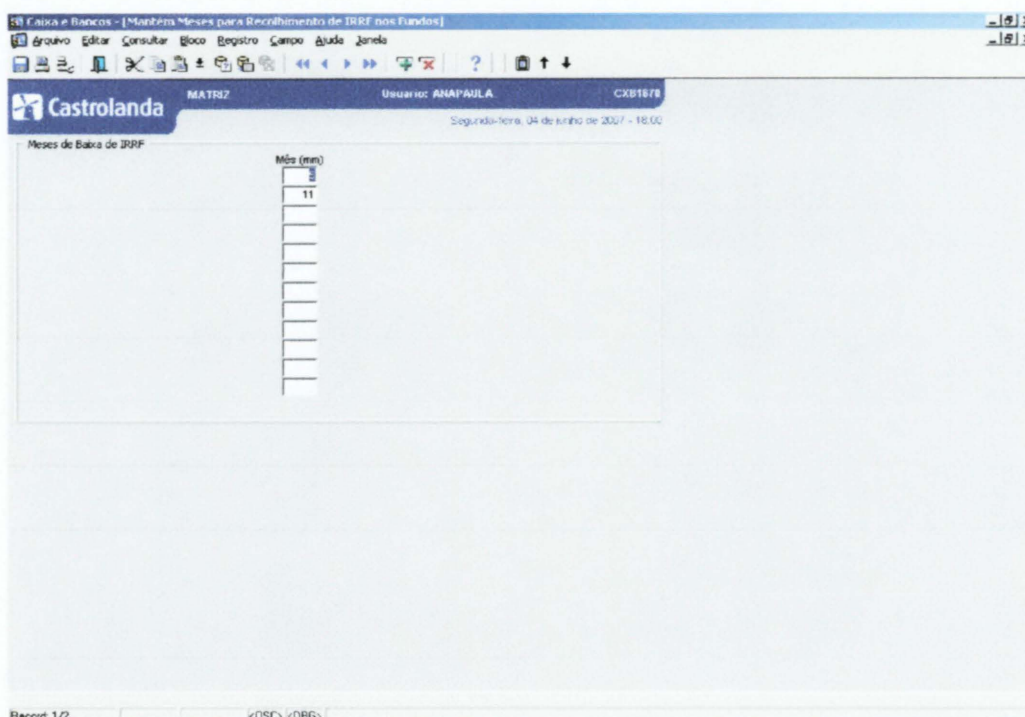



Figura 8 – Mês baixa IRRF

Todos esses passos descritos no item 1, foram feitos na criação do sistema de aplicações financeiras, algumas telas, figuras 7 e 8, são criações novas, testadas e implantadas no sistema atendendo a nova legislação de IR.

As telas do sistemas, que devem ser alimentadas, são as de modalidades de aplicação (figura 2), caso surja uma modalidade nova; retenção de IR e IOF (figuras 3 e 4) só deverão ser alimentadas se os impostos forem extintos. A tabela de IOF (figura 5), só se a tabela mudar; o de cadastro de índice de aplicação (figura 6) deve ser alimentada todos os dias; a tabela de taxas de imposto de renda sobre aplicações (figura 7) somente se houver alguma alteração nas leis 11.033 e 11.053. Isso serve também para a tabela mês baixa IRRF (figura 8).

Assim, com todas essas tabelas alimentadas, pode-se seguir ao passo item 2, onde as aplicações são criadas.

|                 |               |        |
|-----------------|---------------|--------|
| Elaborado Por   | Data Vigência | Página |
| Ana Paula Ortiz | 05/2007       | 17/40  |

|  |                                      |                    |
|--|--------------------------------------|--------------------|
|  | Cooperativa Agropecuária Castrolanda | Nº 01/2007         |
|  | Normas de Procedimentos Operacionais | Versão 01/2007     |
|  | Financeiro                           | Local: Corporativo |

## Item 2

Neste item será apresentado a rotina para efetivação da aplicação, descrição das telas e dos processos contábeis, incluindo a descrição das contas contábeis e dados básicos do sistema .

### 2.1. Rotina Para Efetivação das Aplicações Financeiras

Segundo passo: Aplicações Financeiras – Aplicações Financeiras . Esse menu inicia o processo de contabilização e criação das aplicações financeiras.

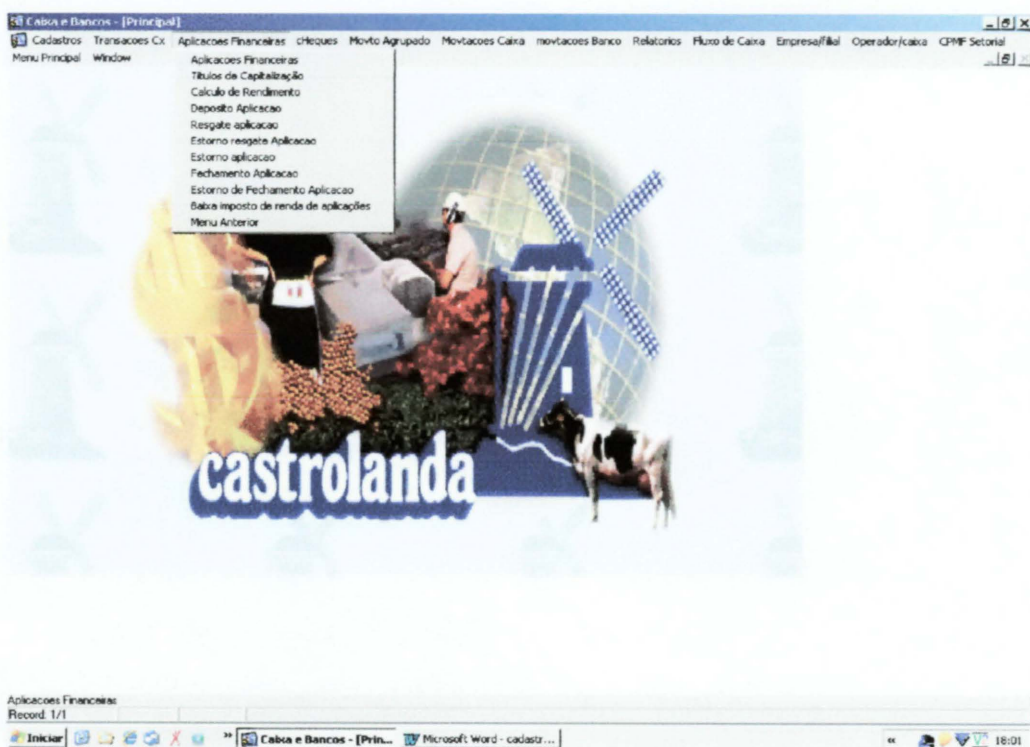



Figura 9 – Tela do Sistema de Caixa e Bancos – Aplicações Financeiras

Como citado anteriormente no item 1, é a partir daqui que começa a contabilização de uma aplicação financeira no sistema da Cooperativa Castrolanda.

|                 |               |        |
|-----------------|---------------|--------|
| Elaborado Por   | Data Vigência | Página |
| Ana Paula Ortiz | 05/2007       | 18/40  |



|  |                                      |                    |
|--|--------------------------------------|--------------------|
|  | Cooperativa Agropecuária Castrolanda | Nº 01/2007         |
|  | Normas de Procedimentos Operacionais | Versão 01/2007     |
|  | Financeiro                           | Local: Corporativo |

### 2.1.1. Aplicações Financeiras

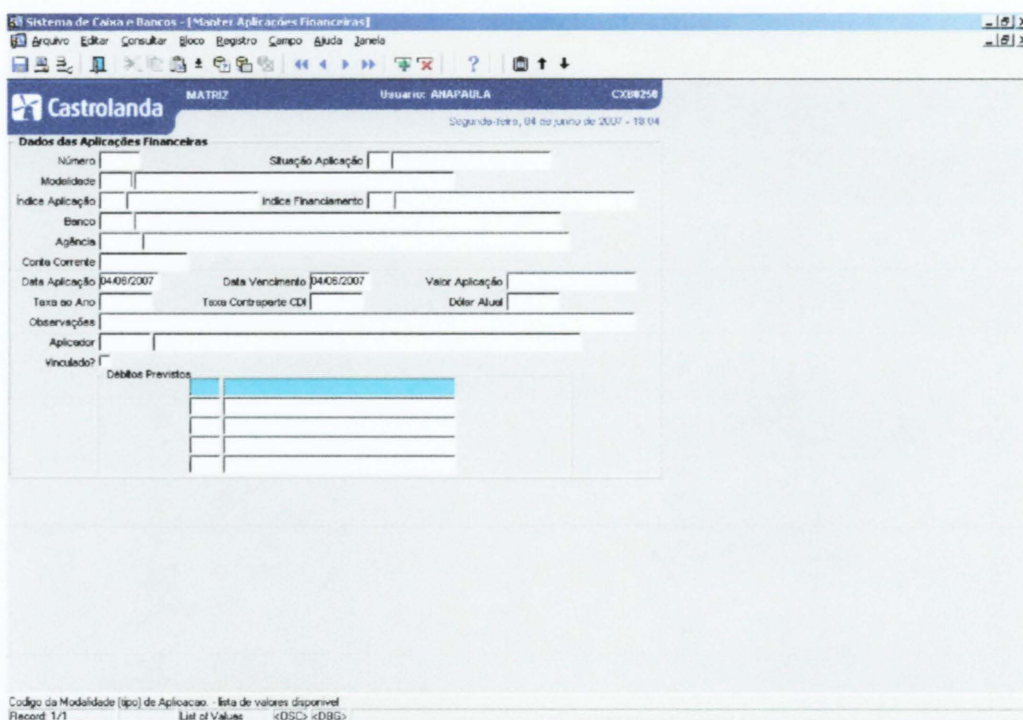


Figura 10 – Aplicações Financeiras

Para contabilizar uma aplicação é necessário apenas que o usuário preencha essa tela, com os dados estudados no item 1.

O número da aplicação é gerado automaticamente, bem como a situação da aplicação.


A modalidade, descrita na figura 2 do item 1, é necessário apenas colocar o número, previamente descrito também na figura 2.

O índice da aplicação descrito na figura 6 do item 1, pode ser CDI (n.º. 3), ou cota de um determinado fundo de investimento.

O banco, é número do banco onde a aplicação está sendo feita, bem como agência e número da conta corrente.

A data da aplicação é o dia em que ocorreu a aplicação e seu vencimento conforme combinado com o banco. O valor da aplicação é expresso em moeda nacional.

|                 |               |        |
|-----------------|---------------|--------|
| Elaborado Por   | Data Vigência | Página |
| Ana Paula Ortiz | 05/2007       | 19/40  |

|  |                                      |                    |
|--|--------------------------------------|--------------------|
|  | Cooperativa Agropecuária Castrolanda | Nº 01/2007         |
|  | Normas de Procedimentos Operacionais | Versão 01/2007     |
|  | Financeiro                           | Local: Corporativo |

A taxa ao ano, se CDB pré fixado, é a taxa acordada com o banco; se fundo, não coloca nada; se CDB/CDI também não informa nada.

Taxa contraparte CDI, é quantos porcentagem da taxa do CDI que a aplicação terá de rendimento. É comum nas aplicações da Castrolanda, essa taxa variar entre 98% a 100,3% do CDI.

Observações: aqui o aplicador coloca a observação que lhe convir muitas vezes indicando algum período de carência, etc.

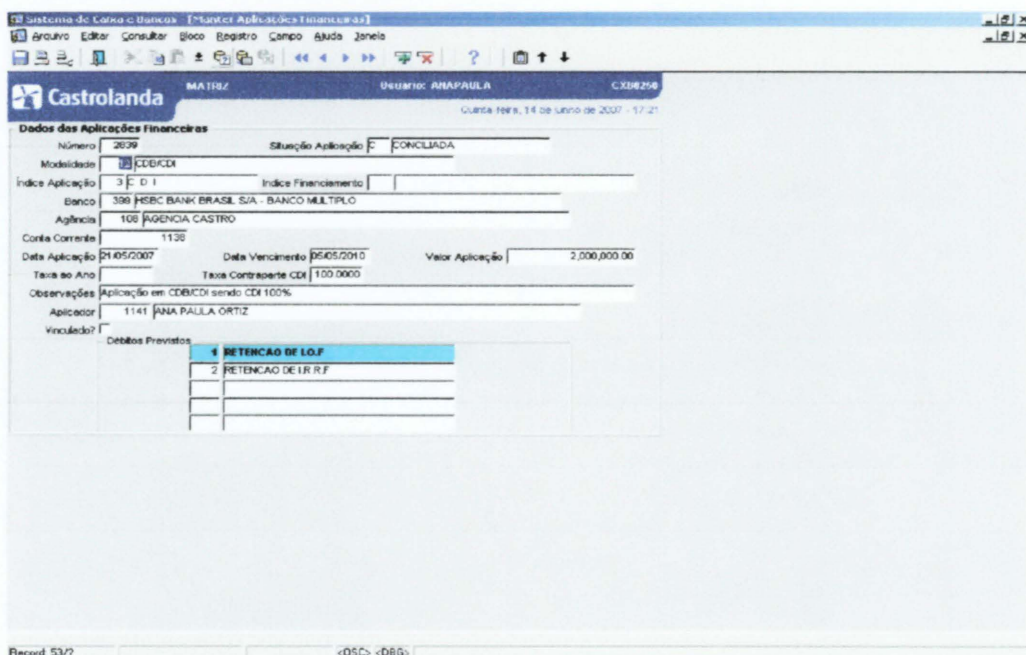
Aplicador: é a matrícula do usuário na empresa.

Vinculado: utiliza-se essa opção se a aplicação estiver vinculado a algum tipo de financiamento, ou seja, quando a aplicação é uma garantia de uma financiamento liberado pelo banco.

Débitos previstos, como figuras 3 e 4 do item 1, informam que está aplicação terá retenção de imposto de renda e de IOF (até seu 29º dia).

Vejamos alguns exemplos de aplicações.

### CDB/CDI



The screenshot shows a web-based application form for a CDB/CDI investment. The form is titled 'Dados das Aplicações Financeiras' and includes the following fields:


- Número:** 2639
- Situação Aplicação:** CONCLUIDA
- Modelidade:** CDB/CDI
- Índice Aplicação:** 3 F D 1
- Índice Financiamento:** (empty)
- Banco:** 390 HSBC BANK BRASIL S/A - BANCO MULTIPLO
- Agência:** 108 AGENCIA CASTRO
- Conta Corrente:** 1130
- Data Aplicação:** 21/05/2007
- Data Vencimento:** 26/05/2010
- Valor Aplicação:** 2.000.000,00
- Taxa ao Ano:** (empty)
- Taxa Contraparte CDI:** 100,0000
- Observações:** Aplicação em CDB/CDI sendo CDI 100%
- Aplicador:** 1141 ANA PAULA ORTIZ
- Vinculado?** (empty)
- Débitos Previstos:**
  - 1 RETENÇÃO DE IOF
  - 2 RETENÇÃO DE I.R.R.F.

The interface includes a menu bar with options like 'Arquivo', 'Editar', 'Consultar', 'Bloco', 'Registro', 'Campo', 'Ajuda', and 'Janela'. The status bar at the bottom shows 'Record: 53/7' and navigation controls.

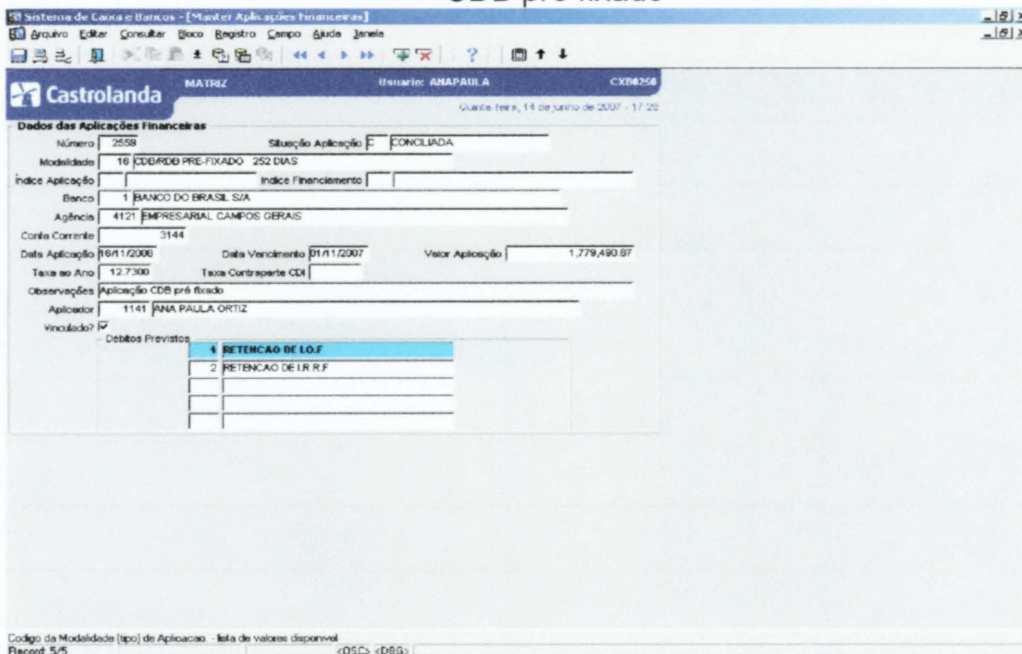
Figura 11 – Aplicações Financeiras CDB/CDI

|                 |               |        |
|-----------------|---------------|--------|
| Elaborado Por   | Data Vigência | Página |
| Ana Paula Ortiz | 05/2007       | 20/40  |



|  |                                      |                    |
|--|--------------------------------------|--------------------|
|  | Cooperativa Agropecuária Castrolanda | Nº 01/2007         |
|  | Normas de Procedimentos Operacionais | Versão 01/2007     |
|  | Financeiro                           | Local: Corporativo |

### CDB pré fixado



**Sistema de Caixa e Bancos - [Manter Aplicações Financeiras]**

Arquivo Editar Consultar Bloco Registro Campo Ajuda Janela

**Castrolanda** MATRIZ Usuário: ANAPÁULA CXDB258

Quarta-feira, 14 de junho de 2007 - 17:22

**Dados das Aplicações Financeiras**

Número: 2558 Situação Aplicação: CONCLUIDA

Modelo: 16 CDBRDO PRE-FIXADO 252 DIAS

Índice Aplicação: Índice Financiamento:

Banco: 1 BANCO DO BRASIL S/A

Agência: 4121 EMPRESARIAL CAMPOS GERAIS

Conta Corrente: 3144

Data Aplicação: 16/11/2006 Data Vencimento: 11/11/2007 Valor Aplicação: 1.779.490,97

Taxa ao Ano: 12,7300 Taxa Contraparte CDB:

Observações: Aplicação CDB pré fixado

Aplicador: 1141 JANA PAULA ORTIZ

Vinculado? ☒

Debitos Previstos:

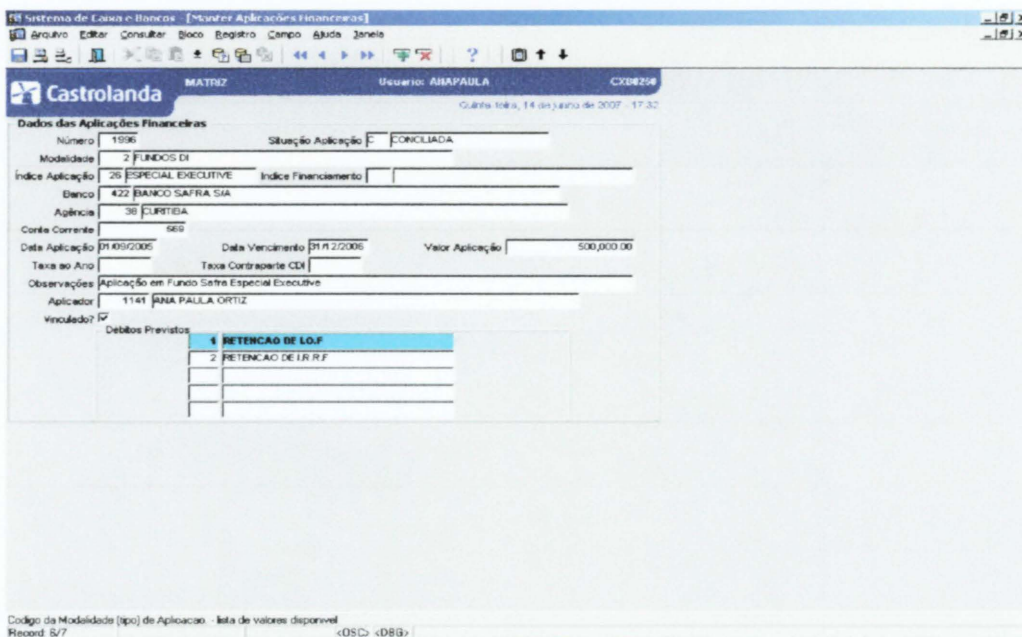
|   |                    |
|---|--------------------|
| 1 | RETENCAO DE LOF    |
| 2 | RETENCAO DE IR R.F |
|   |                    |
|   |                    |
|   |                    |

Código da Modelagem (tipo) de Aplicação - lista de valores disponível

Record: 5/5 <DS> <DBG>

Figura 12 – Aplicações Financeiras CDB pré fixado

### Fundos



**Sistema de Caixa e Bancos - [Manter Aplicações Financeiras]**

Arquivo Editar Consultar Bloco Registro Campo Ajuda Janela

**Castrolanda** MATRIZ Usuário: ANAPÁULA CXDB258

Quarta-feira, 14 de junho de 2007 - 17:32

**Dados das Aplicações Financeiras**

Número: 1106 Situação Aplicação: CONCLUIDA

Modelo: 2 FUNDOS DI

Índice Aplicação: 26 ESPECIAL EXECUTIVE Índice Financiamento:

Banco: 422 BANCO SAFRA S/A

Agência: 38 CURITIBA

Conta Corrente: 569

Data Aplicação: 11/05/2006 Data Vencimento: 11/11/2006 Valor Aplicação: 500.000,00

Taxa ao Ano: Taxa Contraparte CDB:

Observações: Aplicação em Fundo Safra Especial Executive

Aplicador: 1141 JANA PAULA ORTIZ

Vinculado? ☒

Debitos Previstos:

|   |                    |
|---|--------------------|
| 1 | RETENCAO DE LOF    |
| 2 | RETENCAO DE IR R.F |
|   |                    |
|   |                    |
|   |                    |


Código da Modelagem (tipo) de Aplicação - lista de valores disponível

Record: 8/7 <DS> <DBG>

Figura 13 – Aplicações Financeiras fundos

Após preencher os campos citados anteriormente, o usuário deverá pressionar a tecla <F10> do teclado, ao concluir o sistema trará seguinte mensagem:

|                 |               |        |
|-----------------|---------------|--------|
| Elaborado Por   | Data Vigência | Página |
| Ana Paula Ortiz | 05/2007       | 21/40  |

|  |                                      |                    |
|--|--------------------------------------|--------------------|
|  | Cooperativa Agropecuária Castrolanda | Nº 01/2007         |
|  | Normas de Procedimentos Operacionais | Versão 01/2007     |
|  | Financeiro                           | Local: Corporativo |

As contas debitadas e creditadas são as seguintes:

D – 2026 (Aplicações Financeiras) conta contábil do ativo Circulante Disponível

C – 2025 (Bancos) conta contábil do ativo Circulante Disponível

Histórico padrão : Aplicação Banco

## 2.1.2. Cálculo de rendimento

Para fazer o cálculo de rendimento das aplicações financeiras, antes é necessário ter os índices das aplicações cadastrados no sistema diariamente (figura 6 item 1), ou pelo menos até a data final que queira visualizar o rendimento das aplicações.


O CDI, já descrito anteriormente, é obtido com o banco, através de contato telefônico e sai sempre um dia depois. Por exemplo, se é necessário ter o CDI de hoje, o mesmo só poderá ser obtido no dia seguinte.

As cotas dos fundos, na sua grande maioria são divulgadas nos sites dos bancos ou nas centrais de atendimento telefônico.

O ideal é que para ter sempre uma posição atualizada das aplicações financeiras, essa atualização seja feita diariamente, até mesmo para que o usuário não seja pego de surpresa quando precisar passar uma posição para seu gestor e não tenha em mãos as informações atualizadas. Outro aspecto é para fins de cotação diária de aplicação, se hoje há disponibilidade de recursos para serem aplicados você poderá ter em mãos, os rendimentos auferidos até aquela data e escolher o banco que melhor remunera, bem como pulverizar esses investimentos.

|                 |               |        |
|-----------------|---------------|--------|
| Elaborado Por   | Data Vigência | Página |
| Ana Paula Ortiz | 05/2007       | 22/40  |



|  |                                      |                    |
|--|--------------------------------------|--------------------|
|  | Cooperativa Agropecuária Castrolanda | Nº 01/2007         |
|  | Normas de Procedimentos Operacionais | Versão 01/2007     |
|  | Financeiro                           | Local: Corporativo |

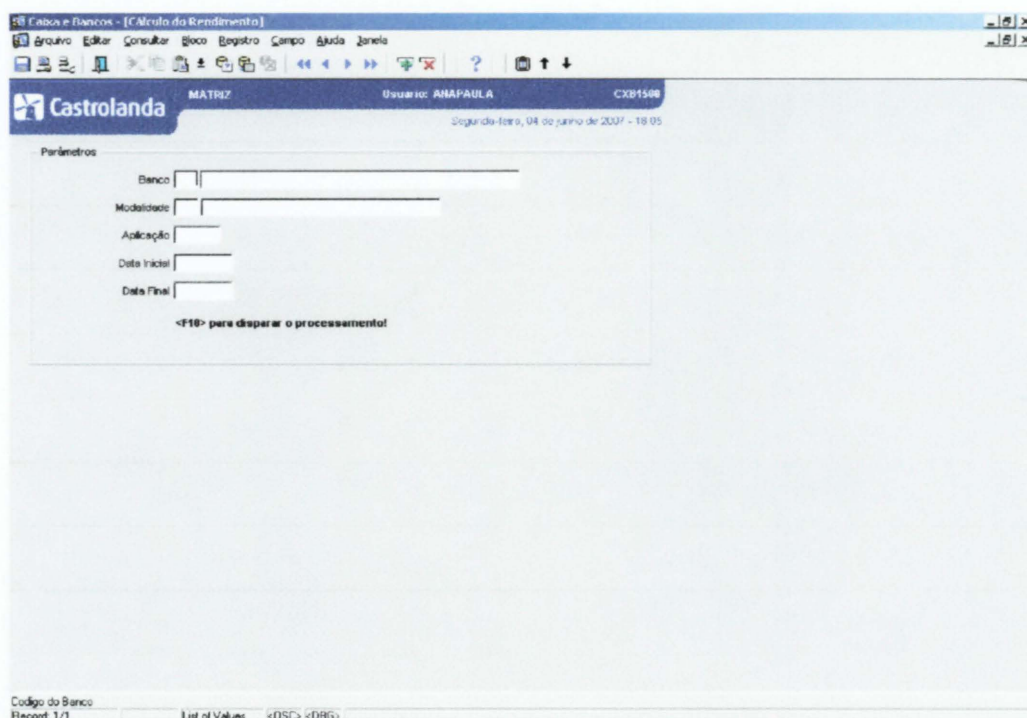


Figura 14 – Cálculo de Rendimento


Não há necessidade de informar o código do banco, apenas é necessário a data inicial e a data final do cálculo, e a tecla <F10> para processar o cálculo. Caso o usuário não tenha cadastrado todos os índices e queira somente calcular de um fundo específico por exemplo, nada o impede de informar a modalidade 2 (fundos) e as datas, <F10> para concluir, porém terá somente a posição atualizada dos fundos.

Vale lembrar que esse cálculo somente alimentará a planilha de rendimento financeira das aplicações; o reconhecimento deste rendimento, só se dará no último dia de cada mês no seu fechamento contábil.

### 2.1.3. Resgate de aplicação

Para efetuar o resgate da aplicação, o usuário, no momento do resgate, via contato telefônico com a pessoal responsável no banco, terá que solicitar o valor do resgate bruto (total do resgate), o valor do imposto de renda e o valor líquido do resgate. Apesar de que,

|                 |               |        |
|-----------------|---------------|--------|
| Elaborado Por   | Data Vigência | Página |
| Ana Paula Ortiz | 05/2007       | 23/40  |

|  |                                      |                    |
|--|--------------------------------------|--------------------|
|  | Cooperativa Agropecuária Castrolanda | Nº 01/2007         |
|  | Normas de Procedimentos Operacionais | Versão 01/2007     |
|  | Financeiro                           | Local: Corporativo |

para saber o valor líquido, é necessário apenas diminuir do valor bruto o valor do imposto de renda.

Vale lembrar que se o resgate da aplicação for feito dentro do prazo em que ainda há incidência de IOF na operação, deverá solicitar esse valor também.

O resgate da aplicação poderá ser feito parcialmente, neste momento se informa o valor líquido que deseja resgatar, o banco informará valor bruto e imposto de renda, e IOF se houver. É importante citar que a aplicação deverá estar devidamente com seus rendimentos calculados no sistema até a data do seu resgate.

A seguir uma tela com uma exemplo de resgate total de uma aplicação.

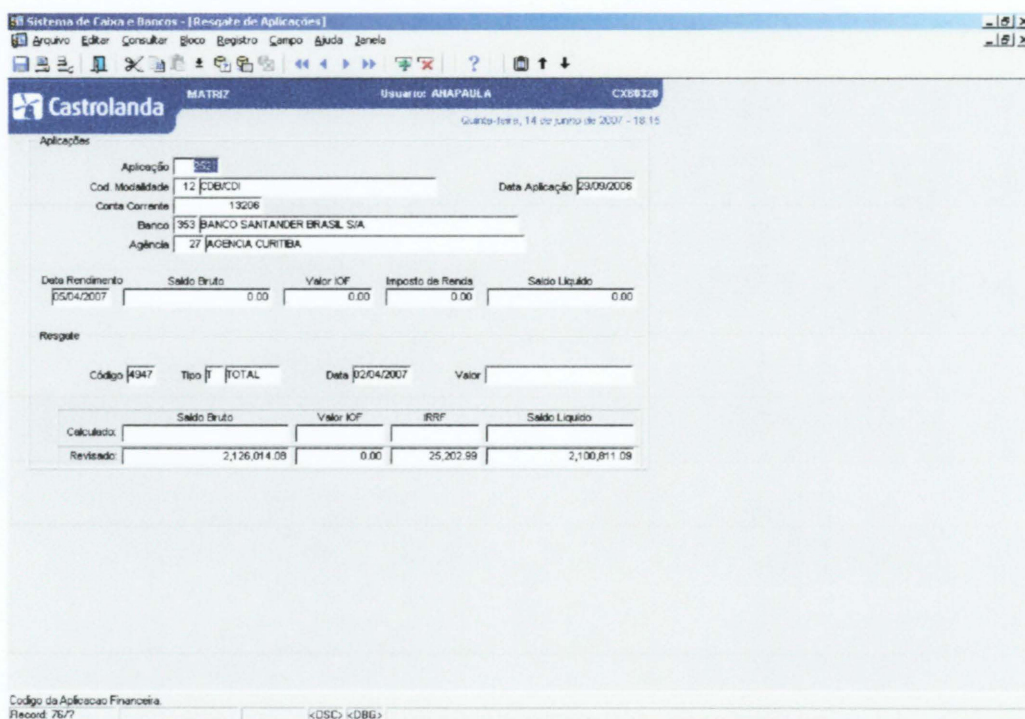



Figura 15 – Resgate total de aplicação

Para fazer o resgate, basta informar o número da aplicação, <F8> para chamar a aplicação na tela, aí vai até o item Tipo, onde você pode informar T (Total) ou P (parcial), data do resgate, valor bruto, IOF se houver, IR e o saldo líquido já aparecerá instantaneamente, <F10> conclui a operação. Se o resgate for parcial, o usuário informa antes o valor que deseja resgatar, logo ao lado da data do resgate.

|                 |               |        |
|-----------------|---------------|--------|
| Elaborado Por   | Data Vigência | Página |
| Ana Paula Ortiz | 05/2007       | 24/40  |



|  |                                      |                    |
|--|--------------------------------------|--------------------|
|  | Cooperativa Agropecuária Castrolanda | Nº 01/2007         |
|  | Normas de Procedimentos Operacionais | Versão 01/2007     |
|  | Financeiro                           | Local: Corporativo |

Na contabilização do resgate as contas debitadas e creditadas são as seguintes:

#### 1º lançamento

D – 2025 (Bancos) conta contábil do ativo Circulante Disponível

C – 2026 (Aplicações Financeiras) conta contábil do ativo Circulante Disponível

Histórico padrão: Resgate aplicação (modalidade da aplicação e nome do banco)

#### 2º lançamento

D – 50 (IR) conta contábil do ativo Circulante Valores a Receber

C – 587 (Provisão de IR sobre aplicações) conta do resultado operacional financeiro, receitas financeiras, ato não cooperado

Histórico padrão : IR s/aplicação financeira (modalidade da aplicação e nome do banco)


No primeiro lançamento tem-se a entrada do dinheiro na conta e a saída da conta de aplicação.

No segundo lançamento tem-se a entrada do valor do imposto de renda, um direito a ser recebido (depois entra naquela parte de confrontar o que você tem de imposto a pagar e a receber) e a saída do imposto de renda da provisão criada numa conta de resultado mês a mês.

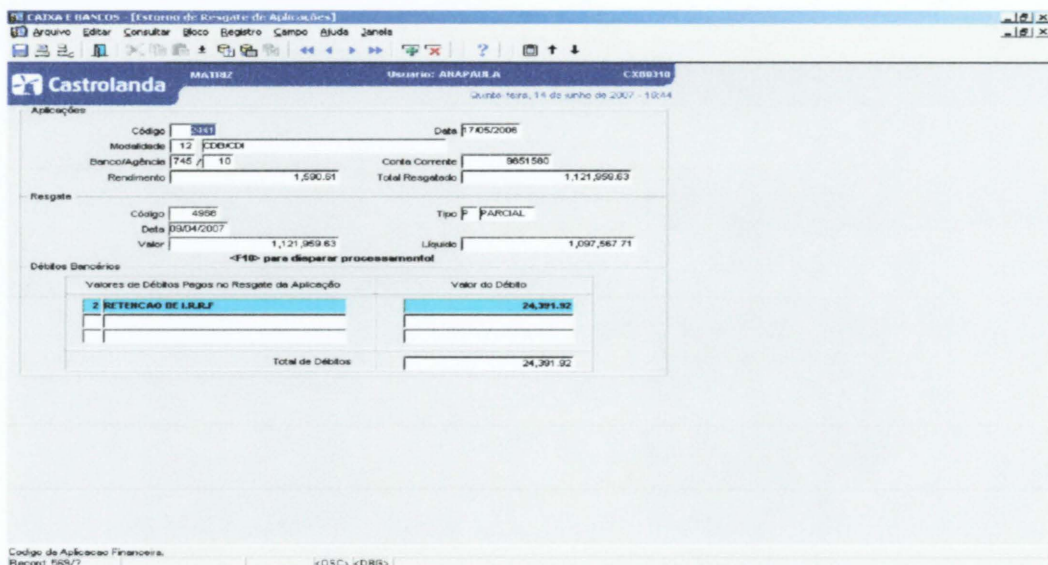
#### 2.1.4. Estorno de resgate de aplicação

Mas se acontecer do usuário errar os valores de resgate da aplicação, qual o procedimento a ser seguido? Para isso foi criada a tela de estorno de resgate da aplicação. Uma tela que depois de digitar o número da aplicação e <F8> para chamar na tela, basta clicar no botão< F10> que o resgate será desfeito, inclusive seus lançamentos contábeis, as contas se inverterão e os históricos terão inseridos no texto a palavra ESTORNO. Se aplicação tiver resgates parciais será necessário correr com o cursor para a data em que você digitou errado e aí sim apertar a tecla <F10>.

|                 |               |        |
|-----------------|---------------|--------|
| Elaborado Por   | Data Vigência | Página |
| Ana Paula Ortiz | 05/2007       | 25/40  |

|  |                                      |                    |
|--|--------------------------------------|--------------------|
|  | Cooperativa Agropecuária Castrolanda | Nº 01/2007         |
|  | Normas de Procedimentos Operacionais | Versão 01/2007     |
|  | Financeiro                           | Local: Corporativo |

### Exemplo de estorno de resgate



**Castrolanda** MATRIZ Usuário: ANAPÁULA C308310  
Quinta-feira, 14 de Junho de 2007 10:44

**Aplicações**  
 Código: 5381 Data: 17/05/2006  
 Modalidade: 12 CODICEX  
 Banco/Agência: 745 / 10 Conta Corrente: 9051560  
 Rendimento: 1,590,51 Total Resgatado: 1,121,959,63

**Resgate**  
 Código: 4990 Tipo: PARCIAL  
 Data: 03/04/2007  
 Valor: 1,121,959,63 Liquido: 1,097,567,71

**Débitos Bancários**  
 Valores de Débitos Pagos no Resgate da Aplicação  

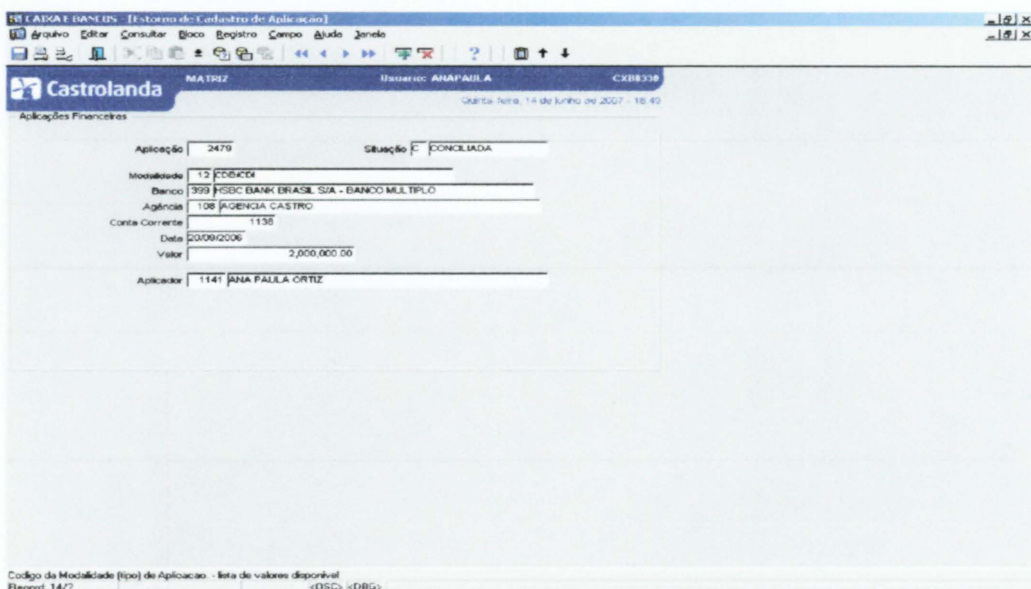
| Descrição               | Valor do Débito  |
|-------------------------|------------------|
| RETENÇÃO DE IRRF        | 24,391,92        |
| <b>Total de Débitos</b> | <b>24,391,92</b> |

 Valor do Débito: 24,391,92

Código de Aplicação Financeira: K05C <DBG>  
Record: 589/7

Figura 16 – Estorno de resgate de aplicação

Esses estornos também podem acontecer quando você fizer uma aplicação (figura 10 item 2), a tela de estorno de aplicação será a seguinte:



**Castrolanda** MATRIZ Usuário: ANAPÁULA C308310  
Quinta-feira, 14 de Junho de 2007 10:49


**Aplicações Financeiras**  
 Aplicação: 2479 Situação: CONCLUIDA  
 Modalidade: 12 CODICEX  
 Banco: 399 FISC BANK BRASIL S/A - BANCO MULTIPLO  
 Agência: 108 AGENCIA CASTRO  
 Conta Corrente: 1130  
 Data: 20/09/2006  
 Valor: 2,000,000,00  
 Aplicador: 1141 ANA PAULA ORTIZ

Código da Modalidade (tipo) de Aplicação - lista de valores disponível  
Record: 14/7 <DBG>

Figura 17 – Estorno de aplicação

|                 |               |        |
|-----------------|---------------|--------|
| Elaborado Por   | Data Vigência | Página |
| Ana Paula Ortiz | 05/2007       | 26/40  |



|  |                                      |                    |
|--|--------------------------------------|--------------------|
|  | Cooperativa Agropecuária Castrolanda | Nº 01/2007         |
|  | Normas de Procedimentos Operacionais | Versão 01/2007     |
|  | Financeiro                           | Local: Corporativo |

### 2.1.5. Estorno de aplicação

Digitar o número da aplicação e <F8> para chamar na tela, clicar no botão <F10> que aplicação será desfeita, inclusive os lançamentos contábeis, as contas se inverterão e os históricos terão inseridos no texto a palavra ESTORNO. As aplicações não repetem números, então se a aplicação estornada foi a 2479, ela não sumirá do sistema, terá seu registro de estorno e a próxima aplicação será 2480, e não 2479. A tela do estorno de aplicação está demonstrada na figura 17 do item 2.

### 2.1.6. Fechamento de aplicação

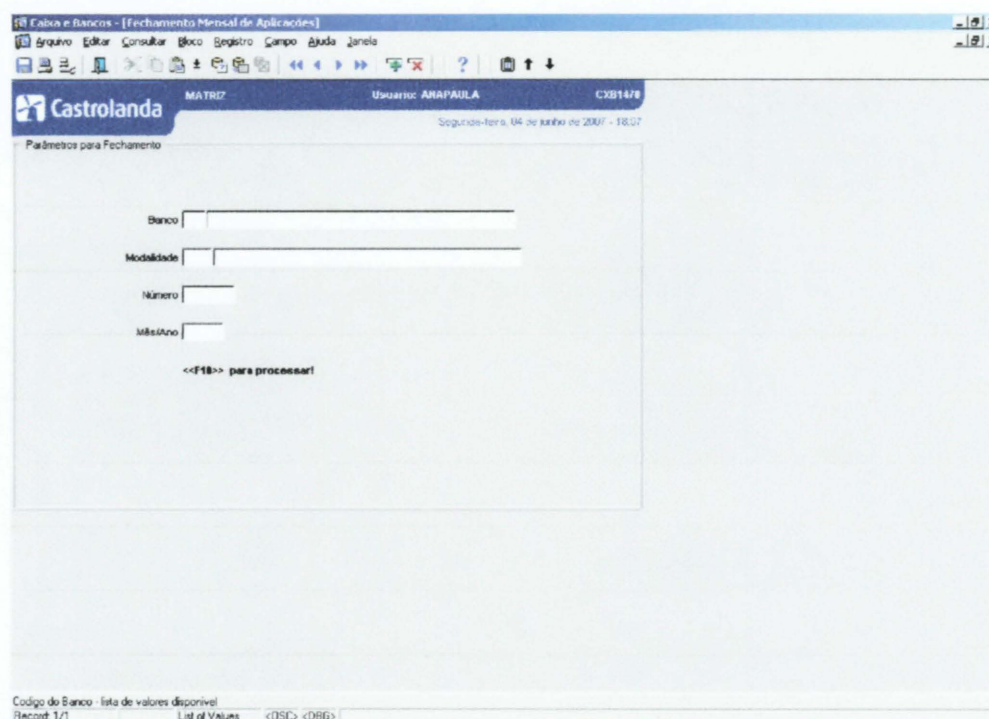



Figura 18 – Fechamento de aplicação

O fechamento das aplicações financeiras é feito sempre com base no último dia do mês e entregue até o quarto dia útil do mês subsequente.

|                 |               |        |
|-----------------|---------------|--------|
| Elaborado Por   | Data Vigência | Página |
| Ana Paula Ortiz | 05/2007       | 27/40  |

|  |                                      |                    |
|--|--------------------------------------|--------------------|
|  | Cooperativa Agropecuária Castrolanda | Nº 01/2007         |
|  | Normas de Procedimentos Operacionais | Versão 01/2007     |
|  | Financeiro                           | Local: Corporativo |

Para fins de fechamento, depende-se das informações das instituições financeiras com as quais mantêm-se investimentos. Geralmente, é enviado os extratos via e-mail, mas o mais comum é a impressão dos extratos nos seus respectivos sites.

O setor financeiro tem a responsabilidade de fazer o fechamento contábil e financeiro da conta de aplicações financeiras, bem como as demais contas que este setor é responsável e passar as composições para o setor da controladoria, que depois ainda passará por análise e conferência da gerência geral.

Para fazer o fechamento, o mais correto é proceder de aplicação por aplicação, ou mesmo por banco e modalidade. Hoje, com a mudança na lei do imposto de renda, há nos meses de aniversário das aplicações o lançamento de troca de alíquota, ou seja, a cada aniversário, conforme figura 7 do item 1, haverá mudança na alíquota do IR, então será necessária a correção desse valor. Essa é a principal mudança que foi testada e implantada no sistema no ano de 2005.

Após informar o banco, a modalidade, o número da aplicação e o mês do fechamento e <F10> para iniciar o processo, outra tela irá surgir.

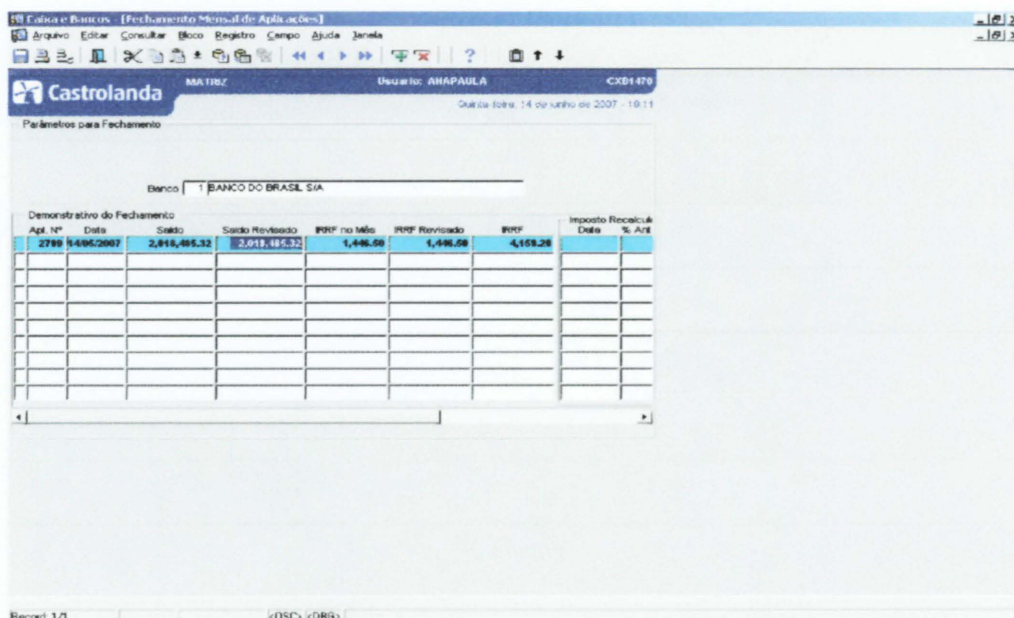



Figura 19 – 1 Tela Fechamento de aplicação

|                 |               |        |
|-----------------|---------------|--------|
| Elaborado Por   | Data Vigência | Página |
| Ana Paula Ortiz | 05/2007       | 28/40  |



|  |                                      |                    |
|--|--------------------------------------|--------------------|
|  | Cooperativa Agropecuária Castrolanda | Nº 01/2007         |
|  | Normas de Procedimentos Operacionais | Versão 01/2007     |
|  | Financeiro                           | Local: Corporativo |

Nessa tela, aparecerá o valor bruto que a aplicação fechou o mês, com o saldo bruto do mês anterior você poderá calcular o rendimento, desse rendimento, conforme alíquota regressiva de IR, você calculará o valor do imposto de renda para aquele mês, que já trará na tela, posso ser ajustado sempre na coluna de IR revisado geralmente centavos. O campo IR é o valor do imposto acumulado, desde o primeiro dia da aplicação. Após todos esses itens informados basta <F10> e a contabilização será feita. Porém se houver troca de alíquota nesse mês, outra tela deverá ser alimentada.

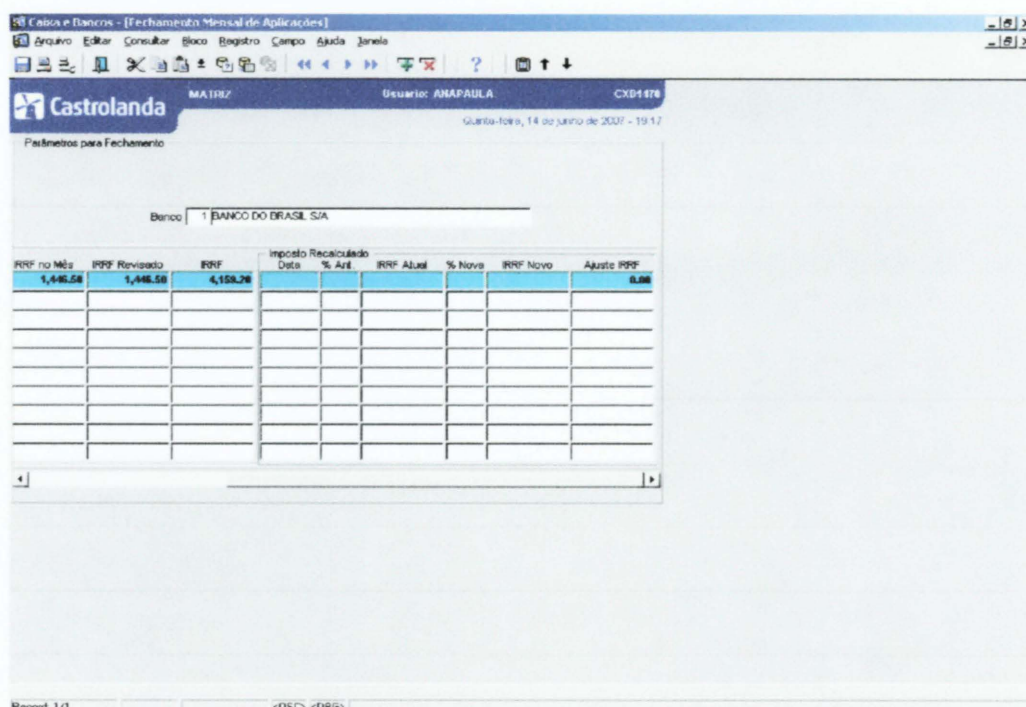



Figura 20 – Tela de troca de alíquota de IR de aplicação

Não é o caso dessa aplicação, mas quando tiver troca, o sistema trará na data o dia em houve a troca, no campo data e para quanto mudou a alíquota, bem como o valor de ajuste de IR. Essa tela também foi testada e implantada no ano de 2005.

O ajuste de IR foi implantado no sistema da Castrolanda, para manter a provisão de IR conforme a nova Lei. Cada vez que houver troca de alíquota o sistema avisa, sempre no fechamento, e sempre se estará com as provisões de acordo com a tabela regressiva de imposto de renda atualizada. No momento do resgate dessa aplicação, seu imposto de ren-

|                 |               |        |
|-----------------|---------------|--------|
| Elaborado Por   | Data Vigência | Página |
| Ana Paula Ortiz | 05/2007       | 29/40  |

|  |                                      |                    |
|--|--------------------------------------|--------------------|
|  | Cooperativa Agropecuária Castrolanda | Nº 01/2007         |
|  | Normas de Procedimentos Operacionais | Versão 01/2007     |
|  | Financeiro                           | Local: Corporativo |

da estará corrido e com valor exato. Pensou-se em contabilizar pelo valor maior de 22,5% e só no resgate fazer o ajuste, mas a posição da aplicação não estaria correta. No próximo item, estaremos mostrando os relatórios desses processos que traduz que mostra essa troca.

Estas são as contabilizações no fechamento das aplicações:

1º lançamento – Contabilização do rendimento

D – 2026 (Aplicações Financeiras) conta contábil do ativo Circulante Disponível

C – 586 (Rendimento de Aplicações ) conta do resultado operacional financeiro, receitas financeiras, ato não cooperado

Histórico padrão: Rendimento s/aplicação (nome do banco e modalidade da aplicação)

2º lançamento – Contabilização do imposto de renda s/ o rendimento

D – 587 (Provisão de IR sobre aplicações) conta do resultado operacional financeiro, receitas financeiras, ato não cooperado

C – 2026 (Aplicações Financeiras) conta contábil do ativo Circulante Disponível

Histórico padrão: Provisão IR s/ aplicação Financeira (nome do banco e modalidade da aplicação)

Quando houver troca de alíquota o lançamento de reversão da provisão será o lançamento invertido da contabilização do imposto de renda s/ o rendimento


D – 2026 (Aplicações Financeiras) conta contábil do ativo Circulante Disponível

C – 587 (Provisão de IR sobre aplicações) conta do resultado operacional financeiro, receitas financeiras, ato não cooperado

Histórico padrão: Reversão de provisão IR s/ aplicação Financeira (nome do banco e modalidade da aplicação)

|                 |               |        |
|-----------------|---------------|--------|
| Elaborado Por   | Data Vigência | Página |
| Ana Paula Ortiz | 05/2007       | 30/40  |



|  |                                      |                    |
|--|--------------------------------------|--------------------|
|  | Cooperativa Agropecuária Castrolanda | Nº 01/2007         |
|  | Normas de Procedimentos Operacionais | Versão 01/2007     |
|  | Financeiro                           | Local: Corporativo |

Nos meses de maio e junho haverá a baixa de imposto de renda dos fundos, a contabilização do imposto será feita dessa forma:

D – 50 (IR) conta contábil do ativo Circulante Valores a Receber

C – 587 (Provisão de IR sobre aplicações) conta do resultado operacional financeiro, receitas financeiras, ato não cooperado

Histórico padrão: Baixa IR s/ aplicação Financeira (nome do banco e modalidade da aplicação)

Caso os lançamentos de rendimento das aplicações, contabilização do imposto de renda, troca de alíquota de imposto ou baixa de imposto nos meses de maio e novembro, forem feitos com valores incorretos; já que apenas apertando a tecla <F10>, todos esses lançamentos são efetivados e para estorná-los basta que o usuário entre na tela de estorno de fechamento de aplicações.

## 2.1.7. Estorno de Fechamento de Aplicação

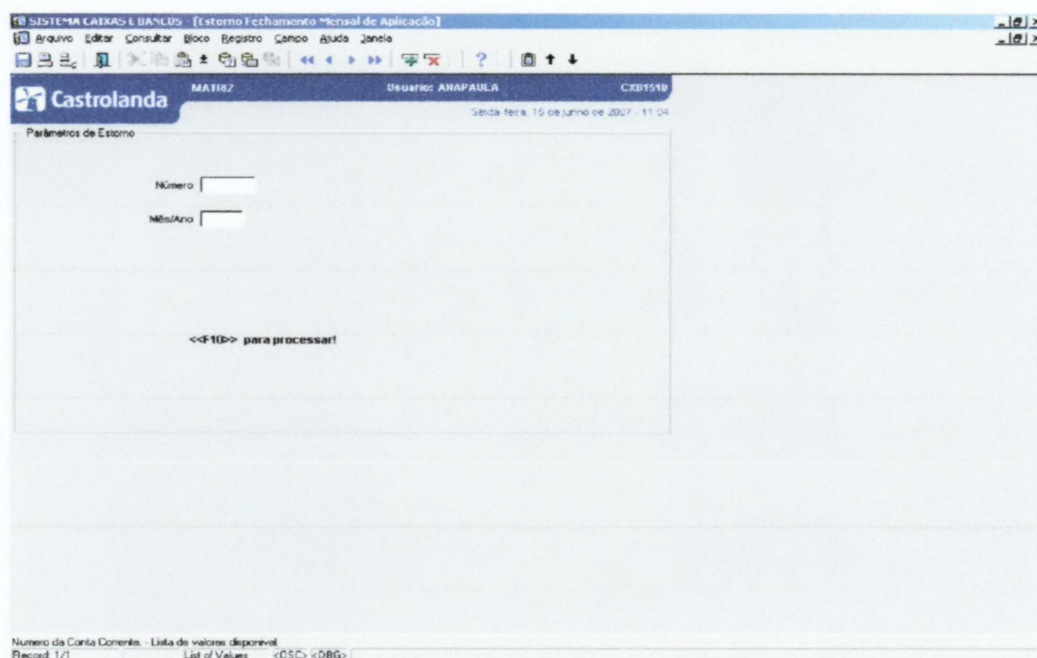



Figura 21 – Estorno de fechamento de aplicação

|                 |               |        |
|-----------------|---------------|--------|
| Elaborado Por   | Data Vigência | Página |
| Ana Paula Ortiz | 05/2007       | 31/40  |

|  |                                      |                    |
|--|--------------------------------------|--------------------|
|  | Cooperativa Agropecuária Castrolanda | Nº 01/2007         |
|  | Normas de Procedimentos Operacionais | Versão 01/2007     |
|  | Financeiro                           | Local: Corporativo |


Para realizar o estorno e a contabilização invertida de todos os lançamentos que são executados no fechamento contábil mensal, caso haja alguma divergência de valores, basta que o usuário informe o número da aplicação e o mês que deseja estornar o fechamento, <F10> para gravar.

Algumas telas do item 2, como títulos de capitalização, depósito aplicação e baixa de imposto de renda das aplicações, são telas que ainda não estão prontas para serem utilizadas e não influenciam em nada no processo das aplicações financeiras.

No próximo item será mostrado os relatórios, que são gerados no sistema de aplicações financeiras, alguns demonstrando as formas de contabilização, bem como a visualização da troca de alíquotas.

|                 |               |        |
|-----------------|---------------|--------|
| Elaborado Por   | Data Vigência | Página |
| Ana Paula Ortiz | 05/2007       | 32/40  |



|  |                                      |                    |
|--|--------------------------------------|--------------------|
|  | Cooperativa Agropecuária Castrolanda | Nº 01/2007         |
|  | Normas de Procedimentos Operacionais | Versão 01/2007     |
|  | Financeiro                           | Local: Corporativo |

### Item 3

Neste item será apresentado a lista dos relatórios disponíveis das aplicações financeiras, para acompanhamento dos processos, onde poderá ser visto o novo modelo apresentado e implantado para troca de alíquota de imposto de renda.

#### 3.1. Relatórios de Aplicações Financeiras


Segundo passo: Relatórios – Aplicações . Esse menu mostra os relatórios disponíveis das aplicações financeiras.



Figura 22 – Relatórios

Esses relatórios fazem parte do fechamento contábil mensal das aplicações financeiras. Junto deles é anexado os extratos das instituições financeiras para circularização de saldo.

|                 |               |        |
|-----------------|---------------|--------|
| Elaborado Por   | Data Vigência | Página |
| Ana Paula Ortiz | 05/2007       | 33/40  |

|  |                                      |                    |
|--|--------------------------------------|--------------------|
|  | Cooperativa Agropecuária Castrolanda | Nº 01/2007         |
|  | Normas de Procedimentos Operacionais | Versão 01/2007     |
|  | Financeiro                           | Local: Corporativo |

### 3.1.1. Planilha de Rendimento

Para cada modalidade de aplicação financeira, há um relatório específico. Dividem-se em fundos, CDB's pré fixado e CDB pós fixado.

O acesso aos relatórios é feito por essa tela :

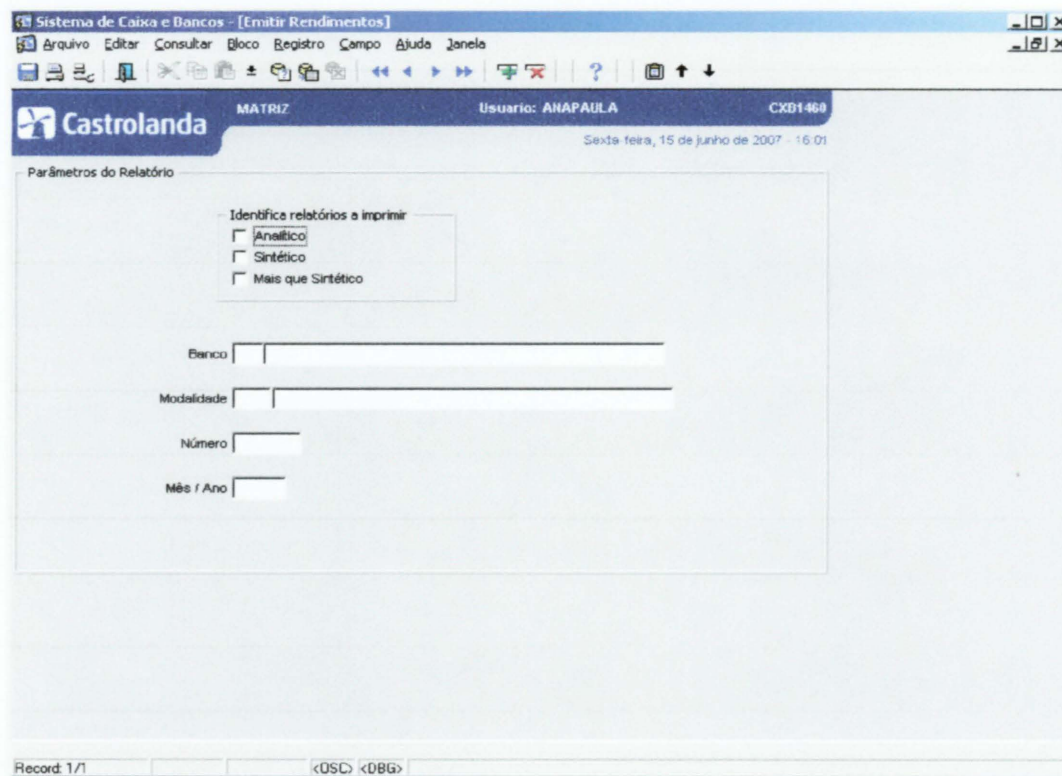



Figura 23 – Tela de acesso aos relatórios

Os relatórios podem ser analíticos, trazendo os cálculos de rendimento, dia a dia, distribuído numa folha inteira para cada aplicação. Podiam ser sintéticos, “podiam” porque essa opção de relatório foi retirada, era um relatório que trazia os rendimento de todas as aplicações, por modalidade, de determinado banco, com seus valores agrupados por dia, também ocupava uma folha por banco. E ainda tem-se o mais que sintético, que traz a posição da aplicação no último dia do mês, ocupa apenas uma linha da folha, é um resumo na verdade,

|                 |               |        |
|-----------------|---------------|--------|
| Elaborado Por   | Data Vigência | Página |
| Ana Paula Ortiz | 05/2007       | 34/40  |



|  |                                      |                    |
|--|--------------------------------------|--------------------|
|  | Cooperativa Agropecuária Castrolanda | Nº 01/2007         |
|  | Normas de Procedimentos Operacionais | Versão 01/2007     |
|  | Financeiro                           | Local: Corporativo |

### Fundos relatório analítico:

|  |             |               |               |               |          |            |             |        |                   |                       |                       |               |          |
|--|-------------|---------------|---------------|---------------|----------|------------|-------------|--------|-------------------|-----------------------|-----------------------|---------------|----------|
| CXB1460: Previewer   |             |               |               |               |          |            |             |        |                   |                       |                       |               |          |
| File View Help   |             |               |               |               |          |            |             |        |                   |                       |                       |               |          |
| Page: 1  |             |               |               |               |          |            |             |        |                   |                       |                       |               |          |
| COOPERATIVA AGROPECUÁRIA CASTROLANDA                                     |             |               |               |               |          |            |             |        |                   |                       |                       |               |          |
| Análisis   |             |               |               |               |          |            |             |        |                   |                       |                       |               |          |
| Banco: BANCO SAFRA S/A Tipo Aplicação: FUNDOS DI                         |             |               |               |               |          |            |             |        |                   |                       |                       |               |          |
| MAX PERFORMANCE SAF  |             |               |               |               |          |            |             |        |                   |                       |                       |               |          |
| Número: 1837   |             |               |               |               |          |            |             |        |                   |                       |                       |               |          |
| SALDO INICIAL  |             |               |               |               |          |            |             |        |                   |                       |                       |               |          |
| Data   | Saldo Bruto | Provisão IRRF | Saldo Líquido | Resgate Bruto | I.R.R.F. | Rendimento | Saldo Bruto | I.O.F. | Taxa (%) I.R.R.F. | Provisão p/ IR Diária | Provisão p/ Acumulado | Saldo Líquido | % Rentab |
| 02/05/2007   | 478.377,64  | 6.240,02      | 472.137,62    | 0,00          | 0,00     | 235,35     | 478.612,99  | 0,00   | 17,50             | 41,19                 | 6.281,21              | 472.331,78    | 0,04     |
| 03/05/2007   | 478.612,99  | 6.281,21      | 472.331,78    | 0,00          | 0,00     | 241,25     | 478.854,24  | 0,00   | 17,50             | 42,22                 | 6.323,43              | 472.550,81    | 0,04     |
| 04/05/2007   | 478.854,24  | 6.323,43      | 472.530,81    | 0,00          | 0,00     | 191,30     | 479.045,54  | 0,00   | 17,50             | 33,48                 | 6.356,91              | 472.688,63    | 0,03     |
| 07/05/2007   | 479.045,54  | 6.356,91      | 472.688,63    | 0,00          | 0,00     | 214,10     | 479.259,64  | 0,00   | 17,50             | 37,47                 | 6.394,38              | 472.865,26    | 0,04     |
| 08/05/2007   | 479.259,64  | 6.394,38      | 472.865,26    | 0,00          | 0,00     | 201,15     | 479.460,79  | 0,00   | 17,50             | 35,20                 | 6.429,58              | 473.031,21    | 0,04     |
| 09/05/2007   | 479.460,79  | 6.429,58      | 473.031,21    | 0,00          | 0,00     | 224,37     | 479.685,16  | 0,00   | 17,50             | 39,26                 | 6.468,84              | 473.216,32    | 0,04     |
| 10/05/2007   | 479.685,16  | 6.468,84      | 473.216,32    | 0,00          | 0,00     | 164,84     | 479.850,00  | 0,00   | 17,50             | 28,85                 | 6.497,69              | 473.352,31    | 0,03     |
| 11/05/2007   | 479.850,00  | 6.497,69      | 473.352,31    | 0,00          | 0,00     | 243,56     | 480.093,56  | 0,00   | 17,50             | 42,62                 | 6.540,31              | 473.553,25    | 0,04     |
| 14/05/2007   | 480.093,56  | 6.540,31      | 473.553,25    | 0,00          | 0,00     | 226,12     | 480.319,68  | 0,00   | 17,50             | 39,57                 | 6.579,88              | 473.739,80    | 0,04     |
| 15/05/2007   | 480.319,68  | 6.579,88      | 473.739,80    | 0,00          | 0,00     | 311,25     | 480.630,93  | 0,00   | 17,50             | 54,47                 | 6.634,35              | 473.966,38    | 0,05     |
| 16/05/2007   | 480.630,93  | 6.634,35      | 473.966,38    | 0,00          | 0,00     | 363,71     | 480.994,64  | 0,00   | 17,50             | 63,63                 | 6.698,00              | 474.296,64    | 0,06     |
| 17/05/2007   | 480.994,64  | 6.698,00      | 474.296,64    | 0,00          | 0,00     | 336,72     | 481.331,36  | 0,00   | 17,50             | 58,93                 | 6.736,93              | 474.574,43    | 0,06     |
| 18/05/2007   | 481.331,36  | 6.736,93      | 474.574,43    | 0,00          | 0,00     | 211,00     | 481.542,36  | 0,00   | 17,50             | 36,93                 | 6.793,86              | 474.748,50    | 0,04     |
| 21/05/2007   | 481.542,36  | 6.793,86      | 474.748,50    | 0,00          | 0,00     | 291,09     | 481.833,43  | 0,00   | 17,50             | 50,94                 | 6.844,80              | 474.988,63    | 0,05     |
| 22/05/2007   | 481.833,43  | 6.844,80      | 474.988,63    | 0,00          | 0,00     | 187,09     | 482.020,50  | 0,00   | 17,50             | 32,74                 | 6.877,54              | 475.143,96    | 0,03     |
| 23/05/2007   | 482.020,50  | 6.877,54      | 475.143,96    | 0,00          | 0,00     | 60,35      | 482.080,85  | 0,00   | 17,50             | 10,56                 | 6.888,10              | 475.193,75    | 0,01     |
| 24/05/2007   | 482.080,85  | 6.888,10      | 475.193,75    | 0,00          | 0,00     | -9,86      | 482.070,99  | 0,00   | 17,50             | -1,73                 | 6.886,37              | 475.184,62    | 0,00     |
| 25/05/2007   | 482.070,99  | 6.886,37      | 475.184,62    | 0,00          | 0,00     | 296,81     | 482.367,80  | 0,00   | 17,50             | 51,94                 | 6.938,31              | 475.429,49    | 0,05     |
| 28/05/2007   | 482.367,80  | 6.938,31      | 475.429,49    | 0,00          | 0,00     | 263,83     | 482.631,63  | 0,00   | 17,50             | 46,17                 | 6.984,48              | 475.647,15    | 0,05     |
| 29/05/2007   | 482.631,63  | 6.984,48      | 475.647,15    | 0,00          | 0,00     | 99,99      | 482.731,62  | 0,00   | 17,50             | 17,50                 | 7.001,98              | 475.729,64    | 0,02     |
| 30/05/2007   | 482.731,62  | 7.001,98      | 475.729,64    | 0,00          | 0,00     | 210,61     | 482.942,23  | 0,00   | 17,50             | 36,86                 | 7.038,84              | 475.903,39    | 0,04     |
| 31/05/2007   | 478.866,04  | 7.038,84      | 471.827,20    | 0,00          | 4.076,19 | 206,55     | 479.072,59  | 0,00   | 15,00             | 30,98                 | 2.993,63              | 476.078,96    | 0,04     |
| Total  | 478.377,64  | 6.240,02      | 472.137,62    | 0,00          | 4.076,19 | 4.771,14   | 479.072,59  | 0,00   |                   | 829,80                | 2.993,63              | 476.078,96    | 0,83     |
| Ajuste alíquota de IR em 30/05/2007, referente à troca de 17,5% para 15% |             |               |               |               |          |            |             |        |                   |                       |                       |               |          |
| Total  |             |               |               |               |          | 4.771,14   | 479.072,59  |        |                   |                       | 0,00                  | 479.072,59    |          |

Figura 24 – Relatório analítico de fundos

Esse é um relatório analítico de um fundo de investimento. Nesta figura pode-se ver que houve troca de alíquota de IR, de 17,5% para 15%, no dia 31/05/2007. Como no mês de maio, ao qual corresponde esse modelo, houve baixa de cota de IR, pode ser visto na coluna I.R.R.F, o valor de R\$ 4.076,19.

### Fundos relatório mais que sintético:


|  |              |               |               |               |          |            |              |        |                   |                       |                       |               |          |
|--|--------------|---------------|---------------|---------------|----------|------------|--------------|--------|-------------------|-----------------------|-----------------------|---------------|----------|
| CXB1460: Previewer                               |              |               |               |               |          |            |              |        |                   |                       |                       |               |          |
| File View Help                                   |              |               |               |               |          |            |              |        |                   |                       |                       |               |          |
| Page: 1  |              |               |               |               |          |            |              |        |                   |                       |                       |               |          |
| COOPERATIVA AGROPECUÁRIA CASTROLANDA             |              |               |               |               |          |            |              |        |                   |                       |                       |               |          |
| Mais que Sintético                               |              |               |               |               |          |            |              |        |                   |                       |                       |               |          |
| Banco: BANCO SAFRA S/A Tipo Aplicação: FUNDOS DI |              |               |               |               |          |            |              |        |                   |                       |                       |               |          |
| SALDO INICIAL                                    |              |               |               |               |          |            |              |        |                   |                       |                       |               |          |
| Aplicação  | Saldo Bruto  | Provisão IRRF | Saldo Líquido | Resgate Bruto | I.R.R.F. | Rendimento | Saldo Bruto  | I.O.F. | Taxa (%) I.R.R.F. | Provisão p/ IR Diária | Provisão p/ Acumulado | Saldo Líquido | % Rentab |
| 1837   | 478.377,64   | 6.240,02      | 472.137,62    | 0,00          | 4.076,19 | 4.771,14   | 479.072,59   | 0,00   | 15,00             | 829,80                | 2.993,63              | 479.072,59    | 0,83     |
| 1956   | 625.949,88   | 7.972,24      | 617.977,64    | 0,00          | 5.333,38 | 6.242,97   | 626.859,27   | 0,00   | 17,50             | 1.092,49              | 3.731,15              | 623.128,12    | 0,83     |
| Total  | 1.104.327,52 | 14.212,26     | 1.090.115,26  | 0,00          | 9.409,57 | 11.014,11  | 1.105.931,86 | 0,00   |                   | 1.922,29              | 6.724,78              | 1.107.700,71  | 0,83     |

Figura 25 – Relatório mais que sintético de fundos

O relatório mais que sintético traz somente a última linha do relatório analítico.

|                 |               |        |
|-----------------|---------------|--------|
| Elaborado Por   | Data Vigência | Página |
| Ana Paula Ortiz | 05/2007       | 35/40  |



|  |                                      |                    |
|--|--------------------------------------|--------------------|
|  | Cooperativa Agropecuária Castrolanda | Nº 01/2007         |
|  | Normas de Procedimentos Operacionais | Versão 01/2007     |
|  | Financeiro                           | Local: Corporativo |

CDB pós fixado, relatório analítico:


| CX814608: Previewer   |              |           |               |           |                              |        |                         |                          |                         |                            |          |                       |                        |                           |                             |                |              |  |
|---|--------------|-----------|---------------|-----------|------------------------------|--------|-------------------------|--------------------------|-------------------------|----------------------------|----------|-----------------------|------------------------|---------------------------|-----------------------------|----------------|--------------|--|
| File View Help  |              |           |               |           |                              |        |                         |                          |                         |                            |          |                       |                        |                           |                             |                |              |  |
|  |              |           |               |           |                              |        |                         |                          |                         |                            |          |                       |                        |                           |                             |                |              |  |
| COOPERATIVA AGROPECUÁRIA CASTROLANDA  |              |           |               |           |                              |        |                         |                          |                         |                            |          |                       |                        |                           |                             |                |              |  |
| Análise: CX814608   |              |           |               |           |                              |        |                         |                          |                         |                            |          |                       |                        |                           |                             |                |              |  |
| Banco: HSBC BANK BRASIL S/A - BANCO I   |              |           |               |           | Valor Aplicado: 2.000.000,00 |        |                         |                          |                         | Data Aplicação: 17/05/2006 |          |                       |                        |                           | Data Vencimento: 04/05/2009 |                | Número: 2440 |  |
|   |              |           |               |           | Participante: 100 %          |        |                         |                          |                         | Código: Pré-Fixado         |          |                       |                        |                           | Taxa ao Ano: %              |                |              |  |
|   |              |           |               |           | Contraparte: 100,00 %        |        |                         |                          |                         | Código: CDI's/Swap         |          |                       |                        |                           | Tipo Aplicação: CDB/CDI     |                |              |  |
| Data  | Saldo Bruto  | Prov IRRF | Saldo Líquido | Depositos | Resgate Bruto                | IRR.F. | Rendimentos Contraparte | Saldo Bruto Participante | Saldo Bruto Contraparte | I.O.F.                     | Tom IRRF | Prov IRRF/Contraparte | Prov p/Ano/Contraparte | Saldo Líquido Contraparte | % Rentab                    | Ajuste do Swap |              |  |
| 12/05/2007  | 2.259.702,98 | 51.940,39 | 2.207.762,59  | 0,00      | 0,00                         | 0,00   | 1.042,85                | 0,00                     | 2.260.745,83            | 0,00                       | 20,00    | 208,57                | 52.149,18              | 2.208.596,67              | 0,04                        | 0,00           |              |  |
| 13/05/2007  | 2.260.745,83 | 52.149,18 | 2.208.596,67  | 0,00      | 0,00                         | 0,00   | 1.043,33                | 0,00                     | 2.261.789,16            | 0,00                       | 20,00    | 208,67                | 52.337,83              | 2.209.451,33              | 0,04                        | 0,00           |              |  |
| 14/05/2007  | 2.261.789,16 | 52.337,83 | 2.209.451,33  | 0,00      | 0,00                         | 0,00   | 1.044,61                | 0,00                     | 2.262.833,77            | 0,00                       | 20,00    | 208,92                | 52.566,75              | 2.210.267,02              | 0,04                        | 0,00           |              |  |
| 17/05/2007  | 2.262.833,77 | 52.566,75 | 2.210.267,02  | 0,00      | 0,00                         | 0,00   | 1.046,59                | 0,00                     | 2.263.880,46            | 0,00                       | 20,00    | 209,34                | 52.776,09              | 2.211.043,37              | 0,04                        | 0,00           |              |  |
| 18/05/2007  | 2.263.880,46 | 52.776,09 | 2.211.104,37  | 0,00      | 0,00                         | 0,00   | 1.046,38                | 0,00                     | 2.264.926,84            | 0,00                       | 20,00    | 209,28                | 52.985,37              | 2.211.941,47              | 0,04                        | 0,00           |              |  |
| 19/05/2007  | 2.264.926,84 | 52.985,37 | 2.211.941,47  | 0,00      | 0,00                         | 0,00   | 1.046,86                | 0,00                     | 2.265.973,70            | 0,00                       | 20,00    | 209,37                | 53.194,74              | 2.212.778,96              | 0,04                        | 0,00           |              |  |
| 20/05/2007  | 2.265.973,70 | 53.194,74 | 2.212.778,96  | 0,00      | 0,00                         | 0,00   | 1.048,15                | 0,00                     | 2.267.021,85            | 0,00                       | 20,00    | 209,63                | 53.404,37              | 2.213.617,48              | 0,04                        | 0,00           |              |  |
| 21/05/2007  | 2.267.021,85 | 53.404,37 | 2.213.617,48  | 0,00      | 0,00                         | 0,00   | 1.047,83                | 0,00                     | 2.268.069,68            | 0,00                       | 20,00    | 209,57                | 53.613,94              | 2.214.455,74              | 0,04                        | 0,00           |              |  |
| 24/05/2007  | 2.268.069,68 | 53.613,94 | 2.214.455,74  | 0,00      | 0,00                         | 0,00   | 1.049,12                | 0,00                     | 2.269.118,80            | 0,00                       | 17,50    | 183,60                | 53.797,54              | 2.215.321,26              | 0,04                        | 0,00           |              |  |
| 25/05/2007  | 2.269.118,80 | 53.797,54 | 2.215.321,26  | 0,00      | 0,00                         | 0,00   | 1.048,80                | 0,00                     | 2.270.167,60            | 0,00                       | 17,50    | 183,54                | 53.981,08              | 2.216.186,52              | 0,04                        | 0,00           |              |  |
| 26/05/2007  | 2.270.167,60 | 53.981,08 | 2.216.186,52  | 0,00      | 0,00                         | 0,00   | 1.048,48                | 0,00                     | 2.271.216,08            | 0,00                       | 17,50    | 183,48                | 54.164,58              | 2.217.051,52              | 0,04                        | 0,00           |              |  |
| 27/05/2007  | 2.271.216,08 | 54.164,58 | 2.217.051,52  | 0,00      | 0,00                         | 0,00   | 1.050,57                | 0,00                     | 2.272.266,65            | 0,00                       | 17,50    | 183,85                | 54.348,41              | 2.217.918,24              | 0,04                        | 0,00           |              |  |
| 28/05/2007  | 2.272.266,65 | 54.348,41 | 2.217.918,24  | 0,00      | 0,00                         | 0,00   | 1.050,25                | 0,00                     | 2.273.316,90            | 0,00                       | 17,50    | 183,79                | 54.532,20              | 2.218.784,70              | 0,04                        | 0,00           |              |  |
| 29/05/2007  | 2.273.316,90 | 54.532,20 | 2.218.784,70  | 0,00      | 0,00                         | 0,00   | 1.050,74                | 0,00                     | 2.274.367,64            | 0,00                       | 17,50    | 183,88                | 54.716,08              | 2.219.651,56              | 0,04                        | 0,00           |              |  |
| 30/05/2007  | 2.274.367,64 | 54.716,08 | 2.219.651,56  | 0,00      | 0,00                         | 0,00   | 1.051,22                | 0,00                     | 2.275.418,86            | 0,00                       | 17,50    | 183,96                | 54.900,04              | 2.220.518,82              | 0,04                        | 0,00           |              |  |
| 31/05/2007  | 2.275.418,86 | 54.900,04 | 2.220.518,82  | 0,00      | 0,00                         | 0,00   | 1.051,71                | 0,00                     | 2.276.470,57            | 0,00                       | 17,50    | 184,03                | 55.084,09              | 2.221.386,48              | 0,04                        | 0,00           |              |  |
| 14/05/2007  | 2.276.470,57 | 55.084,09 | 2.221.386,48  | 0,00      | 0,00                         | 0,00   | 1.051,39                | 0,00                     | 2.277.521,96            | 0,00                       | 17,50    | 183,99                | 55.268,08              | 2.222.253,88              | 0,04                        | 0,00           |              |  |
| 15/05/2007  | 2.277.521,96 | 55.268,08 | 2.222.253,88  | 0,00      | 0,00                         | 0,00   | 1.053,49                | 0,00                     | 2.278.575,45            | 0,00                       | 17,50    | 184,36                | 55.452,44              | 2.223.123,01              | 0,04                        | 0,00           |              |  |
| 16/05/2007  | 2.278.575,45 | 55.452,44 | 2.223.123,01  | 0,00      | 0,00                         | 0,00   | 1.054,78                | 0,00                     | 2.279.630,23            | 0,00                       | 17,50    | 184,59                | 55.637,03              | 2.223.993,20              | 0,04                        | 0,00           |              |  |
| 19/05/2007  | 2.279.630,23 | 55.637,03 | 2.223.993,20  | 0,00      | 0,00                         | 0,00   | 1.056,07                | 0,00                     | 2.280.686,30            | 0,00                       | 17,50    | 184,81                | 55.821,84              | 2.224.864,46              | 0,04                        | 0,00           |              |  |
| 20/05/2007  | 2.280.686,30 | 55.821,84 | 2.224.864,46  | 0,00      | 0,00                         | 0,00   | 1.055,76                | 0,00                     | 2.281.742,06            | 0,00                       | 17,50    | 184,76                | 56.006,60              | 2.225.735,46              | 0,04                        | 0,00           |              |  |
| 21/05/2007  | 2.281.742,06 | 56.006,60 | 2.225.735,46  | 0,00      | 0,00                         | 0,00   | 1.055,12                | 0,00                     | 2.282.795,18            | 0,00                       | 17,50    | 184,30                | 56.190,90              | 2.226.604,28              | 0,04                        | 0,00           |              |  |
| Total   | 2.259.702,98 | 51.940,39 | 2.207.762,59  | 0,00      | 0,00                         | 0,00   | 23.692,70               | 0,00                     | 2.282.795,18            | 0,00                       |          | 4.250,31              | 56.190,90              | 2.226.604,28              | 0,05                        | 0,00           |              |  |
| Ajuste alíquota de IR em 13/05/2007, referente a troca de 20% para 17,5%.         |              |           |               |           |                              |        |                         |                          |                         |                            |          |                       |                        |                           |                             |                |              |  |
| Total   |              |           |               |           |                              |        |                         |                          |                         |                            |          |                       |                        |                           |                             |                |              |  |
|   |              |           |               |           |                              |        |                         | 23.692,70                | 2.282.795,18            |                            | 4.250,31 | 40.489,15             | 2.223.364,03           |                           |                             |                |              |  |

Figura 26 – Relatório analítico de CDB pós fixado

Este relatório de CDB também apresentou troca de alíquota, de 20% a 17,5%, no dia 14/05/2007. Tem muita semelhança com o relatório dos fundos de investimentos.

Os números aqui demonstrados são os números registrados na contabilidade. Vê-se que os rendimentos são calculados diariamente, bem como a provisão de IR sobre esses rendimentos.


CDB pós relatório mais que sintético:

|  |               |            |               |           |               |        |                            |                             |                            |        |            |                       |                        |                              |         |                   |
|--|---------------|------------|---------------|-----------|---------------|--------|----------------------------|-----------------------------|----------------------------|--------|------------|-----------------------|------------------------|------------------------------|---------|-------------------|
| CX814608: Previewer  |               |            |               |           |               |        |                            |                             |                            |        |            |                       |                        |                              |         |                   |
| File View Help   |               |            |               |           |               |        |                            |                             |                            |        |            |                       |                        |                              |         |                   |
| <div><div></div><div>Page: <input type="text"/></div><div></div></div> |               |            |               |           |               |        |                            |                             |                            |        |            |                       |                        |                              |         |                   |
| COOPERATIVA AGROPECUARIA CASTROLANDA                                   |               |            |               |           |               |        |                            |                             |                            |        |            |                       |                        |                              |         |                   |
| Mais que Sintetico   |               |            |               |           |               |        |                            |                             |                            |        |            |                       |                        |                              |         |                   |
| Banco: HSBC BANK BRASIL S/A - BANCO I                                  |               |            |               |           |               |        |                            |                             |                            |        |            |                       |                        |                              |         |                   |
| Tipo Aplicação: CDB/CDI  |               |            |               |           |               |        |                            |                             |                            |        |            |                       |                        |                              |         |                   |
| SALDO INICIAL  |               |            |               |           |               |        |                            |                             |                            |        |            |                       |                        |                              |         |                   |
| Aplicação  | Saldo Bruto   | Prov IRRF  | Saldo Líquido | Depositos | Resgate Bruto | IRR.F. | Rendimentos<br>Contraparte | Saldo Bruto<br>Participante | Saldo Bruto<br>Contraparte | I.O.F. | Tom IRR.F. | Prov IRRF/Contraparte | Prov p/Ano/Contraparte | Saldo Líquido<br>Contraparte | %Rentab | Ajuste<br>do Swap |
| 2440   | 2.259.702,98  | 51.940,39  | 2.207.762,59  | 0,00      | 0,00          | 0,00   | 23.092,20                  | 0,00                        | 2.282.795,18               | 0,00   | 17,50      | 4.250,31              | 49.489,15              | 2.233.306,03                 | 0,85    | 0,00              |
| 2479   | 2.152.899,70  | 30.579,94  | 2.122.319,76  | 0,00      | 0,00          | 0,00   | 22.000,78                  | 0,00                        | 2.174.900,48               | 0,00   | 20,00      | 4.400,15              | 34.980,09              | 2.139.920,39                 | 0,83    | 0,00              |
| 2619   | 2.092.234,28  | 20.752,70  | 2.071.481,58  | 0,00      | 0,00          | 0,00   | 21.380,82                  | 0,00                        | 2.113.615,08               | 0,00   | 22,50      | 4.810,69              | 25.563,39              | 2.086.051,69                 | 0,80    | 0,00              |
| 2759   | 2.003.893,26  | 41,29      | 2.003.853,97  | 0,00      | 0,00          | 0,00   | 20.476,02                  | 0,00                        | 2.024.171,28               | 0,00   | 22,50      | 4.607,10              | 5.438,33               | 2.018.732,75                 | 0,79    | 0,00              |
| 2839   | 2.000.000,00  | 0,00       | 2.000.000,00  | 0,00      | 0,00          | 0,00   | 7.412,56                   | 0,00                        | 2.007.412,56               | 610,11 | 22,50      | 1.667,78              | 70,09                  | 2.003.944,30                 | 0,29    | 0,00              |
| Total  | 10.506.532,26 | 103.314,92 | 10.405.217,34 | 0,00      | 0,00          | 0,00   | 94.362,66                  | 0,00                        | 10.662.894,28              | 610,11 |            | 19.736,01             | 115.541,75             | 10.465.755,36                | 0,81    | 0,00              |

Figura 27 – Relatório mais que sintético de CDB pós fixado

|                 |               |        |
|-----------------|---------------|--------|
| Elaborado Por   | Data Vigência | Página |
| Ana Paula Ortiz | 05/2007       | 36/40  |



|  |                                      |                    |
|--|--------------------------------------|--------------------|
|  | Cooperativa Agropecuária Castrolanda | Nº 01/2007         |
|  | Normas de Procedimentos Operacionais | Versão 01/2007     |
|  | Financeiro                           | Local: Corporativo |

### CDB pré fixado relatório analítico:

| COOPERATIVA AGROPECUARIA CASTROLANDA                                      |                 |           |               |                                      |      |          | Analítico    |              |       |       |            |             |               | Taxa (%/ano): 12,73    |  |  |
|---|-----------------|-----------|---------------|--------------------------------------|------|----------|--------------|--------------|-------|-------|------------|-------------|---------------|------------------------|--|--|
|   |                 |           |               |                                      |      |          |              |              |       |       |            |             |               | Prazo: 350             |  |  |
|   |                 |           |               |                                      |      |          |              |              |       |       |            |             |               | Vencimento: 01/11/2007 |  |  |
| Banco: BANCO DO BRASIL S/A  |                 |           |               | Tipo Aplicação: CDB/RDE PRÉ-FIXADO 2 |      |          | Número: 2559 |              |       |       |            |             |               |                        |  |  |
| SALDO INICIAL   |                 |           |               |                                      |      |          |              |              |       |       |            |             |               |                        |  |  |
| Data  | Saldo Bruto     | Prov IRRF | Saldo Líquido | Resgate Bruto                        | IRRF | Correção | Juros        | Saldo Bruto  | I.O.F | IRRF  | Prov p/ IR | Provisão p/ | Saldo Líquido | % Renda                |  |  |
|   |                 |           |               |                                      |      |          |              |              |       |       |            | Diária      | Acumulado     |                        |  |  |
| 02/05/2007  | 167 1876 827,62 | 21 900,84 | 1854 926,78   | 0,00                                 | 0,00 | 0,00     | 892,64       | 1 877 720,26 | 0,00  | 22,50 | 200,94     | 22 101,68   | 1 855 618,58  | 0,04                   |  |  |
| 03/05/2007  | 168 1877 720,26 | 22 101,68 | 1855 618,58   | 0,00                                 | 0,00 | 0,00     | 893,06       | 1 878 613,32 | 0,00  | 22,50 | 200,94     | 22 302,62   | 1 856 310,70  | 0,04                   |  |  |
| 04/05/2007  | 169 1878 613,32 | 22 302,62 | 1856 310,70   | 0,00                                 | 0,00 | 0,00     | 893,49       | 1 879 506,81 | 0,00  | 22,50 | 201,04     | 22 503,66   | 1 857 003,15  | 0,04                   |  |  |
| 07/05/2007  | 172 1879 506,81 | 22 503,66 | 1857 003,15   | 0,00                                 | 0,00 | 0,00     | 893,91       | 1 880 400,72 | 0,00  | 22,50 | 201,13     | 22 704,79   | 1 857 695,93  | 0,04                   |  |  |
| 08/05/2007  | 173 1880 400,72 | 22 704,79 | 1857 695,93   | 0,00                                 | 0,00 | 0,00     | 894,34       | 1 881 295,06 | 0,00  | 22,50 | 201,23     | 22 906,02   | 1 858 389,04  | 0,04                   |  |  |
| 09/05/2007  | 174 1881 295,06 | 22 906,02 | 1858 389,04   | 0,00                                 | 0,00 | 0,00     | 894,76       | 1 882 189,82 | 0,00  | 22,50 | 201,32     | 23 107,34   | 1 859 082,48  | 0,04                   |  |  |
| 10/05/2007  | 175 1882 189,82 | 23 107,34 | 1 859 082,48  | 0,00                                 | 0,00 | 0,00     | 895,19       | 1 883 083,01 | 0,00  | 22,50 | 201,42     | 23 308,76   | 1 859 776,23  | 0,04                   |  |  |
| 17/05/2007  | 176 1883 083,01 | 23 308,76 | 1 859 776,23  | 0,00                                 | 0,00 | 0,00     | 895,62       | 1 883 980,63 | 0,00  | 22,50 | 201,51     | 23 510,27   | 1 860 470,36  | 0,04                   |  |  |
| 14/05/2007  | 179 1883 980,63 | 23 510,27 | 1 860 470,36  | 0,00                                 | 0,00 | 0,00     | 896,04       | 1 884 876,67 | 0,00  | 22,50 | 201,61     | 23 711,88   | 1 861 164,79  | 0,04                   |  |  |
| 15/05/2007  | 180 1884 876,67 | 23 711,88 | 1 861 164,79  | 0,00                                 | 0,00 | 0,00     | 896,47       | 1 885 773,14 | 0,00  | 22,50 | 201,71     | 23 913,59   | 1 861 859,33  | 0,04                   |  |  |
| 16/05/2007  | 181 1885 773,14 | 23 913,59 | 1 861 859,33  | 0,00                                 | 0,00 | 0,00     | 896,89       | 1 886 670,03 | 0,00  | 20,00 | 179,38     | 24 092,97   | 1 863 377,06  | 0,04                   |  |  |
| 17/05/2007  | 182 1886 670,03 | 24 092,97 | 1 863 377,06  | 0,00                                 | 0,00 | 0,00     | 897,32       | 1 887 567,35 | 0,00  | 20,00 | 179,46     | 24 272,43   | 1 863 294,92  | 0,04                   |  |  |
| 18/05/2007  | 183 1887 567,35 | 24 272,43 | 1 863 294,92  | 0,00                                 | 0,00 | 0,00     | 897,75       | 1 888 465,10 | 0,00  | 20,00 | 179,55     | 24 451,98   | 1 864 013,12  | 0,04                   |  |  |
| 17/05/2007  | 186 1888 465,10 | 24 451,98 | 1 864 013,12  | 0,00                                 | 0,00 | 0,00     | 898,17       | 1 889 363,27 | 0,00  | 20,00 | 179,63     | 24 631,61   | 1 864 731,66  | 0,04                   |  |  |
| 22/05/2007  | 187 1889 363,27 | 24 631,61 | 1 864 731,66  | 0,00                                 | 0,00 | 0,00     | 898,60       | 1 890 261,87 | 0,00  | 20,00 | 179,72     | 24 811,33   | 1 865 430,34  | 0,04                   |  |  |
| 23/05/2007  | 188 1890 261,87 | 24 811,33 | 1 865 430,34  | 0,00                                 | 0,00 | 0,00     | 899,03       | 1 891 160,90 | 0,00  | 20,00 | 179,81     | 24 991,14   | 1 866 169,76  | 0,04                   |  |  |
| 24/05/2007  | 189 1891 160,90 | 24 991,14 | 1 866 169,76  | 0,00                                 | 0,00 | 0,00     | 899,46       | 1 892 060,36 | 0,00  | 20,00 | 179,89     | 25 171,03   | 1 866 889,33  | 0,04                   |  |  |
| 25/05/2007  | 190 1892 060,36 | 25 171,03 | 1 866 889,33  | 0,00                                 | 0,00 | 0,00     | 899,88       | 1 892 960,24 | 0,00  | 20,00 | 179,98     | 25 351,01   | 1 867 609,23  | 0,04                   |  |  |
| 28/05/2007  | 192 1892 960,24 | 25 351,01 | 1 867 609,23  | 0,00                                 | 0,00 | 0,00     | 900,31       | 1 893 860,55 | 0,00  | 20,00 | 180,06     | 25 531,07   | 1 868 329,48  | 0,04                   |  |  |
| 29/05/2007  | 194 1893 860,55 | 25 531,07 | 1 868 329,48  | 0,00                                 | 0,00 | 0,00     | 900,74       | 1 894 761,29 | 0,00  | 20,00 | 180,15     | 25 711,22   | 1 869 050,07  | 0,04                   |  |  |
| 30/05/2007  | 195 1894 761,29 | 25 711,22 | 1 869 050,07  | 0,00                                 | 0,00 | 0,00     | 901,17       | 1 895 662,46 | 0,00  | 20,00 | 180,23     | 25 891,45   | 1 869 771,01  | 0,04                   |  |  |
| 31/05/2007  | 196 1895 662,46 | 25 891,45 | 1 869 771,01  | 0,00                                 | 0,00 | 0,00     | 901,60       | 1 896 564,06 | 0,00  | 20,00 | 180,32     | 26 071,77   | 1 870 492,29  | 0,83                   |  |  |
| Total   | 1 876 827,62    | 21 900,84 | 1 854 926,78  | 0,00                                 | 0,00 | 0,00     | 19 736,44    | 1 896 564,06 | 0,00  |       | 4170,93    | 26 071,77   | 1 870 492,29  | 0,83                   |  |  |
| Ajuste alíquota de IR em 15/05/2007, referente a troca de 22,5% para 20%. |                 |           |               |                                      |      |          |              |              |       |       |            |             |               |                        |  |  |
| Total   |                 |           |               |                                      |      | 0,00     | 19 736,44    | 1 896 564,06 |       |       | 4170,93    | 23 414,68   | 1 873 149,38  |                        |  |  |

Figura 28 – Relatório analítica de CDB pré fixado

Este relatório de CDB pré fixado, também apresentou troca de alíquota, de 22,5% para 20%, no dia 16/05/2007. Tem muita semelhança com o relatório dos CDB pós fixado.

Pode-se ver a mudança da troca de alíquota indicada no final do relatório.


### CDB pré fixado relatório mais que sintético:

| COOPERATIVA AGROPECUARIA CASTROLANDA |              |           |               |               |      |          |           |              |       | Mais que Sintético                   |            |             |               |          |  |  |  |
|--------------------------------------|--------------|-----------|---------------|---------------|------|----------|-----------|--------------|-------|--------------------------------------|------------|-------------|---------------|----------|--|--|--|
| Banco: BANCO DO BRASIL S/A           |              |           |               |               |      |          |           |              |       | Tipo Aplicação: CDB/RDE PRÉ-FIXADO 2 |            |             |               |          |  |  |  |
| SALDO INICIAL                        |              |           |               |               |      |          |           |              |       |                                      |            |             |               |          |  |  |  |
| Aplicação                            | Saldo Bruto  | Prov IRRF | Saldo Líquido | Resgate Bruto | IRRF | Correção | Juros     | Saldo Bruto  | I.O.F | IRRF                                 | Prov p/ IR | Provisão p/ | Saldo Líquido | % Rentab |  |  |  |
| 2559                                 | 1 876 827,62 | 21 900,84 | 1 854 926,78  | 0,00          | 0,00 | 0,00     | 19 736,44 | 1 896 564,06 | 0,00  | 20,00                                | 4 170,93   | 23 414,68   | 1 873 149,38  | 0,83     |  |  |  |
| Total                                | 1 876 827,62 | 21 900,84 | 1 854 926,78  | 0,00          | 0,00 | 0,00     | 19 736,44 | 1 896 564,06 | 0,00  |                                      | 4170,93    | 23 414,68   | 1 873 149,38  | 0,83     |  |  |  |

Figura 29 – Relatório analítica de CDB pré fixado

Os demais relatórios como o Relatório de Posição Mensal das aplicações financeiras, é utilizado para demonstrar o saldo das aplicações para fins de fechamento contábil mensal.


|                 |               |        |
|-----------------|---------------|--------|
| Elaborado Por   | Data Vigência | Página |
| Ana Paula Ortiz | 05/2007       | 37/40  |

|  |                                      |                    |
|--|--------------------------------------|--------------------|
|  | Cooperativa Agropecuária Castrolanda | Nº 01/2007         |
|  | Normas de Procedimentos Operacionais | Versão 01/2007     |
|  | Financeiro                           | Local: Corporativo |

O Relatório Analítico contábil é usado pela auditoria externa. Nele, os auditores tem como ver em quais meses houveram baixa de imposto de renda, resgate e provisão mensal, resumida por banco, modalidade de aplicação e valor contabilizado.

|                 |               |        |
|-----------------|---------------|--------|
| Elaborado Por   | Data Vigência | Página |
| Ana Paula Ortiz | 05/2007       | 38/40  |



|  |                                      |                    |
|--|--------------------------------------|--------------------|
|  | Cooperativa Agropecuária Castrolanda | Nº 01/2007         |
|  | Normas de Procedimentos Operacionais | Versão 01/2007     |
|  | Financeiro                           | Local: Corporativo |

#### 4. Considerações Finais

O Sistema de aplicações financeiras, é um sistema que hoje obedece às novas Leis de Imposto de Renda, Lei n.º 11.033, que estabelece alíquotas regressivas de imposto de renda de 22,5% a 15,0%, de acordo com o prazo da aplicação para fundos de renda fixa, CDB's e títulos públicos do Tesouro Direto, baixa ainda de 20% para 15% a alíquota de imposto de renda para fundos de renda variável e Lei n.º 11.053, que limita até 20% das alíquotas dos fundos de renda fixa que aplicarem em carteiras com prazo médio de até 365 dias. Desta forma, é importante destacar que quanto mais tempo o dinheiro fica aplicado, menor será o imposto recolhido no final do prazo da aplicação.

Com o surgimento delas, o setor financeiro da empresa necessitava da adequação dos controles internos, que estavam preparados para cálculo de alíquota única de 20% para todos os tipos de aplicações financeiras. Havia necessidade de que o próprio sistema demonstrasse essas trocas de alíquotas, para que continuasse assim, a traduzir de forma clara e objetiva, significativas operações em investimentos


Foi então proposto um modelo de controle interno, que além de demonstrar tudo o que realmente a empresa precisava, adequou o sistema de aplicações financeiras e acreditou-se que, através do manual de procedimentos criado, servirá de modelo não só para outras cooperativas, como para outras empresas, que ainda não adaptaram seus controles internos com a mudança das novas leis, uma maneira de transparecer suas operações até mesmo para a auditoria.

Para a empresa fica a minha contribuição como colaboradora, um desafio que me foi proposto logo no início do meu MBA-Auditoria Integral na Universidade Federal do Paraná, acredito que com a criação deste manual, contribuí muita nessa ferramenta efetiva para a gestão de conhecimento, para recolher e consolidar suporte da atuação gerencial, ajudando assim, a manter sempre atualizada a estratégia interna organizacional e capacidade de atuação dos sistemas da empresa frente às novas leis que surgirem.

Aos meus colegas de trabalho deixo a minha dedicação e seriedade colocadas neste manual, que possa vir a servir aos mesmos, como ferramenta de trabalho, um modelo de-

|                 |               |        |
|-----------------|---------------|--------|
| Elaborado Por   | Data Vigência | Página |
| Ana Paula Ortiz | 05/2007       | 39/40  |



|  |                                      |                    |
|--|--------------------------------------|--------------------|
|  | Cooperativa Agropecuária Castrolanda | Nº 01/2007         |
|  | Normas de Procedimentos Operacionais | Versão 01/2007     |
|  | Financeiro                           | Local: Corporativo |

envolvido e aplicado e sirva também de incentivo para outros trabalhos que venham a surgir e assim cada vez mais tornar o seu ambiente de trabalho transparente, eficiente e eficaz.

|                 |               |        |
|-----------------|---------------|--------|
| Elaborado Por   | Data Vigência | Página |
| Ana Paula Ortiz | 05/2007       | 40/40  |